

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia

Luiza Vaz Gabriel Xavier de Jesus

**UM ESTUDO DA EXCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DA AFETIVIDADE:
O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NA
CIDADE DE SÃO PAULO**

São Paulo

2024

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia

Luiza Vaz Gabriel Xavier de Jesus

**UM ESTUDO DA EXCLUSÃO SOCIAL A PARTIR DA AFETIVIDADE:
O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NA
CIDADE DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para a
graduação no Curso de Psicologia sob orientação da Prof.^a Ms. Sandra
Gagliardi Sanchez.

São Paulo

2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria agradecer todos aqueles que agregaram para a minha trajetória acadêmica, pois este trabalho é resultado não apenas de um ano de pesquisa, mas de toda uma construção de pensamento feita ao longo de todos os anos de estudo.

Agradeço aos meus professores do Ensino Médio do Colégio Santa Clara, em especial o Cláudio, Mariana, Rodrigo, Cleide e Sandra, que me abriram os olhos para a sociedade desigual em que vivemos, plantando uma sementinha e me iluminando o caminho para que eu encontrasse na Psicologia, especialmente na Psicologia Social, o sentido do trabalho com as pessoas para a transformação social.

Agradeço às minhas professoras do curso de Psicologia da PUC-SP, que me possibilitaram o aprofundamento dos estudos e a entrada no campo de atuação que cada dia me faz mais sentido. Destaco aquelas que me foram mais próximas: Graça Gonçalves, como minha orientadora de Iniciação Científica que tanto me ensinou acerca da pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica e me permitiu o primeiro contato com os estudos acerca da desigualdade social; Agnaldo Gomes, cujas aulas de História da Psicologia do primeiro ano do curso jamais esquecerei e como professor que me conectou ao campo da Chapelaria Social para a realização deste trabalho; Elisa Zaneratto Rosa, minha supervisora dos estágios do quinto ano, que semanalmente amplia minha visão para maiores e mais críticas reflexões acerca da realidade social acompanhada na Brasilândia e do trabalho feito nos serviços da UBS e do CAPS AD onde realizo meus estágios.

Agradeço imensamente ao campo onde a pesquisa foi realizada, a Chapelaria Social do Brás, seus trabalhadores e conviventes que tão bem me receberam como pesquisadora-participante e, em especial, às mulheres que se disponibilizaram a conversar comigo e participar da pesquisa. Com certeza foram encontros únicos e muito especiais que jamais serão esquecidos.

Agradeço ao Coletivo Libertas, antigo coletivo feminista do curso de Psicologia da PUC-SP, que me possibilitou a formação de vínculos e amizades importantes, a ampliação da minha visão para questões sociais, a discussão de temas relevantes para a Psicologia em seu compromisso social e a participação da construção de uma luta coletiva por uma universidade socialmente mais justa.

Agradeço às amigas que a PUC-SP me trouxe e me fizeram ressignificar a amizade como carinho, cuidado, companheirismo, colo, conversas (muitas), risadas e afeto. Levo vocês para a vida.

Agradeço à minha família, que, em toda a sua extensão e independente de seu formato, desde sempre se preocupou em dar todo o amor e suporte possível para o meu desenvolvimento. Amo vocês.

RESUMO

7.00.00.00-0 Ciências Humanas

7.07.00.00-1 Psicologia

7.07.05.00-3 Psicologia Social

Um estudo da exclusão a partir da afetividade: o sofrimento ético-político de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo

Autora: Luiza Vaz Gabriel Xavier de Jesus luizavazgabriel@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Ms. Sandra Gagliardi Sanchez ssanchez@pucsp.br

Departamento de Psicologia Social – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde – PUC-SP

A desigualdade social gera consequências diretas para a população, como a exclusão social a que está submetida a população em situação de rua e de vulnerabilidade social, que luta para sobreviver diariamente em meio ao desamparo social e resistir às situações de violência e opressão. Minorias nas ruas, oprimidas pela exclusão social e pela violência de gênero, as mulheres são expostas a uma categoria de vulnerabilidades sociais ainda maior e diversa. O sofrimento das mulheres que sobrevivem nessa situação diz respeito não somente à sua história de vida individual, mas às condições sociais a que são expostas. Esta pesquisa, referenciada pela Psicologia Sócio-Histórica, buscou identificar o sofrimento ético-político de mulheres em situação de rua em São Paulo que frequentam a Chapelaria Social, a partir da análise dos Núcleos de Significação revelados em sua fala sobre as dificuldades enfrentadas diariamente. Foram utilizadas duas entrevistas, que revelaram como o sofrimento ético-político dessas mulheres está relacionado à sua trajetória de exploração no trabalho, à luta de ser uma mãe solo trabalhadora e ao sentimento de desamparo social vivenciado especialmente nos serviços públicos de assistência social, todas situações decorrentes de determinações sociais como a luta de classes, a violência de gênero e a desumanização da política pública de assistência social. Como conclusão, ressalta-se a necessidade da responsabilização do Estado por seu dever de promover políticas humanizadas e que proporcionem dignidade às pessoas assistidas, o investimento em pesquisas que abordem a afetividade das pessoas afetadas pela desigualdade e exclusão social e a implicação da Psicologia Social no fortalecimento da resistência e da potência de ação das pessoas em situação de rua na luta pela garantia de seus direitos e pela transformação social.

Palavras-chave: exclusão social, mulheres em situação de rua, sofrimento ético-político, psicologia sócio-histórica

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. Desigualdade social.....	4
2. População em situação de rua.....	11
2.1. Contextualização histórica.....	11
2.2. Quem é a população em situação de rua brasileira?.....	16
3. Psicologia Sócio-Histórica no estudo da desigualdade social.....	26
3.1. Sofrimento ético-político.....	31
4. Metodologia.....	36
5. Resultados.....	43
5.1 Análise intranúcleos.....	45
5.2 Análise internúcleos.....	70
6. Discussão.....	75
Considerações finais.....	85
Referências.....	86
Apêndices.....	89

INTRODUÇÃO

O morador de rua não é só aquele que está debaixo do viaduto, dormindo debaixo de uma coberta, ou mesmo num asfalto ou numa calçada fria, mas é aquele morador que um dia ele teve uma cama quente, um dia ele teve um lar, ele teve uma cultura na vida dele. Mas como se fosse numa fração de segundos, como um vírus no computador, aquilo deu um “tilt” na vida dele. E ele parou de funcionar, e ele foi parar ali, como se fosse um depósito de ferro velho. Sem ter alguém, um mecânico que fosse lá tentar descobrir onde estava o problema, tentar descobrir se tinha conserto ou não aquela peça... (Mattos, 2003, p. 75).

O relato acima é proferido por um homem em situação de rua e foi retirado de um artigo que trabalha as representações sociais sobre pessoas em situação de rua. Ele traz em sua fala o sofrimento sentido por, um dia, “numa fração de segundos”, seu mundo dar um “tilt” e virar de ponta-cabeça, fazendo com o que ele perdesse toda a rede e o suporte que tinha. Em meio à população em situação de rua, um grupo heterogêneo composto por pessoas com diferentes histórias de vida e diferentes motivos para estar na rua, esta é uma das trajetórias possíveis que levam as pessoas à situação de vulnerabilidade social das ruas ou da condição de falta de moradia. É o caso das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, às quais se acrescenta, ainda, sofrimentos relacionados à experiência de ser mulher, que as colocam em situação de ainda maior vulnerabilidade. São mulheres que nunca ou por pouco tempo estiveram em situação de calçada, mas que sofrem por situações sociais como o desemprego e a pobreza, que as fazem não ter condições financeiras de arcar com uma moradia, levando-as a uma condição de sem-teto e de vulnerabilidade social. Como consequência desta condição imposta pela desigualdade social, as mulheres enfrentam um sofrimento que envolve o sentimento de desamparo social, a força que precisam ter para seguir lutando independente da solidão, a violência de gênero, os sofrimentos em meio a vivências hostis e o sentimento de esvaziamento de tudo aquilo que as torna humanas.

Esta pesquisa parte de uma sensibilização, indignação e revolta com a lógica de exclusão social característica da sociedade capitalista desigual, que coloca pessoas em situação de vulnerabilidade social em uma posição de invisibilidade que leva ao desrespeito e desconsideração de seus direitos, sua humanidade, subjetividade e dignidade. Soma-se a isso, na vivência das mulheres em situação de rua, a violência de gênero e o machismo ao qual estão submetidas e as fazem passar por assédios, riscos de vida, manipulações e, no caso de mulheres trabalhadoras, sobrecarga no trabalho para manter a si e à família. Parte-se do pressuposto de que o sofrimento subjetivo envolvido na vivência dessas mulheres não é apenas individual, mas sim consequência de uma relação dialética com a realidade objetiva e o contexto de desigualdade social. Assim, defende-se a hipótese de que se trata de um sofrimento ético-político, conceito desenhado por Bader Sawaia (2014) a partir da Psicologia Sócio-Histórica.

Mesmo compondo um grupo heterogêneo, todas as pessoas em situação de rua são atravessadas pela desigualdade social que historicamente assola a sociedade brasileira e produz a exclusão social em massa. É preciso refletir sobre o sofrimento oriundo dessa exclusão, um sofrimento que está relacionado não somente às histórias de vida pessoais, mas também à condição social em que essas pessoas são expostas pela realidade desigual, diante da qual não podemos fechar os olhos. Essas vidas, constantemente invisibilizadas e silenciadas, precisam ser desveladas e ter voz para expor seu sofrimento, o qual deve ser objeto de preocupação social. Enquanto uma área de atuação compromissada socialmente com a saúde mental e o bem-estar das pessoas, é dever da Psicologia se haver com a realidade das pessoas em situação de rua, de modo a se aproximar dessas pessoas de forma articulada entre teoria e prática.

Considerando o compromisso social da Psicologia, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o sofrimento ético-político vivenciado por mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo a fim de dar voz e visibilidade a mulheres que não são ouvidas e nem sequer vistas pela sociedade, reconhecendo os contextos em que estão inseridas, as histórias que lhe atravessam, suas vivências, seus sofrimentos e suas formas de resistência. Sendo assim, os objetivos específicos correspondem à análise da trajetória de vida e das situações vivenciadas diariamente por mulheres em situação de rua enquanto parte de um sofrimento ético-político e à identificação de elementos que possibilitem o cuidado do sofrimento ético-político através da formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas.

O referencial teórico utilizado nesta pesquisa é o da Psicologia Sócio-Histórica, que tem os sujeitos como seres sociais, históricos e ativos na construção da realidade de forma dialética. Utiliza-se os Núcleos de Significação como método de análise das entrevistas feitas. Este instrumento metodológico é proposto por Aguiar e Ozella (2013) a partir das categorias de análise da Psicologia Sócio-Histórica para trabalhar com as significações reveladas na fala do sujeito entrevistado e acessar as mediações que lhe atravessam.

Este trabalho conta com seis capítulos. No primeiro, é feita uma caracterização do fenômeno da desigualdade social a partir de autores como Karl Marx, Márcio Pochmann, Jessé Souza e Marta Arretche, e uma apresentação acerca de como o fenômeno se revela na sociedade brasileira. O segundo capítulo é dividido em duas partes: a primeira, que realiza uma contextualização histórica do fenômeno população em situação de rua no Brasil, e a segunda, que apresenta dados sobre o perfil dessa população. O terceiro capítulo discorre sobre o referencial teórico da pesquisa e sua relevância para tratar do tema, com um subcapítulo específico para tratar do sofrimento ético-político, categoria de análise focalizada nesta pesquisa. O quarto capítulo explicita os caminhos de execução da pesquisa

de campo e a metodologia utilizada para a análise das entrevistas. O quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, isto é, a análise das entrevistas, dividida em duas partes: a primeira referente à análise realizada dentro de cada núcleo de significação construído e a segunda acerca da articulação que se pôde fazer entre os núcleos. O sexto e último capítulo aponta as discussões feitas a partir da análise das entrevistas, considerando o referencial teórico da Psicologia Sócio-Histórica e os dados apresentados nos primeiros capítulos. Por fim, há as considerações finais do trabalho, referências bibliográficas utilizadas e os apêndices, onde é possível encontrar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado para as entrevistadas, o roteiro de questões utilizado como base para as entrevistas e as tabelas dos núcleos de significação.

1 DESIGUALDADE SOCIAL

A desigualdade é um fenômeno multidimensional que se associa a “complexas interações derivadas das relações de poder, determinando situações assimétricas de vantagem e desvantagens entre indivíduos e populações.” (Pochmann, 2015, p. 42). Trata-se de um fenômeno social que abarca diversos fatores e dimensões, como a distribuição desigual e excludente de oportunidades, condições de vida, renda e riqueza entre os indivíduos. Tais condições são determinadas pelo sistema econômico e social e pela estrutura de poder vigente na sociedade, os quais se alteraram ao longo da história, entretanto, jamais deixando de sustentar um padrão excludente de concentração de renda, riqueza e poder que permite a perpetuação do fenômeno da desigualdade social historicamente.

Partindo da classificação de Jean-Jacques Rousseau, realizada em sua obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de acordo com Pochmann (2015), inicialmente, a desigualdade se restringia a algo natural, determinado por diferenças físicas entre os indivíduos, como sexo e raça. Conforme a sociedade foi sendo desenvolvida a partir de agrupamentos, maiores diferenciações passaram a ser feitas, originando uma desigualdade moral e política, relacionada à estrutura de organização da sociedade e permitindo privilégios a uns em detrimento de outros. Assim, nas sociedades agrárias, por exemplo, a desigualdade era baseada no monopólio da propriedade de terra, no predomínio dos impérios coloniais e na exclusão étnico-racial e aceita como algo natural e de ordem divina. Já nas sociedades industriais e urbanas, em que nos encontramos atualmente, é a organização capitalista dos meios de produção e a conformação dos monopólios sociais que constituem a matriz da desigualdade, segundo Pochmann (2015). Com a Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo, a desigualdade moral e política conceituada por Rousseau se intensificou.

O direito da propriedade e a divisão do trabalho elucidaram não apenas o sistema de desigualdade política entre poderosos e fracos como disseminaram a progressão de um sistema de diferenciação entre humanos, que não mais se manifestava naturalmente, mas por razões políticas, econômicas, sociais e culturais (Pochmann, 2015, p. 21).

Apesar de a Revolução Industrial ter possibilitado a produção de bens e serviços em larga escala, a distribuição destes a toda a população não foi realizada. Isso porque o sistema capitalista, que ascensionou com a industrialização, se baseia em um processo de contradição que produz uma miséria proporcional à produção de riqueza, de modo que, para que alguns acumulem riqueza, muitos são explorados e mantidos na miséria.

Ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Portanto, a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de

miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto” (Marx, 2013, p. 721, *apud* Tiengo, 2018, p. 139).

A estrutura de poder capitalista estabelece na heterogeneidade da produção econômica e da circulação de bens a desigualdade de distribuição e concentração de renda, riqueza e poder. Segundo Pochmann (2015), nessa estrutura, a apropriação dos frutos do progresso econômico se associa à posse dos meios de produção, de forma que os trabalhadores são subordinados aos detentores dos meios de produção.

O Brasil, apesar de ter sido incorporado tardiamente ao capitalismo mundial, convive com a desigualdade desde a colonização portuguesa do século XVI. Nesta estrutura inicial de exploração sem compromisso com a formação de uma nação, as atividades de exportação de bens primários concentravam a riqueza a poucos e reproduziam a pobreza pela subsistência alimentar a grande parte da população. “O predomínio por mais de três séculos de latifúndio da terra, de trabalho escravo e de monocultura exportadora consolidou a base primária da desigualdade econômica no Brasil”. (Pochmann, 2015, pp. 12, 13). Embora modificados os sistemas de governo e os ciclos econômicos, a desigualdade perpetua-se no Brasil enquanto colônia, nação independente, Império e República. O padrão excludente de repartição de renda e riqueza é produzido e reproduzido a favor da elite patrimonialista, que se apropria do público em benefício de seus interesses privados, através de monopólios sociais de manutenção e transferência de privilégios e benefícios para segmentos minoritários enriquecidos da população (Pochmann, 2015).

Ao longo de toda a história do país, é feita a expansão das forças produtivas a fim de produzir um crescimento econômico a qualquer custo, sem se atentar para o desenvolvimento social e para problemas estruturais do capitalismo que desencadeiam a desigualdade. Mesmo após o fim da Ditadura Militar, que negligenciou as questões sociais, e o início da democratização na década de 1980, as estruturas conservadoras da política brasileira não foram alteradas, impedindo revoluções e reformas civilizatórias que modificassem o sistema de concentração de renda e riqueza. Dessa forma, apesar das transformações nos sistemas de governo, ciclos econômicos, dimensões territoriais e crescimento populacional, a desigualdade social perpetua-se e se reproduz cotidiana e indefinidamente no Brasil, o que se pode ver no *Atlas de exclusão social – os ricos no Brasil* (Campos, 2004, *apud* Pochmann, 2015), que revela que os 10% mais ricos da população brasileira absorvem 75% da riqueza do país, restando apenas 25% para 90% da população.

Embora associada à estabilidade do conservadorismo que sustenta o poder e os privilégios das classes dominantes, a desigualdade social brasileira é naturalizada por uma ideologia denominada por Souza (2009) de economicismo. Oriunda do neoliberalismo, trata-se de uma visão exclusivamente

econômica e quantitativa do mundo e da realidade social, de forma a reduzir os problemas sociais e políticos à lógica da acumulação econômica e de gestão de recursos. Nessa lógica, o sujeito se perde em meio às análises econômicas, de modo que “os reais conflitos sociais que causam dor, sofrimento e humilhação cotidiana para dezenas de milhões de brasileiros são tornados literalmente invisíveis.” (Souza, 2009, p. 17). Os fatores e condições sociais que constituem a desigualdade são invisibilizados, obscurecendo a gênese e a reprodução da desigualdade. A desigualdade é naturalizada ao passo que o social que a constitui é esquecido.

É esse “esquecimento” do social [...] que permite dizer que o que importa é o “mérito” individual. Como todas as condições sociais, emocionais, morais e econômicas que permitem criar o indivíduo produtivo e competitivo em todas as esferas da vida simplesmente não são percebidas, o “fracasso” dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser percebido como “culpa” individual. As raízes familiares da reprodução do privilégio de classe e o abandono social e político secular de classes sociais inteiras, cotidianamente exercido pela sociedade inteira, são tornados invisíveis para propiciar a “boa consciência do privilégio”, seja econômico (das classes altas), seja cultural (das classes médias), e torná-lo legítimo (Souza, 2009, p. 20).

O esquecimento do social no individual é o que permite a celebração do mérito individual que legitima os privilégios (Souza, 2009). A ideologia meritocrática gera a falsa noção de que o marginalizado social possui as mesmas capacidades e disposições de comportamento de um sujeito que possui poder de classe, justificando os privilégios como fruto de desempenho e sucesso individual. Isso só se torna possível a partir da abstração dos indivíduos de seu contexto social. As condições e determinações sociais que constroem o indivíduo são desassociadas deste, de modo que seu sucesso ou fracasso são atribuídos unicamente ao seu esforço diferencial. Assim, o privilégio é atribuído ao mérito individual, sendo legitimado pelo mito da meritocracia como uma desigualdade justa.

Além de negligenciar o sujeito e suas condições sociais, a visão economicista obscurece a dimensão não-monetária que compõe o fenômeno da desigualdade social. A desigualdade é composta por duas dimensões: a dimensão monetária, referente à renda, e a dimensão não-monetária, que vai além da renda, incluindo o acesso a serviços, condições de vida, capacidades, proteção no emprego, aposentadoria, saúde e educação – fatores essenciais a uma vida civilizada. Apesar de comporem dimensões distintas, os aspectos não-monetários afetam os aspectos monetários e vice-versa, visto que ter acesso a serviços implica na maior detenção de renda e, quanto maior a renda, maior a facilidade de acesso a serviços.

O acesso a serviços afeta a renda real dos indivíduos. Mais que isso, a depender dos regimes de política social, renda e serviços podem estar fundidos, isto é, as políticas

podem produzir superposição de vantagens/desvantagens sobre as mesmas categorias de indivíduos (Arretche, 2018, p. 2).

Mais do que atrelados em uma relação de causalidade, portanto, o acesso a serviços e a renda estão estreitamente associados na determinação social dos indivíduos, o que leva a uma fusão de vantagens sobre os mesmos indivíduos privilegiados, enquanto os outros permanecem em dupla desvantagem. O mecanismo de superposição de vantagens, portanto, distribui de forma desigual o acesso a serviços essenciais ao bem-estar que deveriam ser garantidos a todos enquanto direitos sociais, fazendo com que a desigualdade se reproduza cíclica e indefinidamente.

Souza (2009) ressalta que a desigualdade social é baseada em uma luta de classes “intestinal, cotidiana, invisível e silenciosa, [...] que se reproduz sem que ninguém se dê conta, tanto para os algozes quanto, muito especialmente, para suas próprias vítimas.” (p. 24). Segundo o autor, a luta de classes que constitui a sociedade moderna brasileira é baseada num processo de naturalização da desigualdade e de negligência da produção sistemática de gente e de subgente.

[...] existe um “consenso inarticulado” que perpassa toda a sociedade brasileira que diz que é normal e natural que a nossa sociedade seja dividida em gente e subgente, e é esse consenso que permite a reprodução da maior desigualdade social do planeta dentre as sociedades complexas. Ele é obviamente um consenso “não admitido”, que nenhum brasileiro de classe média jamais confessaria partilhar, e é isso que permite sua eficácia como consenso real, que produz cotidianamente a vida social e política brasileira como ela é, sem que ninguém se sinta “responsabilizado” por isso (Souza, 2009, p. 422).

A divisão entre gente e subgente pode ser equiparada à divisão entre insiders e outsiders, feita por Arretche (2018). Os insiders seriam aqueles que estão incluídos na sociedade, pertencem ao mercado formal de trabalho e têm seus direitos sociais garantidos, sendo favorecidos pelo mecanismo de superposição de vantagens, que reúne sobre os mesmos indivíduos a detenção de renda e o acesso a diferentes dimensões do bem-estar. Considerando a estreita associação da dimensão monetária e da não-monetária da desigualdade, os direitos sociais e o acesso a serviços essenciais estão condicionados à renda ou à ocupação do indivíduo, fazendo com que os insiders acumulem diversas vantagens, como a renda, a garantia de uma vida digna, o acesso a saúde e educação de qualidade.

Enquanto isso, os outsiders são prejudicados pelo mecanismo de superposição de vantagens monetárias e não-monetárias, permanecendo em desvantagem total em ambas as dimensões. Por não se vincularem formalmente ao mercado de trabalho e serem destituídos de renda e de qualquer condição social que permitiria a apropriação de capital, os outsiders também não possuem nenhum tipo de dimensão de bem-estar. Eles são excluídos da vida em sociedade, sendo negados a direitos básicos de cidadania e ao acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. Sendo assim, além de desprovidos monetariamente, os outsiders não são reconhecidos como detentores de direitos sociais,

os quais, conforme a Constituição de 1988, devem ser garantidos de forma universal a todos os cidadãos brasileiros, sem discriminação.

Por constituírem as classes sociais mais baixas, para Souza (2009), os outsiders ou a subgente compõem a chamada “ralé brasileira”. Os sujeitos que fazem parte da ralé são desprovidos dos privilégios que permitem sua inserção no mercado de trabalho capitalista, sendo submetidos a empregos informais ou subempregos, constituindo uma mão de obra barata explorada pelas classes média e alta, as quais obtêm inúmeros privilégios a partir dessa exploração. A ralé é precarizada e abandonada social e politicamente. Esse abandono é estrutural, visto que se reproduz na sociedade há gerações, constituindo o maior conflito social e político brasileiro: a oposição entre uma classe excluída de todas as oportunidades materiais e simbólicas de reconhecimento social e as demais classes sociais incluídas no capital cultural e/ou econômico. No entanto, esse conflito e a própria classe da ralé, são constantemente negligenciados.

Refletindo sobre a base da pirâmide social capitalista, os conceitos de Arretche (2018) e Souza (2009) se aproximam do lumpemproletariado, designado por Karl Marx e Friederich Engels pela primeira vez em *A Ideologia Alemã*, segundo Cinacchi (2020). O lumpemproletariado, livremente traduzido como “homem trapo”, é composto por uma vasta gama de grupos sociais, tais como ex-presidiários, batedores de carteira, mendigos e prostitutas. Cinacchi (2020) aponta que se trata de um “apanhado de indivíduos” sem ocupação definida e sem domicílio estável, que têm em comum o fato de serem explorados, marginalizados e moralmente segregados do processo de desenvolvimento capitalista. O lumpemproletariado é uma camada social paupérrima que reúne “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa” (Cinacchi, 2020, p. 8).

A superpopulação relativa, também denominada como exército industrial de reserva, foi conceituada por Marx em *O Capital*, conforme Cinacchi (2020). Diz respeito a um contingente de pessoas aptas a trabalhar, mas que não conseguem se inserir no processo produtivo, se mantendo desempregadas. Essa população é excedente e supérflua, mas necessária à exploração proletária feita pelo sistema capitalista, que depende da existência de um número de pessoas que necessitam trabalhar excedente ao número de vagas de emprego.

O sistema capitalista não pode prescindir da existência da superpopulação relativa, visto que esta se coloca como necessária para que os trabalhadores inseridos no sistema aceitem condições precárias de trabalho, achatamentos salariais e degradação das relações trabalhistas (Cinacchi, 2020, p. 7).

Se configura em três tipos: flutuante, latente e estagnada. A superpopulação relativa flutuante reúne os trabalhadores dos grandes centros industriais que, ora são atraídos, ora repelidos pelo

mercado de trabalho. O tipo latente se refere aos trabalhadores rurais que migram para as cidades em busca de trabalho, mas não são absorvidos pelo mercado e permanecem desempregados. Por fim, o tipo estagnado agrupa os trabalhadores em atividades irregulares, com precárias condições de vida e extensa jornada de trabalho.

Embora apresentem diferenças conceituais entre si, os grupos sociais aqui expostos – subgente, outsiders, ralé, lumpemproletariado, superpopulação relativa ou exército industrial de reserva – possuem em comum a marginalização e a exclusão das sociedades inseridas no modo de produção capitalista, estando no extremo da ausência de vida digna. Reúnem pessoas em situação de pobreza extrema, destituídas de condições materiais e simbólicas e de recursos que supram suas necessidades básicas. A situação de pobreza em que se encontram é consequência da desigualdade social, entendida aqui como um fenômeno multidimensional de distribuição diferenciada de riqueza, condições de vida e oportunidades, característico e necessário à manutenção do sistema capitalista, que depende da miséria de muitos para produzir riqueza a poucos.

Como consequência, a desigualdade social produz a exclusão social das pessoas acometidas mais seriamente por ela. Segundo Nascimento (1994), o conceito sociológico de exclusão social diz respeito a um processo social de não-reconhecimento do outro, de rejeição ou intolerância, que é imputado a uma pessoa de forma externa. A pessoa excluída é colocada à margem da sociedade, sendo levada à uma trajetória de rupturas de vínculos sociais e ao não-reconhecimento como cidadã de direitos. A exclusão social se dá através de diversos mecanismos de opressão: racismo, xenofobia, classismo, machismo, homofobia, etarismo, capacitismo, entre outros.

Uma classe de pessoas que enfrenta diariamente a exclusão social e as consequências da desigualdade social, sendo atravessada por diferentes mecanismos de opressão, é a população em situação de rua. As pessoas em situação de rua vivem em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, estando na base ou até mesmo abaixo de todas as outras classes sociais. São sujeitos destituídos de renda e de seus direitos humanos e sociais básicos; inferiorizados e excluídos da sociedade a ponto de não serem vistos enquanto cidadãos de direitos pelo próprio Estado que deveria garanti-los; invisibilizados e negligenciados por todos os olhares que as perpassam pelas ruas; esquecidos por todos e afetados pelas diversas dimensões que compõem a desigualdade social, sofrendo “a ausência de tudo, do acesso a bens materiais, sociais, além dos precários vínculos familiares e do trabalho” (Oliveira, 2007, p. 2). São subgente que constituem a ralé brasileira, outsiders excluídos da sociedade, trabalhadores que compõem um exército industrial de reserva concomitantemente supérfluo e necessário, lumpemproletariados pauperizados – em suas diferenças

conceituais e especificidades no modo de vida, possuem em comum o fato de serem vítimas extremas da desigualdade social.

2 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

2.1 Contextualização histórica

Pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, sem domicílio, habitando locais públicos e representadas socialmente como vagabundas existem desde a Idade Antiga (Priori, 2019). Todavia, o fenômeno população em situação de rua enquanto questão social surgiu a partir da industrialização e urbanização advindas com a implementação do capitalismo, sistema que gera uma população forçada a vender sua força de trabalho para sobreviver e exclui aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho por não haver vagas de emprego suficientes.

No Brasil, a ascensão do sistema capitalista se deu com o fim do modo de produção escravista. A escravidão foi o primeiro regime de trabalho no Brasil colonial, imposto para garantir uma produção econômica em grande escala que atendesse às demandas da Europa. Os negros escravizados não eram tidos como sujeitos de direitos e sequer humanizados, sendo apenas propriedades de seu senhor, ao qual deviam sua mão de obra. Segundo Menezes (2012), o Brasil foi o último país das Américas a abolir o sistema escravista, em 1888 com a Lei Áurea, após pressões internas de revoltas populares e externas de países como a Inglaterra. No entanto, a abolição da escravidão não trouxe dignidade à vida dos ex-escravizados. Embora libertos, os negros foram abandonados à sua própria sorte numa sociedade que se reestruturava econômica e socialmente de acordo com o sistema capitalista, não sendo acolhidos por nenhum tipo de política de inserção em atividades produtivas que garantissem sua sobrevivência.

A ideologia capitalista, crescente na época, prega o trabalho como algo positivo e que agrega valor ao indivíduo na vida civilizada, de modo a fazer com que o trabalhador venda sua força de trabalho ao capitalista empreendedor. Todavia, a força de trabalho nacional existente até então, baseada essencialmente em ex-escravizados, não estava incluída nessa nova ideologia do trabalho. Devido a tantos anos de escravização, os trabalhadores não tinham o trabalho como positivo, mas sim como um castigo, resistindo ao assalariamento (Valladares, 1991). Eram assim considerados inaptos, indisciplinados e ignorantes, não se encaixando no tipo de trabalhador buscado, moralizado pela ordem do trabalho. Assim, no início do processo de industrialização brasileira, foi utilizada, em especial, a mão de obra imigrante europeia que chegava ao país em busca de oportunidades. Após 1888, portanto, uma parte da mão de obra recém-liberta permaneceu nas propriedades rurais sob baixíssima remuneração e outra parte se tornou desempregada, integrando o chamado exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, uma classe disfuncional ao mercado de trabalho, mas essencial à manutenção do sistema capitalista. Aqueles não empregados pelo mercado formal

optaram por formas alternativas de ocupação, sobrevivendo com ganhos irregulares como prostitutas, ambulantes, engraxates, carroceiros, entre tantos outros, vistos como resíduos não-produtivos pela elite (Valladares, 1991).

Além de não serem contratados pelas fábricas como trabalhadores assalariados, não foi estabelecida nenhuma política de reparação e integração dos ex-escravizados à sociedade, de modo que estes foram lançados às ruas sem formação escolar, emprego, moradia ou condições de sobrevivência. Se antes eram tidos como mercadorias e propriedades de seus senhores, após a abolição esses sujeitos se tornaram sub-humanos descartáveis, corpos abjetos. Observa-se então que o fim da escravidão não melhorou as condições de vida da população negra que residia involuntariamente no país, mas sim culminou em uma intensa desigualdade social e nos primeiros movimentos de pessoas em direção às ruas brasileiras, que vagavam praticando mendicância, pequenos furtos e submetendo-se a péssimas condições de trabalho (Cerqueira, 2011).

A pobreza urbana como questão social no Brasil se intensificou também devido ao êxodo rural de pessoas em busca de trabalho nas cidades que se industrializavam e se modernizavam no início do século XX, algo que se tornou em um fenômeno social heterogêneo, diversificado, conflitivo e desigual (Freitas, 2016). Tamanho o êxodo rural, houve uma explosão demográfica nas cidades, que não suportavam a grande quantidade de novos habitantes. Surgem problemas de moradia, que desencadearam o aumento de pessoas em situação de rua e a formação das primeiras habitações coletivas do Brasil, os cortiços. Cerqueira (2011) define um cortiço como um “conjunto de duas ou mais habitações que se comunicam com ruas públicas por entradas em comum e que servem de residência para mais de uma família” (p. 75), sendo suas principais características a superlotação e a infraestrutura precária. As ruas eram consideradas um prolongamento dos cortiços, sendo um espaço de socialização daqueles que ameaçavam as leis e os bons costumes e instalavam a desordem através da vadiagem e mendicância, ambos considerados crimes pelo código criminal da época (Valladares, 1991).

A criminalização da pobreza, portanto, também data deste período, propagando a ideia de que se trata de uma “classe perigosa”, vagabunda, ociosa e marginal, seguindo um raciocínio de acordo com o qual pobres carregam vícios, vícios produzem delinquentes, delinquentes são perigosos, logo, pobres são perigosos (Cerqueira, 2011) – raciocínio que é reproduzido até os dias de hoje. Com a ascensão da lógica capitalista de produção, o mundo passava a ser conduzido pela dicotomia trabalho, moral e ordem *versus* mundo vadio, amoral e caótico, opondo o trabalhador ao vadio. Aqueles que se encontravam fora do mundo do trabalho regular, isto é, os vagabundos, criminosos, ambulantes, desordeiros, prostitutas, entre outros, eram considerados vadios e perigosos por desrespeitar a ordem

da sociedade. Individualizando-se questões sociais, explicava-se a situação em que tais pessoas se encontravam como uma responsabilidade individual por se recusarem a vender sua força de trabalho segundo a ética do trabalho, não se transformando em trabalhadores porque não queriam, preferindo aderir à pobreza como opção pessoal. Nessa lógica, pobre era aquele que escolhia não se transformar em trabalhador, permanecendo fora do mercado de trabalho formal e sobrevivendo na vadiagem.

Assim, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. O ocioso é aquele indivíduo que, negando-se a pagar sua dívida para com a comunidade através do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum (Chalhoub, 1986, p. 46, *apud* Valladares, 1991, p. 91).

As ideias de criminalização da pobreza estavam na base de alguns discursos e medidas que foram tomadas no início do século XX para conter o crescimento do número de pessoas vivendo nas ruas e nos cortiços e afastá-las dos centros das principais cidades do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo. Um exemplo foi o movimento sanitário-higienista, que possibilitou a conscientização da população e do poder público acerca da relação entre a propagação de doenças e a falta de saneamento básico e condições de higiene nas habitações populares. A produção de conhecimento médico oriundo desse movimento foi um importante passo para a saúde pública brasileira, promovendo a construção de políticas de saneamento e combate aos surtos epidêmicos – embora este tendo sido feito de modo truculento e impositivo à população, gerando descontentamentos que desencadearam na Revolta da Vacina em 1904, por exemplo (Valladares, 1991).

Apesar dos avanços promovidos na saúde, o movimento requereu uma reforma urbana para retirar das regiões centrais os polos de propagação das epidemias – as insalubres habitações coletivas, os cortiços. Embora se baseasse em um discurso médico de preservação da saúde da população, as reformas objetivavam o bem-estar das elites e o embelezamento das cidades, que envolviam a demolição dos cortiços já existentes, a proibição da construção de novas instalações e o afastamento da população pobre das ruas. Para as elites, o cortiço era o centro propagador do mal que colocava em risco não apenas a saúde da população, mas a ordem social, visto que era onde se concentravam as “classes perigosas”, que propagavam não só doenças, mas vícios e maus costumes (Valladares, 1991). A epidemia que se desejava afastar, portanto, não era somente a das doenças, mas também a da pobreza.

De acordo com Cerqueira (2011), a população expulsa dos centros das cidades passa a migrar dos centros para as periferias, construindo uma nova forma de habitação coletiva, igualmente sem infraestrutura e saneamento básico: as favelas. Junto à população, o discurso higienista acerca das “classes perigosas” foi transferido do centro para as favelas periféricas, vistas com a mesma miséria,

periculosidade e imoralidade com que eram observados os cortiços. A transferência da população prejudicou em muito a sua qualidade de vida – que já era precária em termos de moradia –, visto que a fez perder os vínculos sociais e redes de apoio já estabelecidos e dificultou o acesso ao seu local de trabalho nas regiões centrais. A distância entre a residência e o local de trabalho e o gasto que teriam com transporte fizeram com que muitas pessoas dormissem nas ruas das cidades durante a semana, para estarem mais próximas ao trabalho (Cerqueira, 2011). Isso, que deveria ser algo provisório, acabou por se tornar a realidade de muitos que vivem nas ruas indeterminadamente.

A partir da década de 1930, intensificaram-se movimentos migratórios nacionais do nordeste em direção ao centro-sul do país, onde as pessoas buscavam empregos no setor terciário e industrial. Segundo Valladares (1991), a imagem negativa que era atribuída ao trabalho até o fim da escravidão passou a se diluir com as mudanças possibilitadas pela legislação trabalhista criada em 1934, incitando a busca pelo trabalho assalariado. Começa a se formar a segunda geração de operários: os migrantes nacionais (Freitas, 2016). Todavia, a migração de pessoas para os principais polos urbano-industriais foi tamanha que as cidades sofreram uma superlotação. A quantidade de empregos existente era cada vez mais insuficiente para a crescente população urbana, levando as massas a aderirem ao subemprego e atividades intermitentes mal remuneradas para sobreviver em meio às condições de vida agravantes. Nota-se assim que o desenvolvimento econômico capitalista é capaz de integrar apenas parte da população à sociedade, gerando massas urbanas à sua margem, não incorporadas, excluídas pelo mercado.

O centro de São Paulo, cidade onde se habita esta pesquisa, passou por diversas mudanças até chegar no estado em que se encontra hoje, isto é, com uma grande concentração de pessoas vivendo em situação de rua. Desde o início do século XX, o centro da cidade é composto por uma confluência de grupos e atividades diferenciadas, enquanto outros bairros eram explicitamente separados entre classes sociais. Na década de 1930, extintos os cortiços da região central, esta passa a abrigar uma nova classe média de pequenos proprietários e imigrantes europeus chegados no fim do século anterior, como aponta Freitas (2016), citando a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik. No entanto, a partir da década de 1950, as transformações urbanas e a desigualdade social se intensificaram com o processo de modernização acelerado pelo presidente Juscelino Kubitschek e, posteriormente, pelo golpe militar instaurado em 1964. A concentração na região central da cidade volta a crescer com cortiços e ocupações, concomitantemente ao crescimento das favelas periféricas. De acordo com Freitas (2016), espaços que até então eram ocupados pela classe média, como o Pátio do Colégio, a Praça da República e a da Sé, assim como viadutos da cidade, passaram a se tornar locais de abrigo e de trabalho informal da população pobre e desempregada.

Nos anos que se seguiram, o processo de urbanização se manteve em ritmo superior ao do crescimento demográfico, fazendo-se acentuar a acumulação da miséria e a desigualdade social, de modo que as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo reuniam 47% da população de baixa renda entre as décadas de 1970 e 1980 (Valladares, 1991). O desenvolvimento acelerado do capitalismo neoliberal a partir de 1985 intensificou ainda mais a desigualdade social, a miséria, a exploração dos trabalhadores e suas precárias condições de vida. A especulação imobiliária expulsa a classe trabalhadora do centro da cidade de São Paulo, impelindo-a cada vez mais à periferia, onde os terrenos são mais baratos. Nesse processo de segregação espacial, a pobreza urbana se desloca para as periferias, que crescem mais do que a própria metrópole, por terem se tornado destino não só para aqueles já residentes da cidade, mas para os que migram de outras regiões do país. Aumenta o número de trabalhadores que residem longe de seus locais de trabalho e são obrigados a gastar horas e dinheiro em transporte diário, além de enfrentarem dificuldade de acesso a equipamentos coletivos de saúde, por exemplo, que se restringiam ao centro da cidade.

Valladares (1991) aponta que a vivência comum da segregação urbana possibilitou aos moradores da periferia criarem uma identidade coletiva, se unindo ao redor das mesmas dificuldades e interesses. Essa coletivização não havia sido identificada nas camadas populares urbanas até então e indica um processo importante para a união e luta da população por seus direitos. O senso de comunidade identificado nos bairros e favelas periféricas, no entanto, dificilmente é encontrado nas pessoas que se encontram em situação de rua nas regiões centrais da cidade, visto que a luta diária que travam pela sobrevivência é solitária e invisível.

Conforme a ascensão do capitalismo neoliberal na década de 1990, se expande a superpopulação relativa no Brasil e no mundo, desempregada pela escassez de vagas de emprego. Perante essa situação, a família trabalhadora se vê impelida a apelar para o trabalho precarizado no setor informal, um mercado dinâmico, de fácil entrada, que não exige qualificação e pode envolver diferentes atividades. Todos os membros da família são mobilizados ao trabalho informal na rua, inclusive crianças e adolescentes. A presença dessas pessoas nas ruas é constantemente atrelada à vadiagem, retomando a associação entre pobreza e criminalidade oriunda do fim do século XIX no país, através da crença de que a violência nas cidades está relacionado às pessoas pobres e desempregadas (Valladares, 1991).

Como foi possível observar, a presença de pessoas nas ruas das cidades brasileiras se dá, de maneira mais significativa, após a abolição do regime de escravidão e com a ascensão do modo de produção capitalista entre o fim do século XIX e início do século XX. Todavia, o capitalismo neoliberal, com sua lógica de trabalho individualizada e globalizada, elevou os níveis de desemprego

e fez com que surgissem as novas “vítimas da modernidade”, como denominado por Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 34, *apud* Freitas, 2016, p. 41) para se referir às pessoas que sobrevivem nas cidades de forma subordinada ao regime neoliberal. Dentre os riscos que este regime traz para a população brasileira, além de gerar problemas estruturais como o desemprego, Freitas (2016) aponta que Sousa Santos (2010) adverte para o fato de o neoliberalismo ser baseado em um modelo de globalização hegemônico, que tenta homogeneizar sob um modo de funcionamento global e de forma impositiva um espaço que é heterogêneo, construído por pessoas diversas e plurais. A sociedade brasileira e, em especial, a cidade de São Paulo é marcada pela diversidade das pessoas que nela circulam, não podendo ser concebida a partir de um paradigma homogêneo.

As transformações históricas construíram um centro diversificado na capital paulista. Suas praças e ruas abrigam, concomitantemente, monumentos históricos de colonizadores europeus e pessoas que lutam para sobreviver de maneiras diversas, como vendedores ambulantes, catadores de materiais recicláveis e lavadores de carros, além daqueles envolvidos no mercado ilegal de drogas (Freitas, 2016). É como se existissem diversas cidades dentro da cidade de São Paulo, não podendo esta ser definida segundo os moldes de qualquer outra metrópole do mundo. Segundo Freitas (2016, p. 51), Goldsmith (1994, p. 24) define uma dessas “cidades” que compõem a capital paulistana como “cidade da miséria”: uma cidade que abriga pessoas destituídas de direitos, cidadania e dignidade pública, pessoas que vivem em pequenas casas precárias e superpovoadas, favelas em regiões de risco, cortiços centrais e aquelas que vivem em situação de rua – pessoas historicamente excluídas da cidade, como foi possível observar nesse capítulo. A cidade que essas pessoas vivenciam é totalmente distinta da cidade que moradores de bairros nobres vivenciam. Essas pessoas lidam diariamente com a falta de saneamento básico, de lazer, a dificuldade de acesso a serviços públicos, ao local de trabalho, a fome, a precariedade ou a falta de moradia. São vivências que refletem a desigualdade social histórica que assola o país e suas principais capitais, devendo ser consideradas em suas especificidades na elaboração de políticas públicas direcionadas ao cuidado e dignidade de vida dos moradores da cidade, tanto aqueles que vivem em favelas periféricas quanto aqueles que vivem pelas calçadas centrais.

2.2 Quem é a população em situação de rua brasileira?

Como foi possível notar até este ponto, a população em situação de rua enfrenta uma trajetória histórica de exclusão. Ao longo desta trajetória, foi diversa a nomenclatura utilizada para se referenciar a essa população, conforme cada contexto histórico, cultural e social. Os termos variaram entre mendigos, população de rua, sem-teto, moradores de rua, povo da rua, sem-abrigo, pessoas em

situação de rua e população em situação de rua (Silva, 2020). Atualmente, a expressão “população em situação de rua” é a mais utilizada e aceita pela academia brasileira para se referir ao fenômeno. O Decreto 7.053, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua em 2009, define o conceito “população em situação de rua” como

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009).

O termo “população em situação de rua” parte da noção de que a situação de rua não é uma condição escolhida pelos que nela se encontram, mas que nela foram colocados por circunstâncias distantes do seu controle. Compreende o fenômeno como decorrência da desigualdade social e dos altos níveis de pobreza produzidos pelo capitalismo, isto é, como condição social gerada pela estrutura capitalista na produção de uma superpopulação relativa em prol da acumulação do capital. Além disso, a expressão abrange a heterogeneidade do fenômeno, não restringindo-o ao sentido estrito da “rua”, mas compreendendo os diferentes espaços ocupados pelas pessoas em situação de rua, como praças, baixos de viadutos, moradias improvisadas e centros de acolhida. Entende-se que, embora se trate de um fenômeno social e haja características comuns entre as pessoas que se encontram em situação de rua, há particularidades do território, da cultura, do espaço físico, dos hábitos, perfis socioeconômicos, tempo de permanência e estratégias de sobrevivência utilizadas pelas pessoas nas ruas. Não se trata de um bloco homogêneo de pessoas, mas de populações compostas por pessoas com histórias, origens, interesses e vinculações sociais distintas. Todavia, existem três aspectos em comum que permitem a identificação dessa população: a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou interrompidos, a utilização de unidades de acolhimento institucional e de espaços públicos como moradia e sustento (São Paulo, 2021).

Segundo Motta Costa (2005), a pobreza extrema é uma condição vinculada à estrutura da sociedade capitalista e se define pela não propriedade dos meios de produção e dificuldade de acesso às riquezas produzidas socialmente, seja pela ausência de renda regular ou de acesso a políticas públicas que lhe garantam as necessidades básicas para uma vida digna, fazendo pessoas como aquelas que estão em situação de rua beirarem a miséria. Os vínculos familiares fragilizados ou interrompidos, por sua vez, se apresentam como um dos aspectos característicos da população em situação de rua porque grande parte das pessoas que vivem nas ruas não estão acompanhadas de suas famílias e indicam rupturas por motivos diversos, como desavenças afetivas, questões econômicas e preconceitos em relação à sexualidade. A falta de renda, vínculos familiares e residência fixa leva as

peças a utilizarem a rua como espaço de moradia e/ou sustento, sendo este o último aspecto que caracteriza a população em situação de rua.

O entendimento da população em situação de rua enquanto fenômeno social a ser estudado e contabilizado para a formulação de políticas públicas é recente, o que se pode ver pela escassez de dados sobre essa população até pouco tempo atrás. Sicari *et. al* (2018) constatam que até 1970 praticamente não havia produções sobre o fenômeno, as quais se tornaram mais frequentes a partir de 1990 e foram intensificadas desde 2006, acompanhando a trajetória de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que ampliaram as noções de direitos humanos e cidadania. Pesquisas que abrangem as características da população em situação de rua em âmbito nacional também são recentes. O primeiro censo e pesquisa nacional sobre a população em situação de rua data de 2009 e, até 2023, essa população não era incluída no censo demográfico realizado pelo IBGE, algo que foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos somente em junho do ano anterior à presente pesquisa. Justificada pela ausência de referência de moradia, a exclusão das pessoas em situação de rua da contagem populacional nacional revela o desinteresse do Estado e a invisibilidade dessa população perante a sociedade.

O relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal”, produzido em agosto de 2023 pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, indica que há cerca de 236.400 pessoas em situação de rua no Brasil, com base nos registros feitos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Isso significa que uma em cada mil pessoas vivem em situação de rua entre 64% dos municípios brasileiros. Ressalta-se que esse número não contempla a totalidade de pessoas que se encontra em situação de rua, visto que nem todas estão registradas no CadÚnico e, devido à heterogeneidade do fenômeno, pode haver dissonâncias nos critérios para a contagem. Assim, pode haver ainda mais pessoas nessa condição, mas que não são contabilizadas, sendo desconsideradas para a elaboração de políticas públicas.

A população brasileira tem passado por um processo de pauperização, ligado à precarização das relações de trabalho, ao desemprego e às transformações econômicas oriundas da globalização, que aumenta a exclusão social. A situação geral de pobreza aumentou desde 2018, quando o número de brasileiros nesta condição era de 52,5 milhões de brasileiros e passou para 66 milhões em 2022 (Brito, 2022). A “Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2012-2022)”, publicação feita em dezembro de 2022 pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), revela que a população em situação de rua também aumentou, dado que entre 2012 e 2022 houve um crescimento de 211% dessa população, sendo 38% somente entre os anos de 2019 e 2022. Este período se refere

à pandemia de Covid-19, que instaurou crises sanitárias e econômicas que intensificaram a vulnerabilidade social dos brasileiros, em especial daqueles que vivem nas ruas. Tais anos também coincidem com o governo de Jair Bolsonaro, marcado pelo subfinanciamento de políticas públicas de saúde e assistência social que garantem direitos básicos à população brasileira. Nota-se como a pandemia e a escassez de políticas públicas aumentaram a vulnerabilidade de diversos grupos sociais, atingindo especialmente os sujeitos invisibilizados. A discriminação às pessoas em situação de rua aumentou durante a pandemia, visto que a população temia ser contaminada por elas. Como consequência, deixaram de auxiliar essas pessoas com doações de alimentos, por exemplo, deixando-as ainda mais desassistidas. O cenário evidenciou situações que já existiam antes, como a exclusão, a solidão e o estigma social.

De acordo com o Observatório Nacional dos Direitos Humanos, plataforma do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania que se baseia nos dados registrados no CadÚnico até 2023, 38% das pessoas em situação de rua nasceram no município em que vivem, 57% vieram de outro município e 5% de outros países, como Venezuela, Angola e Afeganistão. A maior parte das pessoas (60%) encontra-se em situação de rua há dois anos, enquanto 12% estão nela há mais de dez anos. Os principais motivos para estarem em situação de rua são problemas familiares (44%), desemprego (38%) e uso abusivo de álcool e outras drogas (28%).

Uma porcentagem significativa das pessoas em situação de rua apresenta algum tipo de deficiência (14%), sendo a mais frequente a deficiência física (47%), seguida por transtornos mentais (18%) e deficiências visuais (16%). Além daqueles que apresentam alguma deficiência física ou intelectual, há aqueles atingidos por doenças como tuberculose, infecções sexualmente transmissíveis, doenças de pele e doenças respiratórias. A recorrência do uso abusivo de álcool e outras drogas também faz parte da realidade das ruas, principalmente como alternativa para diminuir o desconforto causado pela fome e pelo frio e a solidão das ruas, funcionando como um elemento de socialização com os pares. A situação de vulnerabilidade e as violências a que são expostos diariamente também repercutem negativamente na saúde mental da população em situação de rua, que é atingida por intenso sofrimento psíquico, ansiedade, depressão e psicoses. Aponta-se para o preconceito dirigido contra as pessoas em situação de rua que dependem de álcool e outras drogas, possuem alguma doença física ou estão em sofrimento psíquico. As pessoas acabam por experimentar um duplo sofrimento, primeiro pela situação de vulnerabilidade que vivenciam, segundo pelas violências e julgamentos externos destinados contra elas.

Os homens representam a grande maioria da população em situação de rua brasileira, somando 88%. Boa parte se encontra em idade adulta, isto é, entre 30 e 49 anos (57%), e é formada por pessoas

negras (68%), dentre as quais 50% se identificam como pardas e 18% como pretas. A prevalência de pessoas negras em situação de vulnerabilidade social comprova a persistência do racismo na sociedade brasileira. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN) indica que a fome é presente em 10,7% das pessoas negras, enquanto na população branca 7,5% (Braitt, 2022).

O racismo se revela também nos dados acerca das vítimas de violência. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) do Ministério da Saúde registrou, entre 2015 e 2022, 48.608 notificações de violência no país motivadas principalmente pela condição de situação de rua em que se encontrava a vítima. Isso revela as consequências das representações sociais negativas e dos preconceitos que a população geral designa às pessoas em situação de rua, como vagabundas, preguiçosas, bêbadas, sujas, perigosas, entre outros. Assim como os dados registrados no CadÚnico, os casos de violência devem ser ainda maiores, pois esse número corresponde apenas às situações em que um agente público registrou a informação no sistema. As principais vítimas desse tipo de violência são homens negros, que somam 69%. Os jovens são os mais atingidos, visto que 26% tinham entre 20 e 29 anos e 25% entre 30 e 39 anos. A violência física é a mais frequente (88%), seguida da psicológica (14%). As mulheres também são vítimas recorrentes de violência nas ruas, representando 40% dos casos notificados em 2022, embora sejam apenas 13% do total de pessoas que vivem nas ruas. Os principais autores dos casos totais de violência são pessoas desconhecidas das vítimas (39%), que as agredem em locais públicos. Ressalta-se a recorrência dos casos, que correspondem a 28% das notificações.

O relatório “População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal”, aponta que grande maioria das pessoas em situação de rua não vive com suas famílias (92%) e nunca ou quase nunca tem contato com parentes que não estão em condição de rua (61%). Sobre os locais onde dormem, 55% apontam a rua. A maior porcentagem de pessoas dormindo em albergues está no Sudeste, correspondendo a 41%. A região Sudeste do país concentra a maior parte dos brasileiros em situação de rua (62%), sendo 40% deste total apenas no estado de São Paulo.

Há 53.853 pessoas em situação de rua na capital de São Paulo, de acordo com o relatório elaborado em agosto de 2023. Segundo o Observatório Nacional dos Direitos Humanos, isso significa que uma em cada quatro pessoas em situação de rua no país se encontra na cidade de São Paulo. Esse número aumentou mais de vinte mil em dois anos, segundo o Censo da População em Situação de Rua, último censo realizado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social em 2021, que apontava, na época, 31.884 pessoas em situação de rua na cidade. O Censo de 2019 havia

identificado um número ainda menor, correspondendo a 24.344 pessoas em situação de rua, o que indica a falta de políticas públicas de assistência nos anos correspondentes à pandemia de Covid-19. Isso se revela também no fato de que, entre 2009 e 2019, havia mais pessoas em situação de rua vivendo em serviços de acolhida do que nas ruas, número que se reverteu em 2021, quando se registraram 60,2% nas ruas e 39,8% em serviços de acolhida.

Ressalta-se a incerteza desses números. Enquanto o relatório elaborado pelo governo federal indica 53.853 pessoas em situação de rua em São Paulo, o CadÚnico registra 62.155 pessoas. O presidente do Movimento Estadual da População em Situação de Rua, Robson Mendonça, denuncia um número ainda maior, conforme entrevista concedida à Agência Brasil em janeiro de 2024. Ele indica que há 69 mil pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, número que cresce cada vez mais devido à falta de políticas públicas, ao desemprego e queda no poder aquisitivo. Essa instabilidade na contagem de pessoas em situação de rua prejudica a elaboração de políticas públicas adequadas para atender todo o público, podendo deixar milhares desassistidos por não terem sido contabilizados.

O Censo da População em Situação de Rua de 2021 aponta que, entre 2019 e 2021, cresceu o número de pessoas acompanhadas por integrantes da família nas ruas, indo de 20% para 28,6% dos entrevistados, o que sinaliza um crescimento do número de famílias vivendo nas ruas da cidade, provavelmente por questões econômicas. Do total, 93,5% das pessoas frequentaram a escola, 92,9% são alfabetizados, 21,4% completaram o ensino médio, 15,3% o ensino fundamental e 4,2% são graduados no ensino superior.

Apesar de o perfil majoritariamente masculino se manter, aumentou a quantidade de mulheres nas ruas de São Paulo, de 14,8% em para 16,6% no mesmo intervalo. A população trans, travesti, agênera e não binária também cresceu de 2,7% para 3,1%. A maioria das mulheres (47,4%), cis e transgêneras, possuem entre 31 e 49 anos e se autodeclaram como pardas (41,2%), seguidas de brancas (29%) e pretas (26,8%), enquanto a maioria dos homens se autodeclaram pretos. As mulheres são mais distribuídas entre a rua (52,7%) e os serviços de acolhida (47,3%), nos quais a maioria (29,2%) costuma permanecer mais de seis meses. Há porcentagem considerável de mulheres que possuem moradias improvisadas, como barracas de camping ou papelão (56,4%), ao mesmo tempo em que 43,1% não possuem.

Os dados de 2021 revelaram que 96,44% das pessoas que vivem nas ruas de São Paulo são nascidas no Brasil e somente 3,56% são estrangeiros. A maioria dos brasileiros são oriundos de outros estados (40,94%), como Bahia (8,47%), Minas Gerais (5,44%) e Pernambuco (5,28%). Enquanto

isso, 39,2% são paulistanos e 19,86% vêm de outras cidades paulistas. A busca por emprego é o principal motivo que levou as pessoas não naturais de São Paulo para a cidade, correspondendo a 52% dos casos, que, por não encontrarem oportunidades e não possuírem recursos financeiros, se destinaram às ruas. Muitos destes não retornam para casa após não encontrarem oportunidades de trabalho por “vergonha de ter fracassado” (Tiengo, 2018, p. 147).

Os motivos que levaram essas pessoas às ruas paulistanas são multifatoriais e não podem ser tidos de forma isolada. Reúnem conflitos familiares (34,7%), dependência de álcool e outras drogas (29,5%) e desemprego (28,4%). Isso revela que a ausência de moradia não é o único motivo que leva as pessoas para as ruas. Há ainda aspectos como a falta de recursos financeiros para arcar com o transporte entre sua residência e o trabalho por morarem na periferia, a necessidade dos catadores de recicláveis de estarem próximos a locais de coleta de materiais e questões psicossociais. Observa-se que há fatores estruturais, como a ausência de moradia e o desemprego, que estão relacionados à estrutura da sociedade capitalista; fatores específicos de determinadas épocas e regiões do Brasil e fatores biográficos como os conflitos familiares e transtornos mentais. A imensa maioria deseja sair das ruas (92,3%), enquanto somente 6% não possuem esse desejo. Ter um emprego fixo é o principal fator que os tiraria das ruas (45,7%), assim como a moradia (23,1%), resolver conflitos familiares e retornar para a casa da família (8,1%) e superar a dependência de álcool e outras drogas (6,7%). Nota-se assim a interrelação de fatores que se combinam no fenômeno situação de rua.

Em relação às regiões da cidade onde há maior concentração de pessoas em situação de rua, o Mapa da Desigualdade de 2023, realizado pela Rede Nossa São Paulo, aponta Santa Cecília como o bairro mais concentrado, com 5.006 pessoas, e Iguatemi como o de menor valor, com uma média de apenas 1 pessoa. Esses dados revelam uma maior presença de pessoas em situação de rua nas regiões centrais da cidade, por questões estratégicas de sobrevivência relacionadas à maior facilidade de mobilidade, trabalho e alimentação, visto que há maior fluxo de pessoas e serviços. Isso não é um dado novo, mas que existe desde o início da industrialização. Nos grandes centros, há maior circulação do capital e mais alternativas de trabalho, seja ele autônomo ou através de grupos organizados em cooperativas e associações. Há também maior facilidade de as pessoas em situação de rua receberem doações e realizar atividades informais, como guarda de carro e venda ambulante de produtos, visto que há grande circulação de pessoas pelo centro da cidade. O centro acaba por reunir mais instituições públicas e filantrópicas que provêm alimentação, abrigo e serviços de higiene. Embora se mantenham fixadas em locais conhecidos, segundo Torres *et. al* (2022), as pessoas transitam pela cidade conforme as circunstâncias e necessidades, como para coletar materiais

recicláveis e levá-los até os pontos de coleta, pedir dinheiro ou comida em bares e restaurantes, procurar emprego e vender mercadorias.

As pessoas se utilizam de diferentes estratégias de trabalho para sobreviver nas ruas. Segundo levantamento feito em 2023 a partir do CadÚnico no Brasil, as principais atividades realizadas pela população em situação de rua são a de catador de material reciclável (19%) e a de pedir dinheiro nas ruas (11%), sendo que 68% do total já foi empregado com carteira assinada. O Censo realizado em 2021 na cidade de São Paulo aponta que a maioria das pessoas em situação de rua está envolvida em algum tipo de trabalho, seja com bicos (33,9%), de forma autônoma (16,7%), empregados sem registro em carteira (3,9%) ou com a carteira assinada (2,2%).

Embora haja uma heterogeneidade de vivências, o cotidiano das pessoas que sobrevivem nas ruas é, de forma geral, marcado por diversas dificuldades, sejam elas em relação à sobrevivência física, como a fome e o frio, ou decorrentes dos preconceitos e estigmas, que podem recair sob a forma de violência. Os próprios motivos que levam as pessoas às ruas estão ligados a uma trajetória de rupturas, sofrimentos e violências físicas e morais que as expõem a situações extremas de vulnerabilidade e a riscos. O medo de ter seus pertences roubados, de ser agredido, de ser alvo de preconceitos ou vítima de violência sexual são riscos constantes da vida na rua.

Essa realidade pode ser ainda mais dura no caso das mulheres. Como visto acima, os dados nacionais indicam que a esmagadora maioria das pessoas em situação de rua é homem (88%), algo que não acompanha a população geral, que conta com 6 milhões de mulheres a mais do que homens, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022. Em São Paulo, o último Censo, realizado em 2021, aponta para a presença de 16,6% mulheres vivendo nas ruas, porcentagem que aumentou 1,8% em dois anos. Esse dado se refere a um momento em que havia 31,9 mil pessoas vivendo nas ruas da cidade. Indaga-se quantas mulheres em situação de rua haveria atualmente, em 2024, em meio aos 53.853 paulistanos que vivem nas ruas.

Sendo minoria nas ruas, a invisibilidade que as mulheres enfrentam se torna ainda maior que a dos homens. Além da negligência social e dos riscos que assolam a vida das pessoas em situação de rua de forma geral, as mulheres que se encontram nessa situação experienciam sofrimentos específicos oriundos da vivência como mulheres. Nas ruas, lidam com uma realidade profundamente masculinizada e preconceituosa que as considera frágeis e “vítimas fáceis” de inúmeras violências (Quiroga *et. al*, 2009). São expostas a situações e sentem medos que lhe atravessam apenas por serem mulheres: o medo de serem violentadas enquanto dormem, a exposição a situações de prostituição, a violência do tráfico, a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, a falta de privacidade e de

condições básicas de higiene para ter uma saúde menstrual, a solidão e os esforços para cuidar de seus filhos mesmo sem conseguir cuidar de si mesmas (algo que se diferencia em relação aos homens, que raramente têm crianças sob seus cuidados nas ruas), ter seus filhos retirados de seus cuidados pelo Conselho Tutelar, entre tantas outras situações a que são expostas devido à violência de gênero. Tais situações exigem que as mulheres desenvolvam estratégias específicas de sobrevivência nas ruas.

Dentre os principais motivos apontados por Sicari *et. al* (2018) para as mulheres habitarem as ruas, estão a violência doméstica, dificuldades financeiras e rompimento com vínculos sociais. Apesar de um dos motivos que as fazem ir para a rua ser a violência, as mulheres seguem sendo violentadas nas ruas. O uso de drogas pode aparecer como uma estratégia de sobrevivência a essas violências, nos casos de mulheres que fazem uso de drogas para se manter acordadas durante à noite e não deixarem seus corpos adormecidos expostos a riscos, por exemplo. Todavia, apesar de poder servir como estratégia de sobrevivência, Brito *et. al* (2022) revela que o crack aparece para aquelas que fazem uso como motivo de sofrimento, vergonha e rupturas. Assim, essas mulheres são alvo de três tipos preconceitos: ser mulher, viver na rua e usar drogas. São preconceitos que levam instâncias como o Conselho Tutelar a retirar a guarda de seus filhos, revelando uma preocupação única com a criança e o desprezo total pelas mães que estão em situação de rua e uso abusivo de substâncias. Essas mulheres são obrigadas a enfrentar mais uma ruptura entre as inúmeras que marcam sua trajetória – a ruptura com os próprios filhos.

Conforme Tiengo (2018), o fato de haver mais homens do que mulheres habitando as ruas pode se explicar pela estrutura patriarcal na qual homens saem de casa mais cedo em busca do próprio sustento e, posteriormente, o sustento de suas famílias. Quando não conseguem o sustento onde vivem, procuram meios para isso em outros lugares, como em cidades grandes como São Paulo. Quando não conseguem, preferem permanecer sozinhos nas ruas do que voltar para casa de mãos atadas. Embora mulheres da classe trabalhadora também se vejam obrigadas a sustentar a casa desde muito novas e, por vezes, sozinhas, se arriscam menos nas ruas propriamente ditas justamente pelo medo das violências que podem sofrer, que são mais amplas do que aquelas a que os homens estão sujeitos e podem ser ainda maiores do que aquelas que sofrem dentro de casa.

Quiroga *et. al* (2009) destacam que a passagem de mulheres por instituições prisionais e/ou de saúde, como hospitais psiquiátricos ou casas de recuperação para dependentes de álcool e drogas, é maior do que a dos homens. As autoras comentam que essa situação pode indicar tanto razões para a ida das mulheres para as ruas posteriormente à institucionalização quanto o maior cuidado com a saúde que as mulheres investem em relação aos homens. Isso se revela também no fato de que as mulheres em situação de rua fazem mais uso de medicamentos para cuidar da saúde do que os homens.

Também apontam as autoras para uma diferença na trajetória de trabalho com carteira assinada, que é mais presente entre os homens do que entre as mulheres em situação de rua, o que expõe a diferença de oportunidades no mercado de trabalho em decorrência do gênero. Todavia, Quiroga *et. al* (2009) indicam que há uma maior porcentagem de mulheres em relação aos homens que recebe algum tipo de auxílio ou benefício do governo.

Nota-se que a situação de vulnerabilidade em que se encontram as mulheres em situação de rua se dá não somente pela condição de extrema pobreza, ausência de moradia, as rupturas de vínculos familiares, o desemprego e o uso de álcool e outras drogas, questões enfrentadas pela população em situação de rua de forma geral, incluindo os homens. As mulheres em situação de rua enfrentam situações de vulnerabilidade específicas pelo fato de serem mulheres pobres em uma sociedade capitalista e machista que lhes dirige discriminações específicas, sendo colocadas nos limites inferiores de pobreza e vulnerabilidade.

Essa compreensão de vulnerabilidade corrobora com a visão de Silva (2006), segundo a qual vulnerabilidade diz respeito não apenas à questão econômica de privação de bens e riquezas, podendo envolver diversos recortes que produzem discriminações que levam à situação de vulnerabilidade. Essa situação, portanto, é produzida pelo sistema econômico vigente, porém, diz respeito não somente à condição econômica, mas também a outras discriminações produzidas por esse sistema, como discriminações de gênero e raça.

[...] as etnias raciais, o gênero, o desemprego, a representação política, as situações de doenças, o abandono, a inexistência de moradia, dentre outros, são atributos que podem colocar os grupos sociais que os portam, em situações de vulnerabilidades sociais, em decorrência de um processo discriminatório desenvolvido por outros sujeitos sociais (Silva, 2006, p. 106).

Em um breve levantamento de literaturas, foi possível notar que pouco se sabe e pouco se fala sobre as mulheres em situação de rua. Há uma escassez de informações sobre quem são essas mulheres e sobre as políticas públicas voltadas para elas, o que indica que a questão não é observada com a devida especificidade e que as mulheres, além de serem duplamente vulnerabilizadas pelas violências de classe e de gênero, são duplamente invisibilizadas em relação aos homens em situação de rua, por serem minoria numérica.

3 PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA NO ESTUDO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Para compreender a Psicologia Sócio-Histórica como orientação teórica para o estudo de fenômenos determinados pela desigualdade social, é preciso remeter ao contexto de seu surgimento. A origem da Psicologia enquanto ciência moderna é influenciada pelas revoluções burguesas da Europa do século XVIII e suas concepções de mundo positivistas e liberais, que têm o homem como indivíduo racional e livre. Para ser reconhecida como ciência, a Psicologia foi se constituindo a partir dessas concepções, enquanto um conhecimento objetivo e neutro, baseado num método que distancia o sujeito pesquisador de seu objeto de investigação, a fim de não haver influências subjetivas que prejudicassem a neutralidade da pesquisa. Sujeito e objeto são, assim, postos em uma relação dicotômica e entendidos como âmbitos exteriores e independentes entre si. Essa compreensão se estende a uma dicotomia entre indivíduo e sociedade, mundo interno e mundo externo, natural e histórico (Gonçalves e Bock, 2009), de modo que cada polo se constitui conforme seus movimentos e leis próprias, não estando relacionados.

Essa visão dicotômica leva à naturalização dos fenômenos, posto que eles não são vistos em relação, mas de forma isolada, essencialista e absoluta. “A naturalização dos fenômenos, decorrente da visão dicotômica, leva a formulações abstratas e universais sobre os indivíduos e as sociedades; parece falar do todo, ou de tudo, mas termina por falar de quase nada” (Gonçalves e Bock, 2009, p. 5). Trata-se de um modo de pensar liberal, que desconsidera as condições sociais materiais que constituem os sujeitos e leva em conta somente a individualidade, como se os indivíduos se constituíssem apenas a partir de potencialidades naturais e universais a todos os seres humanos, independente do contexto social no qual se inserem.

A naturalização do indivíduo e a desconsideração do social abrem espaço para a culpabilização do sujeito pela situação social em que se encontra, visto que teoricamente ele teria todas as potencialidades para o desenvolvimento e o sucesso e apenas não as colocou em prática por incapacidade própria. Por muito tempo, a Psicologia foi contaminada por esse pensamento, focando no individual e se isentando de questões e problemas da realidade social, funcionando como uma ciência a-histórica e acrítica, seja na clínica individual baseada em explicações exclusivamente psicológicas acerca do indivíduo isolado ou na Psicologia Social que se prestava ao modelo hegemônico, a partir de explicações simplistas sobre a sociedade como algo externo ao indivíduo. Os fenômenos psicológicos eram conceitualizados como pertencentes à natureza humana, ao mundo interno, à essência do homem, referentes ao “verdadeiro eu”. A Psicologia contribuía assim para preservar o indivíduo da modernidade, privado da constituição social e de acordo com a ideologia liberal.

Sendo assim, sujeito e sociedade são vistos de forma patologizante, isto é, de forma a idealizar a existência de um caminho natural correto a ser seguido pelos indivíduos e patologizar qualquer desvio desse caminho, por ser um comportamento indesejável pela ordem social. A serviço daqueles que se beneficiam da ordem social e desejam reproduzi-la através do controle do corpo social, a Psicologia adota uma visão reducionista que “descola o sujeito de seu cenário, de suas relações, das experiências, das significações, enfim, dos aspectos que marcam a vida vivida” (Bock e Aguiar, 2016, p. 3). Assim, não se tem uma compreensão do ser humano como ativo, produto e produtor da sociedade historicamente constituída, e tampouco uma compreensão da constituição dos fenômenos sociais e históricos a partir da materialidade da vida humana.

Torna-se necessário superar as dicotomias e pensar sujeito e sociedade se constituindo de forma dialética em um mesmo processo histórico, levando em conta que a realidade não está dada, mas sim em movimento dialético de construção. Com o objetivo de formular uma Psicologia compromissada socialmente com as questões históricas de seu tempo e com a transformação da realidade brasileira, Silvia Lane deu início ao projeto da Psicologia Sócio-Histórica na década de 1980, quando a sociedade brasileira se encaminhava para o fim da Ditadura Militar. A Psicologia Sócio-Histórica surge como contraposição à Psicologia individualista hegemônica e rompe com as visões naturalizantes e ideológicas ao criticar a dicotomia posta entre indivíduo e sociedade e apontar para a necessidade de superar a naturalização e a dicotomia a fim de compreender o indivíduo e a sociedade não como independentes entre si, mas em seu movimento contínuo de influência mútua. Silvia Lane afirma que é impossível encontrar indivíduos fora de um contexto social. “Não há uma sociedade externa e independente dos indivíduos; não há indivíduos a priori ou independentes da sociedade.” (Gonçalves e Bock, 2009, p. 23), de modo que para compreender o indivíduo ou a sociedade, é necessário compreender a relação existente entre ambos.

O ser humano não é um ser individual, auto suficiente, com potencialidades inatas e latentes. É, na realidade, um ser social, que se desenvolve perante suas relações materiais em sociedade; é um sujeito histórico, que se constitui a partir da construção histórica do mundo no qual está inserido; é um sujeito ativo, que se torna humano através da atividade que exerce em sociedade e é capaz de transformar sua realidade e ser transformado por ela concomitantemente, estando em constante transformação. Sendo assim, a Psicologia Sócio-Histórica compreende o ser humano em sua constituição histórica e dialética na sociedade, a partir da materialidade de suas relações sociais.

A vida se constitui na materialidade das relações entre os humanos e de sua relação com a natureza; relações estas que garantem a sobrevivência, transformando a natureza e produzindo bens necessários. É na atividade transformadora do humano

sobre a natureza, sustentada em relações com os outros humanos, que se produz a humanização (Bock e Aguiar, 2016, p. 4).

Para chegar a tais concepções, a Psicologia Sócio-Histórica parte dos princípios do método materialista histórico e dialético, um método que critica visões reducionistas, objetivistas e subjetivistas da realidade ao compreender os fenômenos em suas múltiplas determinações, as quais são constituídas em um processo histórico dialético dado pela materialidade das relações. É um método materialista porque tem como base para a produção da existência do sujeito a materialidade do trabalho e das relações sociais em que ele se insere; histórico por reconhecer na atividade dos sujeitos a produção da sociedade de forma processual e em constante transformação; dialético porque compreende as relações sociais como resultado da realidade contraditória. Dessa forma, o método materialista histórico e dialético possibilita analisar os fenômenos sociais em seu processo de constituição, e não de forma naturalizada, fixa e imutável. Para tal, se utiliza das seguintes categorias fundamentais: totalidade, historicidade, mediação, atividade e contradição.

A categoria totalidade se refere à apreensão dos fenômenos da realidade em seu caráter processual, histórico e social, como um todo estruturado no curso de seu desenvolvimento, e não como algo dado de forma natural. Não se considera os fenômenos como singulares e fechados em si mesmos, mas como algo que remete a um contexto histórico e social mais amplo. É necessário, portanto, ir além das aparências imediatas do fenômeno e compreender a totalidade de sua constituição histórica e social. A historicidade permite conceber a produção dos fenômenos humanos no processo histórico de constituição da vida social que se dá na materialidade das relações, levando à apreensão da realidade em sua gênese e movimento, buscando compreender como surgem, como se movimentam e como se transformam os fenômenos (Aguiar e Ozella, 2013). Destaca-se que se trata de uma compreensão do contexto histórico a partir do marxismo, isto é, não somente referindo o sujeito ao momento da história em que se encontra e tampouco refletindo apenas sobre sua história de vida pessoal, mas analisando o contexto histórico em seu caráter processual, contraditório e determinado por relações de forças constituídas ao longo do tempo.

Já a categoria mediação nos auxilia no rompimento das dicotomias entre objetivo e subjetivo, nos afastando de visões naturalizantes ao analisar as determinações sociais como mediações na constituição dos sujeitos. São consideradas mediações fatores como a linguagem, as relações sociais, gênero, classe e raça, por exemplo, que são determinantes da realidade entre sujeito e objeto. A categoria atividade, por sua vez, permite pensar o ser humano como sujeito ativo definido a partir do trabalho, isto é, da atividade de transformação que ele exerce sobre a natureza. Dessa forma, o ser humano é um sujeito da práxis, que se desenvolve através de sua atuação intencional sobre a realidade,

de modo a transformá-la e se transformar ao mesmo tempo nesse processo, o qual permite a exteriorização da subjetividade na realidade material e a interiorização da subjetividade pelo objeto produzido pelo sujeito.

Por fim, a contradição é a categoria que indica sujeito e objeto como imbricados em uma unidade de contrários, não havendo delimitação entre um polo e outro, de modo que não podem ser apreendidos de forma isolada. Subjetividade e objetividade mantêm uma relação permanente de interdependência, ao passo que se constituem mutuamente no mesmo processo histórico de constituição da realidade. O sujeito se constitui em sua relação com o objeto, o qual, por sua vez, é construído e constantemente transformado pela ação dos sujeitos. Assim, em suas expressões, o sujeito revela o social que o constitui e o social expressa a subjetividade daqueles que o compõem, sem, no entanto, se confundirem um no outro. “O indivíduo constitui-se como tal na sociedade, e a sociedade deve ser pensada na sua constituição histórica a partir da ação dos indivíduos.” (Gonçalves e Bock, 2018, p. 4). A dialética está no fato de que a subjetividade produz a objetividade ao mesmo tempo em que a objetividade produz a subjetividade, e, como resultado, há a produção da realidade social. A realidade, portanto, não é determinada por uma única fonte, mas é um fenômeno multideterminado por aspectos subjetivos e objetivos que só podem ser compreendidos em sua relação dialética. Do mesmo modo, a subjetividade não reúne apenas elementos individuais, mas também elementos sociais e coletivos construídos pelos sujeitos.

O método materialista histórico e dialético permite à Psicologia Sócio-Histórica construir um conhecimento crítico sobre a realidade em seus aspectos concretos, históricos e sociais, e compromissado com a transformação dessa realidade. Além de se basear nas categorias fundamentais do método materialista histórico e dialético, a Psicologia Sócio-Histórica desenvolve categorias específicas para analisar os fenômenos. Ao contrário dos conceitos, as categorias não descrevem o fenômeno em sua aparência e tampouco os aprisiona em definições estáticas, mas expressam os processos e as relações complexas que o constituem, sendo fiel à noção de historicidade e à desnaturalização do objeto. As categorias abordam o objeto a fim de compreender sua gênese e seu movimento, permitindo à investigação ir além da imediatez e da aparência dos fenômenos, apreendendo-os em seu processo histórico de constituição. “Não se buscam as causas, mas os elementos e aspectos que constituem os objetos como se apresentam a nós, em seu movimento de transformação constante” (Gonçalves e Bock, 2009, p. 20).

Silvia Lane desenvolveu as seguintes categorias teóricas de análise da Psicologia Sócio-Histórica: atividade, consciência, identidade e afetividade. Essas categorias possibilitam a compreensão da subjetividade em sua gênese social e em seu processo histórico e dialético de

transformação, sendo, ao mesmo tempo, consequência e condição das experiências dos sujeitos na realidade social, e estando relacionada às condições objetivas nas quais se dá. As categorias estão sempre articuladas e funcionam como um recurso metodológico para o acesso aos fenômenos que se constituem na dialética subjetividade-objetividade.

A atividade, baseada na categoria fundamental do materialismo histórico e dialético, permite pensar o processo de transformação do mundo realizado pelo ser humano como sujeito ativo, que transforma a si mesmo nesse processo. A categoria consciência se refere aos registros feitos pelo sujeito a partir de sua atividade e suas vivências no mundo, reunindo aspectos singulares constituídos na inserção social do sujeito. A identidade é o que permite que o indivíduo seja reconhecido e se reconheça como tal perante a sociedade, mas não como algo estático e findado, mas como algo em movimento e em transformação, como uma metamorfose. A afetividade, por fim, evidencia os afetos e emoções presentes nos fenômenos e na constituição da consciência.

Além dessas categorias básicas desenvolvidas por Silvia Lane, outras foram elaboradas conforme as produções históricas dos contextos sociais. A dimensão subjetiva da realidade é um exemplo que se tornou essencial para a compreensão da dialética subjetividade-objetividade a partir da identificação de elementos subjetivos presentes nos fenômenos sociais, reconhecendo que não existe uma realidade unicamente objetiva. Posto que os sujeitos a constroem em um processo ativo, a realidade é constituída também por dimensões subjetivas. Superando a dicotomia entre indivíduo e sociedade, a Psicologia Sócio-Histórica se dedica a conhecer os fenômenos sociais em sua dimensão subjetiva, isto é, buscar o que há de subjetivo na construção dos fenômenos sociais. Parte-se da noção de que não há sociedade sem sujeitos e, portanto, não há fenômenos sociais que não sejam construídos por sujeitos.

A dimensão subjetiva se tornou um importante instrumento de análise da desigualdade social, permitindo compreender que a presença e as produções dos sujeitos caracterizam e constituem o fenômeno. Entende-se assim que a desigualdade social não existe como algo externo aos indivíduos, inato e imóvel na sociedade, mas sim como uma construção produzida historicamente pelos sujeitos em relação às condições materiais com as quais se deparam na sociedade, como a divisão de classes e a diferença na distribuição de riquezas. Os sujeitos desenvolvem atividades subjetivas, ideias, afetos e valores perante a base material que encontram, produzindo e reproduzindo cotidianamente a desigualdade em nossa sociedade. Na análise da desigualdade social, a categoria dimensão subjetiva permite identificar elementos invisíveis na imediatez do fenômeno, mas que o constituem como produções dos sujeitos que se relacionam com ele.

Outra categoria de análise importante para a caracterização da subjetividade existente na desigualdade social é o sofrimento ético-político (Sawaia, 2014), que pensa de forma dialética a exclusão e a inclusão social. Sawaia (2014) opta por estudar a dialética exclusão/inclusão a partir da afetividade e do sofrimento dos sujeitos que a vivenciam, resgatando a subjetividade na análise desse fenômeno e entendendo o sofrimento subjetivo como oriundo de determinantes da realidade social.

3.1 Sofrimento ético-político

A Psicologia Sócio-Histórica parte do pressuposto de que a realidade é um processo historicamente determinado, do qual os sujeitos fazem parte. A materialidade objetiva e os sujeitos estão em constante interação, não sendo possível afirmar que há uma única fonte de determinação da realidade, pois esta é um fenômeno multideterminado por uma dinâmica entre os polos objetivos e subjetivos. Os fenômenos sociais, como objeto de estudo da Psicologia Social, também são analisados em suas múltiplas determinações objetivas e subjetivas, identificando-se sua constituição a partir de suas manifestações materiais e nos vários níveis em que aparecem, como em instituições e valores reproduzidos nas falas dos sujeitos. Para compreender fenômenos como a desigualdade social, portanto, é preciso compreender os indivíduos presentes e ativos na produção da desigualdade e os produtos coletivos criados que caracterizam a realidade desigual, sendo necessário analisar a presença do sujeito no fenômeno. Em suas expressões, o sujeito revela a historicidade, a ideologia, as relações sociais e o modo de produção da sociedade, ao mesmo tempo em que expressa sua singularidade. Ressalta-se que o sujeito não é somente um reflexo da realidade, mas tem a capacidade de ser afetado e produzir afetos a partir de sua realidade, ir além dela em sua atividade e transformá-la.

Há sujeitos que sentem e com suas formas de sentir constituem a realidade social da desigualdade. [...] Não se quer aqui pensar estes aspectos como mera consequência de situações sociais de desigualdade, pois eles não o são. São, ao contrário, aspectos que compõem o fenômeno da desigualdade, que só se apresenta como tal porque sujeitos participam de sua constituição, com seus sentimentos, ações, formas de pensar e de sentir (Gonçalves e Bock, 2009, p. 28).

O sofrimento ético-político é uma categoria de análise que evidencia no fenômeno da desigualdade social a presença do sujeito, de sua afetividade e sofrimentos que se constituem em relação à realidade material. Indo na contramão dos princípios de neutralidade científica que excluem o sujeito dos fenômenos sociais e têm a afetividade como algo negativo e antagônico à razão, Sawaia (2014, p. 100) caracteriza o sofrimento ético-político como conceito desestabilizador da análise psicossocial da exclusão, permitindo que se mantenha viva a capacidade de indignação dos sujeitos perante a pobreza. Centraliza-se a discussão no sujeito e nos modos como ele se relaciona com a sociedade, superando a visão reducionista de que pessoas em situação de pobreza tem como questão

única e central a sobrevivência física, de modo que não haveria motivos para se pensar a dimensão afetiva desse sofrimento. Defende-se que falar sobre exclusão é sim falar de economia e direitos sociais, mas é também falar sobre desejo, temporalidade, afetividade, isto é, sobre o sujeito. Isso porque é sobre o sujeito que se objetiva a exclusão socioeconômica, sob a forma de sofrimentos de diferentes ordens. Assim, é necessário olhar para o sujeito que vivencia a exclusão, de modo a potencializar sua atividade perante a realidade, sempre lembrando que ele não é o responsável por sua situação social e não é capaz de superá-la sozinho sem ações do Estado que garantam seus direitos sociais, visto que se trata de uma determinação da realidade material. “É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente.” (Sawaia, 2014, p. 101).

As emoções e os afetos são considerados fenômenos ético-políticos, subjetivos e objetivos ao mesmo tempo, por se constituírem dialeticamente à realidade material e aos fenômenos socioeconômicos e políticos, estando incorporados a eles. Se originam na interação entre os corpos dos sujeitos, a qual é determinada pela organização social. Dessa forma, para compreender as emoções e os afetos, é preciso tomá-los em sua totalidade psicossocial, conhecendo os motivos que os impulsionaram, as direções que tomaram e as implicações do sujeito perante a situação social que o afetou. A compreensão desses afetos, que por vezes são sofrimentos, permite analisar a vivência subjetiva de questões sociais dominantes na sociedade e refletir sobre o cuidado que o Estado dirige aos cidadãos.

A distinção entre dor e sofrimento feita por Heller (1979, *apud* Sawaia, 2014), uma das autoras influentes para a criação da categoria sofrimento ético-político, é importante para compreender o sentido da caracterização do sofrimento como ético e político. Ela entende que dor é algo próprio e inevitável da existência humana e dos afetos oriundos dos encontros entre os sujeitos, dizendo respeito à capacidade de sentir dos sujeitos. Por sua vez, “o sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetida à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos. É experimentado como dor, na opinião de Heller, apenas por quem vive a situação de exclusão [...]” (Sawaia, 2014, p. 104). Assim, evidencia-se a importância de se analisar o sofrimento como a consequência subjetiva das situações de exclusão social, explicitando como tais situações afetam os sujeitos.

A categoria sofrimento ético-político possibilita a aproximação da dor sentida pelo sujeito em sua vivência cotidiana da desigualdade social e das violências que este fenômeno opera sobre ele, colocando-o como inferior e sem valor perante a sociedade. É importante ressaltar que não se trata de

um sofrimento no sentido do eu narcísico, de valorização dos afetos e sentimentos individuais que acarreta a insensibilidade ao sofrimento do outro, como se vê frequentemente na contemporaneidade. O sofrimento ético-político não é sentido de forma individual, mas coletiva, pois diz respeito à dor de toda uma classe de sujeitos excluídos, submetidos às mesmas formas de opressão. Sofrer de forma ético-política é sofrer por ter consciência da lógica desigual e excludente que opera sobre os sujeitos e constitui sua subjetividade na sociedade capitalista, de modo a lhes gerar sentimentos de deslegitimidade social.

A partir dessa concepção, Sawaia (2014) se utiliza da categoria sofrimento ético-político para analisar a dialética exclusão-exclusão presente na desigualdade social. Exclusão e inclusão são tidas como polos de uma só dinâmica, não podendo ser compreendidas separadamente. Entende-se que a inclusão é um processo de controle social dos excluídos e de manutenção da ordem na desigualdade social, segundo a concepção marxista de que a sociedade inclui o trabalhador no processo de trabalho e, ao mesmo tempo, o exclui através da alienação de sua atividade. A dialética exclusão-inclusão é, portanto, uma estratégia de manutenção da desigualdade social, que pode ser operada de diversas formas: rejeitando-a, tornando-a invisível ou incorporando-a à paisagem. E, para compreender a dialética exclusão-inclusão em sua totalidade, é preciso compreender o sujeito que é excluído-incluído, dando voz aos seus “brados de sofrimento” (Sawaia, 2014, p. 110). Assim, é possível apreender o fenômeno em suas complexidades configuradas no movimento dialético de constituição da existência entre sujeito e realidade, considerando suas inúmeras mediações.

Da mesma forma que a desigualdade social é legitimada e mantida por políticas de exploração e exclusão social, o sofrimento também o é, e por isso ele é denominado ético-político. As mediações presentes no fenômeno da desigualdade social também mediam o sofrimento ético-político, de forma entrecruzada e determinada pelo processo histórico. Algumas dessas mediações que determinam a desigualdade, a exclusão e o sofrimento ético-político são a raça, o gênero, a idade e a classe social. Pessoas que são submetidas a opressões de gênero, como as mulheres, se deparam com um sofrimento que é ético-político, pois tem raiz em um fenômeno que é mediado socialmente e reproduzido por políticas desiguais de exclusão. O sofrimento ético-político sentido por mulheres em situação de rua, por exemplo, é sentido subjetivamente por elas em sua história e vivências pessoais, mas tem uma gênese objetiva no sistema desigual e excludente em que estamos inseridos. A própria história de vida das mulheres, composta por uma trajetória singular, é marcada por questões sociais, porque “a lógica excludente [...] opera no plano do sujeito e é amparada pela subjetividade assim constituída” (Sawaia, 2014, p. 107). Além disso, considerando que o sofrimento ético-político não é sentido de forma

individual, mas coletiva, as mulheres em situação de rua sofrem coletivamente como uma classe excluída e oprimida pelas mesmas violências, pensando nas mediações às quais estão submetidas.

Essas mulheres estão submetidas a uma lógica de exclusão social que gera não somente preocupações com a sobrevivência diária, mas sofrimentos oriundos do modo como são colocadas pela sociedade, como inferiores, sem valor e inúteis. Esses sofrimentos incidem sobre a humanidade dessas mulheres, também entendida como potência de ação por Espinosa (1988, *apud* Sawaia, 2014), uma das referências para a formulação da categoria sofrimento ético-político. A humanidade ou potência de ação se refere ao direito de ser, se afirmar, se expandir e agir individual e coletivamente, considerando a afetividade como fator constitutivo da existência. O campo da potência de ação é a intersubjetividade, as relações e afecções que se dão nos encontros entre os corpos sociais. Potencializar, portanto, significa desenvolver valores éticos sob a forma de sentimentos, desejos e necessidades, a fim de cuidar do sofrimento ético-político. As mulheres em situação de rua, todavia, são renegadas a esse direito de ser em sua humanidade e de potencializar sua ação, visto que são submetidas a uma lógica de exclusão social.

As pessoas em situação de rua são negligenciadas, marginalizadas e excluídas do sistema social, sob o estigma de estarem “fora do lugar”, isto é, perturbarem o sistema de posições e regras sociais. A exclusão social dessas pessoas faz com que elas não sejam reconhecidas enquanto cidadãs e sujeitos sociais detentores de direitos como moradia, saúde e educação, e que até mesmo experiências básicas de sobrevivência, como dormir e comer, sejam permeadas por ameaças e por falta de dignidade humana. A vida nas ruas é tomada por riscos e pelo medo de, a qualquer momento, deixar de existir – seja por atentados feitos ativamente contra ela através da repressão policial ou de tentativas de assassinato enquanto dormem, por exemplo, ou pela simples negligência da sociedade como um todo, que invisibiliza e abandona as pessoas que sobrevivem nas ruas, ou até dos próprios serviços que são voltados para o acolhimento dessas pessoas, mas não o fazem de forma digna.

A ausência de direitos e de cidadania e as formas de opressão a que estão submetidas as pessoas em situação de rua as torna invisíveis, e essa invisibilidade gera um sofrimento nos sujeitos que é ético-político, pois originado em uma questão social. O sofrimento sentido pelas pessoas que estão sujeitas a essas situações não é sentido apenas no nível da sobrevivência das necessidades biológicas, mas as afetam em sua humanidade, em seu desejo de ser vista, ouvida e considerada como gente. “O sofrimento deles revela o processo de exclusão afetando o corpo e a alma, com muito sofrimento, sendo o maior deles o descrédito social, que os atormenta mais que a fome.” (Sawaia, 2014, p. 116). A simples sobrevivência não quer dizer nada quando não há dignidade humana e

reconhecimento das subjetividades. É preciso superar a dicotomia entre ética-política e necessidade biológica, de modo a ir além dela na garantia de direitos.

4 METODOLOGIA

A fim de analisar o sofrimento ético-político presente na história de vida de mulheres em situação de rua, se realizou uma pesquisa de campo (buscando informações diretamente no local de pesquisa), exploratória (desenvolvendo ideias para a criação de hipóteses para pesquisas futuras) e qualitativa (levando em consideração as opiniões, subjetividades e significações dos sujeitos com quem se entrou em contato direto para a compreensão do fenômeno), conforme descreve Marconi (2003) acerca dos tipos de pesquisa.

Em um primeiro momento, foi feita uma revisão bibliográfica para contextualizar social e historicamente o fenômeno da população em situação de rua em decorrência da desigualdade social e as especificidades da vivência da mulher nas ruas, a partir da consulta de artigos, dissertações e documentos acessados através de plataformas como SciELO, BVS-Psi e CAPES.

O segundo momento foi destinado à pesquisa de campo na Chapelaria Social Irmã Alberta, um dos projetos desenvolvidos pela Rede Rua, uma associação privada que atua em convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). A missão da Rede Rua, conforme descrito em seu website e exposto em uma das paredes principais da Chapelaria Social, é “contribuir para a construção de uma rede de relações que promova o resgate da cidadania e o direito da vida digna da população em situação de rua”. Para tal, atua nos eixos de promoção dos direitos humanos, comunicação, educação, cultura e articulação social.

A Chapelaria Social, mais especificamente, é localizada no Brás, no centro da cidade de São Paulo, e se dedica a oferecer suporte e assistência às necessidades básicas da população em situação de rua. Disponibilizam armários individuais (mais conhecidos como “maleiro”) para as pessoas guardarem seus pertences; banho e kits de higiene pessoal; lavanderia solidária para as pessoas lavarem suas roupas conforme agendamento; bazar solidário de roupas; alimentação diária com café da manhã e almoço realizado pelos próprios conviventes, conforme escala semanal; assistência técnica e atendimento social para a realização de encaminhamentos a outros serviços quando necessário. As pessoas que frequentam a Chapelaria Social são chamadas de conviventes, a fim de enfatizar a importância da construção de relações e vínculos sociais para o resgate da dignidade. Além do convênio com a PMSP, a associação conta com doações voluntárias de empresas e pessoas físicas e com parcerias entre outras instituições, como já ocorreu como Sindicato dos Bancários.

Com o objetivo de inserção social através do trabalho, a Chapelaria conta com cursos profissionalizantes oferecidos por empresas parceiras, como a Embelleze, que realiza cursos de

barbearia, e vagas para os conviventes no POT (Programa Operação Trabalho). O POT foi instituído no município de São Paulo em 2001 pela lei 13.178, com o objetivo de conceder atenção aos trabalhadores desempregados pertencentes a famílias de baixa renda, a fim de estimulá-lo a buscar ocupações e inseri-lo no mercado de trabalho. Para participar do POT, a pessoa deve ter mais de dezoito anos, morar na cidade de São Paulo, estar desempregada há mais de quatro meses sem receber benefícios como seguro-desemprego e FGTS e ter renda familiar de até meio salário-mínimo por pessoa da família (São Paulo, 2024). Há diversos projetos distribuídos pela cidade em parceria com entidades públicas ou privadas, conforme as necessidades da população.

O POT Oportunidades é o que está presente na Chapelaria, buscando capacitar profissionalmente pessoas desempregadas em situação de rua, que findaram o Programa Bolsa Trabalho/Bolsa do Povo ou que estão em situação de vulnerabilidade relacionada à renda e inserção no mercado de trabalho. O trabalho dos participantes do POT Oportunidades consiste em atividades laborais e qualificação técnica e de competências socioemocionais através de cursos oferecidos por oficinas do programa nos diferentes equipamentos que compõem a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDET), sendo a Chapelaria Social um desses equipamentos. O valor da bolsa é de R\$1.482,60 para trinta horas semanais de trabalho. Os participantes permanecem inseridos no POT por até dois anos e, após isso, não há encaminhamentos previstos.

A entrada na Chapelaria Social reservava o objetivo de encontrar duas mulheres (cis ou transgêneros) maiores de 18 anos que estivessem vivendo ou já tivessem vivido em situação de rua ou em centros de acolhida voltados para essa população, para a realização de entrevistas individuais. A escolha pela realização de entrevistas se justificou por se tratar de uma pesquisa qualitativa que visou o estudo da subjetividade, da vivência e da produção de significações por parte dos sujeitos. Configurando-se como um encontro entre duas pessoas e utilizando como estratégia a conversação (González Rey, 2005), a entrevista promove a interação humana e o diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, criando espaço para que este relate suas experiências de forma ativa e reflexiva. A seleção de duas mulheres se justifica por permitir a comparação entre duas vivências e significações distintas acerca da vida na rua, ampliando a reflexão sobre os fatores que atravessam as dificuldades em suas trajetórias, como esses fatores estão determinados socialmente e sobre as possíveis estratégias e políticas públicas que poderiam ser mobilizadas para cuidar das dificuldades que se desenrolam. Dado que se trata de uma pesquisa com seres humanos e é necessário garantir o respeito aos direitos dos participantes, o projeto desta pesquisa foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP e aprovado pelo Comitê sob número 75170923.8.0000.5482.

Todavia, considerando-se a importância de realizar um trabalho de campo participativo que não se resumisse apenas à inserção no espaço como uma pesquisadora estrangeira e que rompesse com a dicotomia entre sujeito pesquisador e objeto de pesquisa, compreendendo-os em uma relação dialética, foram realizadas sete visitas à Chapelaria no total, a fim de conhecer o serviço como um todo, seu funcionamento, a dinâmica do espaço, as ações realizadas, o fluxo diário de pessoas, os conviventes e os trabalhadores presentes. A primeira visita foi destinada à apresentação do serviço e a uma conversa com a coordenadora para acordar os melhores dias e espaços para os encontros. Na segunda visita, foi possível compreender a dinâmica do serviço, conhecer previamente os conviventes e me aproximar das mulheres. As entrevistas se iniciaram a partir da terceira visita à Chapelaria, sendo realizadas individualmente uma entrevista por dia de visita e contando com alguns dias de imprevistos, quando não foi possível realizar entrevistas ou elas tiveram de ser refeitas.

Fui apresentada como pesquisadora pela coordenadora da Chapelaria, que deixou clara minha busca por entrevistar mulheres conviventes. A Chapelaria conta com cerca de seis mulheres mais presentes, número pífio em relação aos homens que frequentam o serviço, o que indica a predominância de homens em situação de rua em comparação às mulheres. Foi feita uma aproximação paulatina às mulheres na área de convivência em momentos como o café da manhã e antes da aula do curso profissionalizante realizada todas as segundas-feiras. Algumas mulheres demonstraram interesse pela minha presença desde o início, me chamando para conversar e perguntar mais sobre a pesquisa, enquanto outras se mantiveram mais reservadas.

A primeira entrevista foi realizada na terceira visita à Chapelaria, com D., uma das mulheres que demonstrou interesse em conversar comigo desde a minha chegada. Feito o convite para participar da pesquisa, D. questiona “por que eu?”. Ao explicar que gostaria de dar continuidade à conversa que havíamos tido na semana anterior e conhecer mais sobre sua história, ela concorda e nos dirige a uma das salas do andar de cima do estabelecimento, para que pudéssemos ficar a sós. Foi apresentado e lido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) à participante, que o assinou em duas vias. O TCLE está incluído nos apêndices e garante o anonimato das entrevistadas, que serão identificadas por suas iniciais.

Após a assinatura do TCLE, foi conduzida uma entrevista semiestruturada. A entrevista foi guiada por questões norteadoras, com o intuito não de obter respostas diretas para cada pergunta, mas sim de criar condições de produção de fala que revelassem significações dos sujeitos sobre suas experiências. Segundo Vygotsky (2001, *apud* Bock et al., 2020), a linguagem permite identificar aspectos do mundo simbólico, o que justifica o uso de entrevistas semiestruturadas que permitam ao

sujeito se expressar livremente, apenas guiado por questões dirigidas de forma dialogada ao longo da conversa. O roteiro de questões utilizado para a realização da entrevista está incluído nos apêndices. A entrevista durou cerca de três horas e teve o áudio gravado, mediante consentimento da entrevistada, para posterior transcrição. No entanto, houve problemas técnicos e o áudio da entrevista não pôde ser salvo. Foi realizada uma nova entrevista com a mesma convivente, que concordou em participar novamente, para retomar e aprofundar os pontos mais relevantes aparecidos na primeira entrevista, a fim de resgatar a sua fala. Esta segunda entrevista teve o áudio gravado e transcrito com sucesso, com duração de duas horas e meia, sendo posteriormente utilizada para análise.

A segunda pessoa entrevistada não se encaixou no perfil buscado pela pesquisa, visto que, apesar de frequentar a Chapelaria Social e participar do POT Oportunidades, nunca esteve em situação de rua, em centros de acolhida ou em situação de vulnerabilidade social em decorrência de moradia precária. Portanto, a entrevista não foi utilizada na pesquisa.

Sendo assim, foi realizada uma terceira entrevista, com uma mulher que está vivendo em centros de acolhida para população em situação de rua e frequenta a Chapelaria Social. Ao ser feito o convite para participar da pesquisa, M., assim como a primeira participante, também questionou “por que eu?”, mas aceitou contribuir. Após a apresentação da pesquisa, inicialmente, M. disse que não se sentia confortável em compartilhar a trajetória que a levou para a situação de vulnerabilidade em que se encontra atualmente e, por isso, a conversa que se seguiu não foi gravada. Porém, aos poucos foi se sentindo mais à vontade e naturalmente compartilhando as experiências que tem tido, o que tem observado nas ruas e nos centros de acolhida e suas opiniões sobre os serviços que frequenta. Apesar de não ter compartilhado de modo aprofundado sua história de vida pessoal, M. contribuiu com impressões e reflexões importantes sobre o sofrimento e as dificuldades que vivencia em seu cotidiano e as injustiças que observa ao seu redor. Portanto, ao final da conversa, a participante assinou o TCLE em duas vias e autorizou a inclusão de suas reflexões nas discussões da pesquisa. Como o áudio não pôde ser gravado, não foi possível realizar a análise minuciosa das falas da entrevistada, pois não havia acesso a elas na íntegra. Assim, os elementos da entrevista de M. não estão presentes nas análises dos resultados da pesquisa, mas foram agregados à sessão de discussão.

Embora as mulheres entrevistadas não vivam o cotidiano da situação de calçada, foram consideradas para a pesquisa como mulheres em situação de rua por experienciarem as consequências de uma falta de moradia fixa própria e do desemprego, terem recorrido a centros de acolhida voltados para a população em situação de rua ao se virem sem ter onde morar e a serviços como a Chapelaria Social, que se volta à reinserção social da população em situação de rua desempregada através do

trabalho. Assim, levou-se em conta que os sofrimentos dessas mulheres decorrem de situações sociais impostas à população em situação de rua, em especial, a falta de moradia fixa e o desemprego, considerando a seguinte descrição de Motta Costa (2005), que descreve a população em situação de rua como um

Grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta e a falta de pertencimento à sociedade formal. São homens, mulheres, jovens, famílias inteiras, grupos, que têm em sua trajetória a referência de ter realizado alguma atividade laboral, que foi importante na constituição de suas identidades sociais. Com o tempo, algum infortúnio atingiu suas vidas, seja a perda do emprego, seja o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos fossem perdendo a perspectiva de projeto de vida, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia (Motta Costa, 2005, p. 3).

Foi utilizada para análise dos resultados da pesquisa a segunda entrevista realizada com D., que foi gravada e transcrita com sucesso. A partir da transcrição da entrevista, as falas de D. foram analisadas por meio do instrumento de análise dos Núcleos de Significação, proposto por Aguiar e Ozella (2013). Esse instrumento é construído a partir das categorias de análise da Psicologia Sócio-Histórica para trabalhar com o que aparece na fala do sujeito, considerando que esta é uma importante fonte de informações porque revela mediações sociais, históricas e individuais entre os sujeitos e os fenômenos sociais. Considera pensamento e linguagem em uma relação dialética de mediação, na qual um constitui o outro mutuamente. O pensamento se realiza na palavra, esta que carrega um significado que, se for apreendido, permite a compreensão do movimento de transformação do pensamento. Para compreender a relação entre pensamento e linguagem, é preciso compreender as categorias significado e sentido.

Parte-se das formulações de Leontiev acerca dos significados produzidos e compartilhados socialmente e os sentidos agregados a eles a partir de experiências pessoais, levando em consideração a base afetivo-volitiva que esse processo de construção dos signos possui, conforme posto por Vygotsky, enfatizando a afetividade presente no processo de constituição do pensamento e da linguagem (Gonçalves e Bock, 2018). Significado e sentido são tidos como categorias em relação de mediação, que, apesar de serem distintas, não podem ser compreendidas separadamente. Os significados são produções históricas e sociais que permitem a comunicação e a socialização das experiências através da materialização do pensamento na palavra. Referem-se a conteúdos instituídos, fixos e compartilhados socialmente que são apropriados pelos sujeitos em sua atividade e configurados a partir de suas experiências subjetivas. Os sentidos, por sua vez, dizem respeito justamente a essa configuração subjetiva dos significados, expressando a síntese afetiva, cognitiva, individual e social constituída na relação do sujeito com a realidade. Correspondem a algo mais amplo do que os significados, ao passo que articulam sentidos pessoais produzidos subjetivamente a partir

da atividade na realidade externa. Como ambos significados e sentidos não podem ser apreendidos isoladamente, compreende-os em sua relação dialética, isto é, como significações. O processo de análise das significações, portanto, parte da descrição dos significados, que expõem apenas a aparência imediata e compartilhada dos fenômenos, e segue em direção às zonas ocultas dos sentidos, que revelam os fenômenos em sua totalidade, contradições, relações e determinações.

Para analisar as significações presentes na fala do sujeito entrevistado segundo o método de análise dos Núcleos de Significação, inicialmente são identificados pré-indicadores na fala do sujeito, depois são construídos indicadores de significações e, por fim, a fala é organizada em núcleos de significação, que expressam a articulação entre significados e sentidos, isto é, as significações produzidas pelo sujeito acerca do fenômeno em questão.

Considerando que a palavra com significado é a primeira unidade de análise que se destaca (Aguiar; Ozella, 2013), a análise da entrevista parte da fala do sujeito, a qual está inserida em um contexto histórico-social. A partir do que é dito pelo sujeito, busca-se entender seu processo de significação, ou seja, a articulação entre os significados e os sentidos produzidos pelo sujeito na sua vivência. A compreensão dessa articulação e o processo de análise consideram o que está explícito na fala do sujeito, mas também aquilo que não foi dito, isto é, sua fala interior e seus sentidos constituídos. Destaca-se na fala do sujeito conteúdos reiterativos, que demonstram maior carga emocional ou ambivalências, os quais são chamados de pré-indicadores. Os pré-indicadores são trechos de fala compostos por palavras articuladas que compõem um significado, carregam e expressam a totalidade do sujeito e, portanto, constituem uma unidade de pensamento e linguagem. A partir da transcrição da entrevista, foram destacados um grande número de pré-indicadores na narrativa da participante, selecionados considerando-se o objetivo da pesquisa de analisar o sofrimento ético-político presente na trajetória de vida de mulheres em situação de rua.

Identificados os pré-indicadores, estes foram aglutinados em dez indicadores, de acordo com a similaridade, complementaridade ou contraposição das falas da entrevistada. Os indicadores destacam os temas abordados nos pré-indicadores, revelam os conteúdos expressos e sua articulação na fala do sujeito, de forma que “só adquirem algum significado se inseridos e articulados na totalidade dos conteúdos temáticos contidos nas expressões do sujeito.” (Aguiar e Ozella, 2013, p. 309). Levando isso em conta, os indicadores foram nomeados conforme a temática em torno da qual se reuniam os pré-indicadores.

Para avançar em direção à apreensão da totalidade, os indicadores foram integrados, construindo-se quatro núcleos de significação. Estes formam um momento superior de abstração em

relação aos pré-indicadores e indicadores, avançando em direção à apreensão dos sentidos. O critério para o processo de organização dos núcleos de significação é a articulação de conteúdos semelhantes, complementares ou contraditórios expressos pela entrevistada, para que seja possível verificar o processo de construção de significados e sentidos. Os núcleos sintetizam as mediações que constituem o sujeito, expressando os aspectos centrais que lhe trazem implicações, revelam suas determinações constitutivas e o envolvem emocionalmente. Dessa forma, os núcleos foram nomeados a partir de falas da entrevistada, compondo um trecho curto que representa a articulação dos núcleos e explicita o movimento da participante.

Foi feita uma análise intranúcleo (dentro de cada núcleo de significação) e, posteriormente, uma articulação internúcleos (entre os núcleos), para explicitar características do movimento da entrevistada que não necessariamente se revelam em sua fala, mas podem ser interpretadas a partir de uma análise que avança da fala expressa para a zona dos sentidos interiorizados, articulando-a ao contexto histórico-social no qual a participante está inserida.

Após a articulação entre os núcleos de significação construídos a partir da entrevista com D., na sessão de discussão foram destacados elementos relevantes que também apareceram na fala de M., a terceira entrevistada. Visto que a entrevista com M. não pôde ser gravada, não foi possível fazer uma análise de sua fala de acordo com o método dos Núcleos de Significação, visto que não seria possível acessar sua fala na íntegra, algo que é fundamental para a análise segundo esse método. Assim, a estratégia encontrada foi identificar elementos comuns entre a fala de M. e a fala de D., de modo a relacioná-las. Considerou-se aspectos que apareceram como semelhanças, concordâncias, distinções e contradições entre ambas as falas, para realizar a discussão dos resultados da pesquisa.

5 RESULTADOS

A primeira mulher entrevistada foi D., uma mulher de 64 anos de idade, cisgênero, negra, colombiana e evangélica. D. nasceu na Colômbia e é filha de uma mulher negra e um homem indígena. Seus pais não foram muito presentes durante sua infância, de modo que foi criada, principalmente, por sua madrinha. Começou a trabalhar vendendo chouriços na rua aos 5 anos de idade, aprendeu a ler e escrever aos 14 anos e não pode concluir os estudos na época, estudando apenas até a quarta série, pois precisava trabalhar para ajudar sua mãe. Trabalhou desde jovem como empregada doméstica e babá em casas de família de classe média alta, residindo junto às famílias, pois não tinha como arcar com uma moradia própria. Teve um filho aos 19 anos, o qual criou sozinha. Por alguns períodos, a entrevistada seguiu morando nas casas das famílias onde trabalhava e seu filho ficou em internatos. Após um tempo, conseguiu alugar uma residência para ambos. Seu filho faleceu aos 13 anos, assassinado em uma situação de violência no território. A partir disso, D. desejou sair de seu país e veio para o Brasil com 37 anos, para trabalhar para uma família colombiana que se mudava para São Paulo.

Aqui, trabalhou para diversas famílias, estrangeiras e brasileiras, como empregada doméstica e babá, morando nas casas das famílias durante a semana de trabalho e passando o final de semana em uma casa que alugava para si. Viveu anos nessa situação, até o momento em que se cansou da dinâmica de exploração a que era submetida em seu trabalho e buscou um emprego em uma empresa de limpeza terceirizada. Lá, no entanto, não foi muito diferente, pois D. seguiu sendo explorada. Trabalhava dois turnos para conseguir pagar o aluguel, mas não era devidamente remunerada por isso. Revoltada, se demitiu e buscou processar a empresa, sem sucesso. Desempregada e sem condições de arranjar um novo emprego, devido a problemas de saúde respiratória em decorrência de sua bronquite asmática, a participante não conseguiu mais pagar seu aluguel e se viu sem moradia.

D. foi em busca de auxílio no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) para conseguir o bilhete único gratuito para fazer seu tratamento respiratório na UBS (Unidade Básica de Saúde). No entanto, não lhe foi concedido o benefício. Também não conseguia ter acesso ao Bolsa Família, para o qual estava sendo avaliada. Assim, D. procurou uma igreja que fornece apoio a imigrantes. Lá, auxiliam somente imigrantes recém-chegados ao país, perfil ao qual D. não se encaixa. A entrevistada buscou abrigo na Casa das Mulheres Imigrantes, para onde foi encaminhada e ficou por alguns meses. Após conflitos com outras residentes, D. saiu da Casa das Mulheres Imigrantes e se dirigiu ao Centro de Acolhida Morada do Sol, onde adoeceu por conta da infraestrutura precária e se sentiu humilhada pelos funcionários, reclamando para a gerência até ser transferida para o Centro

de Acolhida Alcântara Machado. Neste Centro de Acolhida, conheceu pessoas que frequentavam a Chapelaria Social e a convidaram para conhecer o serviço.

A participante frequenta a Chapelaria Social há quatro anos e há um ano participa do POT Oportunidades oferecido no serviço. Com o salário que recebe pelo POT e com o benefício do Bolsa Família que conseguiu, D. alugou um pequeno quarto no Brás, onde tem uma cama e uma pia e compartilha um banheiro. Todos os dias, a entrevistada chega na Chapelaria pela manhã, toma seu café da manhã, participa das atividades, realiza os trabalhos para os quais está escalada no serviço, almoça e à tarde vai para casa. Para complementar sua renda, D. planeja vender produtos como panos de prato nas ruas. Seu real desejo era voltar a trabalhar em casas de família como babá ou cuidadora de idosos. Porém, sua saúde se apresenta como um empecilho para isso, pois ela está frequentemente em crise asmática.

A partir de seu relato, foi possível construir quatro núcleos de significação, nomeados com trechos de sua fala. Os núcleos de significação buscam expor as principais ideias, vivências e opiniões trazidas pela entrevistada em seus relatos de experiências. A fala de D. trouxe à tona significações resultantes da dialética de sua atividade, consciência, condições de existência e do contexto histórico-social no qual ela está inserida, revelando as determinações sociais que mediam o seu sofrimento ético-político.

NÚCLEOS DE SIGNIFICAÇÃO	INDICADORES
1. “O trabalhador é quem dá o suporte para o país se manter em pé. Só que o trabalhador é roubado, é extorquido, é humilhado. Eu não estou aqui pra ser escrava de ninguém não. Eu falo que tenho os mesmos direitos que qualquer pessoa tem.”	- Consciência da exploração e luta de classes nas relações de trabalho - Revolta com injustiças sociais
2. “Eles são pagos para que nós sejamos assistidos, só que é uma hipocrisia, porque você é assistida, mas você é humilhada lá dentro.”	- Consequências da falta de moradia - Desassistência nos serviços públicos
3. “Eu preciso trabalhar, sou mãe solteira, não tenho com quem deixar meu filho. Eu me vi sozinha e sem saber o que fazer. Você não sabe a impotência que eu senti. Eu vi que era hora de me libertar.”	- Desamparo familiar - Desejo por emancipação e liberdade - Violência de gênero - A luta da mãe solo trabalhadora
4. “Foi muito sofrido para mim. E eu penso que eu tenho uma cabeça muito boa, porque eu não me deixei abalar. São poucas as mulheres e os homens que conseguem se conservar. Com sua dignidade, são poucas, e eu sou uma delas.”	- A afetividade nos processos de sofrimento - A presença dos valores morais no desempenho pessoal

5.1 Análise intranúcleos

Núcleo 1: “O trabalhador é quem dá o suporte para o país se manter em pé. Só que o trabalhador é roubado, é extorquido, é humilhado. Eu não estou aqui pra ser escrava de ninguém não. Eu falo que tenho os mesmos direitos que qualquer pessoa tem.”

O primeiro núcleo de significação construído evidencia significações da entrevistada relativas à exploração no trabalho e a injustiças decorrentes da sociedade de classes. D. apresenta uma consciência crítica sobre a estruturação da sociedade em classes sociais, se indignando com os desdobramentos gerados por essa estrutura sobre o seu trabalho como empregada doméstica e com as injustiças sociais decorrentes da exploração do trabalhador pelo empregador.

É resultado da aglutinação de dois indicadores. O primeiro deles, “Consciência da exploração e luta de classes nas relações de trabalho”, evidencia a exploração que D. vivenciou no trabalho ao longo de sua vida. Desde a infância, D. se sente explorada no trabalho pelas patroas e por sua própria mãe, que detinha todo o dinheiro que ela ganhava e não lhe dava nada em troca, nem no sentido monetário, nem no sentido de afetos e cuidados. O sofrimento de ser explorada tanto pelas patroas quanto por sua mãe aparece na seguinte fala:

“Minhas patroas ficavam me explorando, me escravizando, para eu deixar tudo impecável, e eu sofrendo, e minha mãe gastando tudo o dinheiro. Eu era explorada pelas minhas patroas e explorada pela minha mãe, porque não me dava uma bala desse dinheiro.”

Considerando o histórico de exploração, D. vai criando estratégias para se defender nas relações de trabalho e para preservar seus direitos. Reflete que, se até sua mãe (que nos ideais compartilhados socialmente significa amor e cuidado) a explora no trabalho, não há como esperar algo diferente de um desconhecido que se beneficia a partir de seu trabalho.

“Se minha mãe faz isso, o que não fará um desconhecido? Será que meu patrão vai fazer alguma coisa por mim? Se minha mãe não faz, se minha mãe que me pariu não faz e não se importa comigo, uma pessoa, um particular vai se importar? Eu acredito que não.”

A exploração no trabalho, que se iniciou em sua relação com a mãe, perdurou em sua própria maternidade. A entrevistada, que teve de trabalhar ao longo de toda a gravidez para se sustentar, reclama que não havia nenhuma segurança de trabalho em seu serviço, o que ficou evidente quando sua patroa a fez pintar uma casa enquanto ela estava grávida, não disponibilizando condições para tal e não se importando com sua saúde.

“Eu tava trabalhando como diarista numa casa, com a barriga muito grande, eu trabalhei até a última semana de minha gravidez. Eu pinte uma casa mais grande que essa casa. Essa casa era num lugar de classe média alta. Porque a mulher era mão de vaca, ela não queria pagar um pintor, porque

cobrava caro. Eu cobrava 150 reais por dia. 'Eu vou pintar, mas você tem que me pagar 150 reais por dia porque eu estou grávida, eu não vou me arriscar aqui'. E não tinha nem escada. Eu tinha que montar numa cadeira, colocar dois tijolo na cadeira e poder subir pra pintar, porque não, porque não tinha nenhuma segurança de trabalho."

A consciência de classe de D. é evidente em falas que localizam os sujeitos em suas respectivas classes sociais. A participante compreende o lugar social de onde vêm determinados discursos e o que está por trás de tais discursos quando dirigidos a ela, uma empregada doméstica negra. Ela analisa a estrutura da sociedade ao reconhecer que o trabalhador, mais especificamente a empregada doméstica, está em sua base, dando o suporte nas casas para que famílias de poder aquisitivo possam viver a realidade nos padrões que vivem.

"[...] era muito sofrido, não era muito reconhecida, não era muito valorizada, e que a gente sempre fez o melhor e, e deu um suporte importante para as famílias de poder aquisitivo, porque, quem que cuidava das famílias deles? Eles sempre trabalhavam e tinham que deixar alguém pra cuidar. Sozinhos os filhos não vão ficar. E quem na verdade fazia, fazia essa parte, pra eles poderem desenvolver de todas, de muitas maneiras, éramos nós empregadas domésticas. Porque éramos nós que cuidávamos dos filhos, da casa. E quando eles chegavam já tava tudo pronto, embora eles pagassem para a gente uma miséria né. Porque não era bem pago, também. E tem, e tinha pessoas que não pagava."

A falta de reconhecimento e valorização do trabalho da empregada doméstica é algo que aparece de forma crítica na fala da entrevistada, que relata episódios em que não foi paga ou que o salário não era correspondente ao trabalho realizado. A exploração é sentida de tal forma que D. significa como escravização.

"Eu estava só, em um trabalho, sendo escravizada por aquela mulher. Elas me tratavam bem, só que me colocavam pra trabalhar e fazer tudo aquilo que os demais não faziam."

"Cuidava de quatro, nasceu mais uma com síndrome de Downs. E eles não aumentaram meu salário, falei 'eu vou sair, porque...'. E porque não vou ficar aqui me escravizando com seis crianças e o salário lá embaixo, e eles passeando, comprando coisas e eu com o mesmo salário. E com mais uma criança. Eu não tenho problema nenhum em cuidar, mas eu queria que pelo menos, por parte deles, eles fossem conscientes e 'vamos aumentar pelo menos cem ou duzentos reais a mais'. Como eu vi que eles não valorizaram isso, que nem a condução eles me davam para mim ir para casa, eu pensei 'não, não vale a pena, porque eu estou aqui quatro anos e meio já, com eles, e nunca aumentaram o salário' [...]. Eu nunca vi consideração por parte deles, de pelo menos aumentar um pouco meu salário. Porque eles pensavam que eu ganhava muito bem."

O sofrimento por sentir que estava sendo escravizada aparece tanto devido à quantidade excessiva de trabalho quanto pela falta de pagamento, em falas como: *"Preciso de meu dinheiro [...]. Eu não estou aqui pra ser escrava de ninguém não."*

A entrevistada nota que a falta de reconhecimento e valorização do trabalho doméstico é ainda maior nas famílias brasileiras, que a hostilizam quando ela faz um serviço extra que não havia sido

solicitado. Ela sofre com isso porque sempre se empenhou em fazer um bom trabalho, então se ofende quando leem isso como uma ameaça.

“Mas eu encontrei um negócio estranho aqui, que quando eu ia fazer isso mesmo (fazer coisas além do que pediam), eu fui xingada por isso. ‘Quem te mandou fazer? Eu te mandei fazer isso?’. E em meu país é diferente. Quando você é uma pessoa que faz sem que fique sendo toda hora mandando, elas consideram que essa pessoa é eficiente. Que essa pessoa é competente. Aqui não, aqui você não pode fazer isso. Eu fiz isso e eu fui xingada aqui, eu fui maltratada. Sim, porque estavam falando que eu estava querendo mandar. Não é isso, eu estou acostumada a fazer isso.”

D. não aceitava as condições precárias de trabalho, reivindicava seus direitos e impunha seus limites, enfrentando a patroa, em suas palavras.

“Eu tive que falar pra minha patroa ‘eu sinto muito, mas eu como a noite, eu trabalho o dia pra comer a noite, eu tenho um filho, eu tenho que pagar aluguel, eu tenho que manter o meu filho, eu tenho que se alimentar. Se você não tem como pagar, você vai ter que você fazer. Porque eu não venho mais, se você não pagar hoje eu não venho mais, porque estão me esperando em outra casa. Não dá pra ficar aqui de graça.’”

Acrescenta que a maioria de suas colegas não conseguia enfrentar as respectivas patroas, pois tinham medo. No entanto, D. reconhece que esse medo era uma estratégia de controle utilizado pelas próprias patroas, que queriam que as empregadas as temessem e não reclamassem por suas condições de trabalho.

“Então, tem gente que eu não conseguia fazer isso, eu consigo fazer [...]. Então muitas vezes porque eu falava assim, muitas pessoas não gostavam [...]. Elas queriam que eu morresse de medo, que falasse que não por medo”.

Algo que aconteceu inúmeras vezes em suas relações de trabalho foi o descumprimento de combinados feitos entre ela e a família que a empregava. Era comum a contratarem como babá e, após alguns meses, exigir que ela fizesse também o trabalho de faxineira, não considerando que ela precisaria do dobro de tempo e de salário para isso, visto que se tratava de dois trabalhos diferentes. Os patrões não reconhecem o trabalho feito pela empregada doméstica, por isso, se sentem no direito de lhe atribuir mais tarefas dentro de casa.

“Quando eu cheguei, eles começaram a mudar. A mulher já não cuidava do filho dela, já descarregou toda a responsabilidade da casa em mim, eu tinha que cozinhar, passar, lavar, faxinar e cuidar da criança. E oito, nove horas ela chegava, porque ela estava fazendo vida social, e não é justo. Depois eu chamei ela ‘você deixa seu filho comigo, e quando vocês me contrataram vocês falaram que era pra eu, pra você cuidar do seu filho e eu cuidar das coisas da casa. E você deixa seu filho comigo e você chega nove horas da noite.’”

Assim como reivindicava seu pagamento, D. expunha sua insatisfação com o não cumprimento dos combinados, algo que para ela é significado como uma injustiça, uma quebra de leis.

‘Eu não tenho que fazer tudo aqui’. Foi combinado que ela cuidava do nenê e eu cuidava das coisas da casa, mas agora eu estou cuidando de tudo, tudo? Eu falei ‘eu sinto muito, mas se vocês não conseguirem uma pessoa pra me ajudar, eu vou sair. Eu não vou mais ficar trabalhando com vocês.’”

“Como eles não cumpriram o combinado, eu não trabalharia mais com eles. Eu falei ‘eu não vou trabalhar mais com vocês porque vocês estão quebrando as regras.’”

D. nota que o não cumprimento dos combinados é carregado de uma inferiorização e falta de reconhecimento de suas necessidades por parte dos patrões, como se os combinados que eles fazem com ela não fossem relevantes ou suas necessidades como receber seu salário devidamente, sair do trabalho no horário combinado e estar com sua família não fossem tão importantes quanto as necessidades deles próprios.

“Eles me chamaram pra falar pra mim que eles iam viajar para Colômbia mas que eles não podiam me dar passagem, porque ficava pra eles muito caro. Eu falei ‘uai, porque você não pensaram nisso antes?’. Então eles falaram para mim que eles me davam a metade da passagem, dois anos a metade. Falei ‘como assim? Vocês vão para a Colômbia, vão passear, vão conhecer suas pessoas, por enquanto eu fico aqui, sozinha, sem ninguém, sem poder passear, e eu tenho que aceitar? E vocês falam pra mim que dois anos depois vocês vão dar só a metade? Você não acha pouco não?’. Eu falei ‘eu não vou aceitar. Eu sinto muito, mas esse não foi o combinado.’”

O não reconhecimento de suas necessidades e de seus direitos também aparece quando os patrões de D. não aprovaram que ela estudasse à noite, após o horário de trabalho, para finalizar a educação básica através do EJA (Educação de Jovens e Adultos). A participante sofreu muito com a fala dos patrões na qual disseram que, desde que ela começou a estudar, era como se ela fosse a patroa e eles os empregados, posto que não podiam sair de casa, pois não tinham com quem deixar as crianças. Além de desrespeitar o seu direito de estudar, os patrões ignoram o fato de que o período noturno nem sequer era o horário de trabalho de D., mas só porque ela morava com eles, se sentiam no direito de requerer seus serviços.

“Eles me respeitavam. Só isso que eles não gostavam, porque que... eles não saiam pra nenhum lugar, mas depois que eu comecei a estudar, aí eles já queriam passear ‘e agora nós dependemos da Dora, agora você virou a patroa e nós viramos empregados porque nós temos que estar aqui porque você vai pra escola’. Ai, isso me doeu tanto. Eu não perdoei não. Falei ‘olha, vocês deviam ter falado pra mim. Se vocês não queriam que eu estudasse, porque não falaram pra mim antes de eu me matricular? Podiam ter falado pra mim. Deviam ter me falado, porque eu falei pra vocês, não foi um segredo, eu quero estudar. Vocês não falaram nada pra mim.’. Eles estavam torcendo pra que eu não passasse.”

A entrevistada tem uma clara compreensão do que são seus direitos e que deve lutar para que eles sejam assegurados. Assim, quando foram desrespeitados em relações trabalhistas, ela denunciou o empregador.

“Eu trabalhei com ela, ela me dispensou por nada. Não me pagou meus direitos [...]. Como ela já tinha assinado minha carteira e saiu com essa sujarada toda, então eu denunciei [...]. Ela me devia

mil e quinhentos reais. Sabe em quanto ficou? Em seiscentos míseros. E não pagou nenhum centavo até agora, esta, aquela infeliz. Não pagaram. Mas eu denunciei para ela saber que não é, que ela não manda. Que não é do direito dela não.”

O sentimento de não ter seus direitos reconhecidos e a indignação com essa injustiça é o que une esse indicador com o próximo, nomeado “Revolta com injustiças sociais”. Nele, estão reunidas significações da entrevistada acerca dos preconceitos vivenciados, direitos desrespeitados, relações de inferiorização e de perversidade das classes sociais mais altas na exploração das mais baixas. A participante relata o sofrimento vivenciado em decorrência do racismo e do preconceito contra a sua condição de trabalho como empregada doméstica, evidenciando o sofrimento ético-político consequente de opressões sociais.

“Eu sofri lá, pelo fato de ser, por exemplo, negra. E pelo fato de ser empregada doméstica. Empregada doméstica lá, é, você tem muito preconceito, porque é empregada doméstica. Entendeu? Então, eu sofri preconceito lá por causa disso.

Amplia a discussão sobre o preconceito contra a empregada doméstica, que demorou a ter seus direitos reconhecidos e até hoje luta para que eles sejam respeitados pelos patrões.

“E a empregada doméstica lá não é, não é... os direitos dela não são respeitados. Quando vim pra cá, estava começando, é, nesse ano, é, já tinha começado a... a pelo menos a dar o, é... a reconhecer alguns direitos trabalhistas da empregada doméstica. Mas o rico ficou muito irado porque aquele que tinha mais de três salários-mínimos para cima, ele era descontado alguma coisa, para poder aumentar a contribuição, para poder ajudar essas pessoas que somos nós, empregadas domésticas que não tinham nenhum benefício. Porque a gente tinha uma, um mês de descanso, mas não tinha uma remuneração.”

A entrevistada reforça que o preconceito e a exploração dos trabalhadores está muito presente na realidade brasileira, de modo que ela sofreu mais com isso no Brasil do que na Colômbia.

“Vou falar pra você sinceramente, eu me dou melhor com famílias de fora. Porque com brasileiro, brasileiro tem muito preconceito, é muito explorador, muito humilhativo. Você é brasileira, mas eu tenho que ser sincera. Ele é preconceituoso com a empregada doméstica. Ela quem faz tudo, faz tudo pra ele, mas ainda não é o suficiente, e ainda acha que ele é melhor do que a empregada. São um bando de idiotas pra mim, porque a minha cabeça não funciona assim. Minha cabeça é bem aberta. Tanto direito tem ele como tenho eu.”

Em seguida, D. reafirma a necessidade de igualdade social sob uma perspectiva de direitos humanos universais, endossando que todos os seres humanos têm os mesmos direitos, independente da classe social. Em seguida, ao dizer que não abaixa a cabeça para ninguém, D. reendossa que não é inferior a ninguém, independente da relação de trabalho estabelecida, e expressa uma resistência à opressão a que é submetida enquanto uma mulher negra empregada doméstica.

“Onde está constituído que eu sou inferior a essa pessoa só porque tem dinheiro ou porque eu trabalho para ela? Eu considero que somos de igual para igual. No mesmo patamar, porque, porque

eu trabalho pra ele, facilito a vida dele e em troca ele ainda me paga, porque eu não posso fazer de graça. Você concorda? Então eu acho que eu não estou errada. Eu não estou errada quando eu falo que tenho os mesmos direitos que qualquer pessoa tem. E eu não estou errada quando eu falo que eu estou no mesmo patamar porque ninguém é melhor que eu. E ninguém é menos que eu. Certo? Você não é mais do que eu, e eu não sou mais que você. O mesmo direito que você tem eu tenho, porque estamos em um mesmo mundo. E o mundo se constituiu com os mesmos direitos. O mesmo oxigênio que você respira eu tenho que respirar. Ou o puro fato de você ser melhor que eu, eu tenho que respirar menos oxigênio? Eu acredito que não, então minha cabeça é bem aberta. E eu não estudei, viu? Mas isso me deu a escola da vida. Porque na vida aprende. Então eu não abaixei a cabeça pra ninguém e não vou abaixar. Não vou abaixar.”

A participante critica a diferença de tratamento que lhe era oferecida pelos patrões, pois reconhece que isso vinha de um senso de superioridade em relação a ela.

“Eu achava ruim pelo fato de eles pensarem que a gente era, era inferior a eles, e inferior eu não sou coisa nenhuma, eu sou igual. Não sou nem melhor, nem menor, nem mais. Não sou nem mais, nem menos. Sou, estou no mesmo patamar. Porque sou feita do mesmo material, estou no mesmo mundo que eles vivem, que vivem. E tenho as mesmas qualidades que eles têm.”

“Elas fazem questão de humilhar as pessoas, porque elas se sentem grandes assim.”

Apesar de ter consciência sobre direitos sociais que devem ser assegurados a todos os cidadãos e reconhecer que certas atitudes decorrem de mediações sociais como a classe, há uma contradição quando D. atribui o preconceito e o desrespeito aos seus direitos a uma falta de caráter individual da pessoa.

“Ninguém que tem uma consciência justa vai pegar e vai maltratar você simplesmente porque você é negra ou simplesmente porque você está nesse mundo injusto e tem que sobreviver.”

Dessa forma, as pessoas que quebram acordos são significadas por D. como pessoas que não prestam, que não se importam e não as consideram.

“Eles quebraram um pacto, eles quebraram um acordo. E eu não gostei, porque quebrar um acordo significa que a pessoa não presta. Que a pessoa não se importa com você. Ela tem que te considerar. E se fosse a empresa do patrão dele que tivesse quebrado os acordos, ele gostaria? Não ia gostar.”

De todo modo, essa contradição não impede que D. questione o lugar social das atitudes de seus patrões e lute para que seus direitos sejam garantidos. Trata-se de um movimento de resistência por parte da entrevistada à exploração trabalhista que sofre, sendo explícito quando ela conta sobre uma denúncia que fez a uma patroa que não lhe pagou seu salário:

“[...] eu fiz questão que ficasse marcado que ela é muito desonesta, que ela é ladrão. [...] deixei registrado que ela roubou sim. E que ela não tem razão de me roubar, que é direito meu e que é uma obrigação dela. Eu deixei registrado. Agora, eu não sei se ela se importa ou não, ou não sei. Eu só sei que eu deixei registrado que, que ela tem que pagar meu direito. Trabalhista. Ela esperava que eu não tinha coragem, eu tenho sim.”

Sendo assim, este núcleo revela as significações da participante acerca da exploração do trabalhador, em específico, da empregada doméstica, e da falta de reconhecimento de seus direitos pelos patrões que o exploram.

Núcleo 2: “Eles são pagos para que nós sejamos assistidos, só que é uma hipocrisia, porque você é assistida, mas você é humilhada lá dentro.”

O segundo núcleo de significação reúne as consequências sofridas pela participante por não ter uma moradia fixa, algo que a leva a entrar em contato com serviços públicos de assistência social, onde D. nota diversas contradições.

O primeiro indicador abrange as “Consequências da falta de moradia” sofridas pela entrevistada. Ao longo de toda a sua trajetória, D. nunca teve moradia fixa própria. Quando criança, residia na casa da madrinha; ao longo da vida adulta, transitava entre quartos ou casas que alugava e a casa das famílias onde trabalhava; quando ficou desempregada, teve de entregar o quarto que alugava e se viu sem ter onde morar, se dirigindo a centros de acolhida, de onde conseguiu sair recentemente, após alugar um pequeno quarto. Ela sofre com as consequências geradas por essa situação, pois implicam em falta de autonomia, liberdade, dignidade e, por vezes, em humilhação.

No início da vida adulta, D. já tinha um emprego fixo como empregada doméstica em uma casa de família. Porém, o salário não era suficiente para que ela bancasse sua própria residência. Assim, permaneceu morando na casa onde trabalhava, como já vinha fazendo desde a adolescência. A participante, no entanto, esperava um dia conseguir juntar dinheiro o bastante para conseguir uma casa própria.

“Eu continuei trabalhando interna, porque eu não tinha uma base, uma estabilidade financeira que me permitisse morar separada e eu tinha que trabalhar em casa de família. Porque ali eu tinha pelo menos uma moradia. E aquele dinheiro eu tinha que juntar para quando chegasse o momento eu poder...”

Após seu filho nascer, a situação de moradia mudou, mas as dificuldades permaneceram. A entrevistada alugou um quarto em uma casa de uma conhecida para morar com o filho, mas lá ele não tinha liberdade para entrar e sair, sendo humilhado pelas filhas da dona da casa ao ser barrado na porta. Se sentindo desrespeitada, D. expôs a situação para a dona da casa e se mudou.

“Meu filho tá sofrendo, porque suas filhas deixam ele lá fora e você não se importa, e meu filho está sofrendo, e eu estou pagando aqui pra você. Então por isso que eu não vou morar mais aqui. Eu já busquei outro lugar para morar, mas fiz questão de falar pra ela por que eu ia sair. ‘Porque meu filho tem que ser humilhado aqui, na porta da sua casa, sabendo que eu pago aqui pra você?’”

Com o filho, D. alternou entre períodos em que morava na casa das famílias para quem trabalhava, enquanto seu filho ficava em um internato, e uma casa que conseguiu alugar para ambos. Após o falecimento do filho, D. veio para o Brasil e permaneceu por um tempo morando exclusivamente na casa onde trabalhava e, depois, alugou um espaço para passar os finais de semana. Entretanto, era um lugar muito longe e com poucos recursos, não havendo sinal telefônico. Isso a fazia ficar incomunicável e perder contatos, algo que interferiu em sua liberdade e dignidade, chegando a impedi-la de novas oportunidades de trabalho.

“Depois de um tempo eu consegui alugar um lugar, fui pra Santa Julia, um lugar muito longe, lá não entrava nem ligação. O sinal caía. E eu perdi várias oportunidades de trabalho porque lá quando foram me procurar não me acharam mais.”

A entrevistada possui uma trajetória de grande sofrimento relacionada à moradia, tanto no Brasil quanto na Colômbia. Porém, o período mais difícil para foi quando, recentemente, se viu doente, desempregada e tendo que entregar a casa por não ter como pagar o aluguel. Esse momento foi sentido como muito doloroso e sofrido para ela, que se viu desamparada.

“Eu fiquei doente, fiquei desempregada, e eu tive que entregar a casa [...]. Foi muito dolorido, eu tive que... porque eu fiquei desempregada, fiquei doente, eu não tinha como pagar.”

Foi nesse momento que a entrevistada se viu sem opções a não ser procurar abrigo em centros de acolhida, onde entrou em contato com outros tipos de sofrimento que serão discutidos no próximo indicador.

Mesmo após conseguir sair dos centros de acolhida e alugar o espaço onde está vivendo atualmente, D. continua sofrendo. O espaço é pequeno e não lhe proporciona o que ela precisa para ter uma vida digna, como cozinha, banheiro próprio e um espaço onde possa produzir as mercadorias que planeja vender na rua. A participante sente falta de um espaço onde possa, de fato, viver.

“Eu aluguei um espaço onde não estou bem. Porque tô num quartinho mais pequeno do que esse. Meu quartinho é esse pedaço aqui [faz referência a metade da sala onde estamos]. Só cabe a cama, só cabe a pia e um pedacinho pra mim entrar, não cabe mais nada [...]. Eu estou num quartinho, estou ali por enquanto, estou tranquila, mas eu não tô bem, porque eu preciso de um espaço maior.”

A significações da entrevistada acerca dos serviços públicos que frequentou, principalmente, quando se viu sem moradia, estão expostas no segundo indicador que compõe este núcleo, denominado “Desassistência nos serviços públicos”. Nele, a participante aponta contradições que observa nos serviços, em especial sobre sentir que os serviços de assistência social que frequentou não oferecem assistência com qualidade e dignidade àqueles que deles necessitam. A participante expõe a falta de infraestrutura e limpeza das casas de acolhida em que esteve e a fizeram adoecer.

“Tem muquirana e tem percevejo. Tava toda marcada, olha aqui. Tô toda marcada dos bichos. Toda marcada. E com uma alergia terrível. Esses bichos, nossa, esses bichos são terríveis, eles deixam a baba dentro de você, que você fica só se coçando.”

Sua maior crítica, porém, é à forma de tratamento que os trabalhadores dos serviços destinam aos usuários. A entrevistada sofreu nas casas de acolhida por se sentir humilhada pelos trabalhadores, que não lhe assistiam de forma a preservar sua dignidade e assegurar seus direitos enquanto cidadã que necessitava do serviço. Ela reclama por ter sido humilhada por solicitar coisas básicas que o serviço oferece, como alimentação e máquina de lavar roupas.

“Falei ‘como assim? Eu estou no quarto, tô sendo humilhada; vou pra lavar minha roupa, to sendo humilhada; vou pegar minha comida, tô sendo humilhada. Como assim, a gente não está aqui, a gente não vem aqui pra ser humilhada, se fosse pra ser humilhada ficava lá em outro lugar.” (Lá você se sentiu humilhada por quem?) “Por todos, por todos. Por exemplo, é, se você pedia um pouquinho mais de caldo, eles falavam que não, que não podia receber [...]. Eles são pagos para que nós sejamos assistidos, só que é uma hipocrisia, porque você é assistida, mas você é humilhada lá dentro. Eles têm uma, tipo uma aparência de assistente social, mas não é bem assim, você é muito humilhado. Eles cumprem esse papel, mas você é humilhado todos os dias [...]. E era assim. Uma humilhação. Então eu fui falar com o diretor, falei ‘olha aqui. Eles estão me humilhando por uma concha de feijão. Eles não estão falando que vão dar uma concha de feijão para cada? Eu tô falando só para que me dê um pouquinho de caldo para molhar o arroz. E ele fala que não pode me dar.’”

Entretanto, assim como D. reclamava aos patrões pela garantia de seus direitos, fazia o mesmo com os trabalhadores e gerentes dos serviços de assistência social, embora eles não recebessem bem as reclamações. Esta é outra crítica da participante, acerca do silenciamento dos usuários que criticam os serviços por parte dos trabalhadores e da gerência, que transferem para outros serviços aqueles que reclamam.

“Eu não estou aqui para ser humilhada. Você não está aqui pra, vocês não são ganhos para atender a essas pessoas que tão aqui com, com, com necessidade?’. Aí eles me mandaram pra outro lugar. Porque eles não gostam de pessoas que reclamam [...]. Tem pessoas lá que como não reclamam, engolem muito sapo, e não reclamam pra não sair de lá. Que se acomodaram lá [...]. Elas não reclamam, elas não falam nada, elas aguentam tudo o que seja. Sabe? Eu questiono, falei ‘mas como assim? Você fala que não pode reclamar, você fala que vocês, é verdade que vocês quando a gente reclama, vocês dispensam a gente, mandam pra outro lugar?’”

Em sua opinião, por trás do mau atendimento, há um sistema corrupto, de modo que os serviços recebem verba pública para assistir à população e não o fazem com dignidade, não exercendo sua função. Acrescenta que a precariedade da assistência e a humilhação sentida nos serviços leva os usuários ao adoecimento psíquico, isto é, a um sofrimento em decorrência da situação social em que se encontram e da falta de garantia de direitos pelo Estado. Se revolta ainda pelo fato de o psicólogo do serviço não agir em defesa da garantia de direitos dos usuários, não assumindo uma postura comprometida com a realidade social do serviço onde trabalha.

“O tal do psicólogo não faz nada. Não faz nada. Está só aí ganhando dinheiro nas suas costas. Tomara que o albergue acabe logo, porque que vão fazer, que vai fazer? Eles estão roubando o povo. Eles estão aí, se aproveitando e ganhando um salário que não merecem, para humilhar as pessoas que estão lá com muita necessidade. Isso não deixa que as pessoas que estão lá, a cabeça, há gente que fica louco. Tem gente que não tem raciocínio direito. Que é perturbada, porque, porque eles não ajudam as pessoas.”

Atrela a corrupção também a uma parceria que os serviços supostamente têm com o governo do Haiti, que destina uma verba aos centros de acolhimento brasileiros onde há uma concentração maior de haitianos buscando auxílio. D. se revolta porque se sente desassistida e desrespeitada em seus direitos por receber menos benefícios em relação aos haitianos, que teriam sua permanência no serviço protegida devido à verba que lhe fornecem indiretamente. Conta sobre uma situação em que, após se desentender com uma mulher que residia na casa de acolhida e que implicava com ela, não a deixando dormir, xingando-a e lhe pedindo dinheiro, o serviço transferiu D. para outra casa, ao invés de transferir a mulher que estava causando desordem.

“[...] é uma maldita de uma máfia. Porque eu fiquei sabendo que os haitianos, eles recebem dinheiro de lá de Haiti, de Haiti. E parece que tinha uma parceria de Haiti com aquele, com aquele lugar lá. E eles, o dinheiro, eles recebem dinheiro pra que eles estejam ali. Então eles não iam dispensar ela que estava recebendo dinheiro, sim a mim que não estava recebendo dinheiro no lugar. Então essas pessoas só olham o lugar monetário. Elas só olham o sentido monetário, não está se preocupando [...]. Então eu falei pro assistente social, falei ‘como assim? Eu não fiz nada de errado, elas estão aprontando comigo, estou sendo acusada de uma coisa e de outra, não me deixa dormir, estão me agredindo, e eu tenho que sair? Porque ela não sai, que é ela que está me agredindo?’”

A entrevistada culpa o governo, as “cabeças grandes” em suas palavras, por ordenar que os serviços não assistam as pessoas, significando a situação de uma forma maquiavélica.

“Eu fiquei sabendo que, que eles receberam uma ordem de não sei aonde, de uma cabeça grande, que não era pra nos auxiliar em nada, que era pra deixar nós outros se virar e não nos auxiliar para que, não sei pra que [...]. Parece que é uma coisa do governo mesmo.”

Para D., o sistema funciona como uma máfia, em que os governantes e trabalhadores dos serviços agem de forma a prejudicar os outros para se beneficiar monetariamente porque não têm um bom caráter. Dessa forma, ao mesmo tempo em que reconhece que há uma estrutura capitalista desigual que leva à não garantia de direitos aos cidadãos, D. atribui a culpa desse funcionamento à índole individual daqueles que fazem parte do sistema, se contradizendo.

“[...] é um círculo vicioso e uma maldita de uma máfia, ninguém quer ajudar ninguém. E aquela, aquele pessoal são desonestos, são de mau caráter e eles não tem, não tem escrúpulo nenhum. [...] uma maldita duma máfia, uma gangue maldita [...].”

A ideia de corrupção por interesses monetários aparece em algumas de suas falas, ora atrelada ao sistema, ora pessoalizada, de forma contraditória. Quando relata sobre uma informação que

recebeu acerca de um suposto bônus que os médicos das UBSs recebem por cada atendimento realizado, em um momento relaciona isso a uma característica do sistema que é corrupto:

“Porque a pessoa não vai melhorar, se o sistema não melhora [...]. eu estou fazendo parte de um sistema, ou estou dentro de um sistema, que, que cada vez está mais corrupto. Por que, por que ele tem que ganhar mais do que já ganha, sabendo, é, a obrigação do médico é me atender e que eu fique bem [...]. Então eu acho que está errado o sistema todo. Tá corrupto tudo. Sabe?”

Ao mesmo tempo, considera que o fato de o médico aceitar receber o bônus está atrelado à sua má índole:

“Se por exemplo eles têm também um esquema lá que por tantos pacientes que eles atendem, eles ganham um porcentagem. Por que eles têm que ganhar porcentagem se eles já têm um salário X pra eles trabalharem? Então por que eu tenho que, por que eu tenho que ser agredida, por que eu tenho que ser submetida a estar doente o tempo que eles querem? ‘Ah, eu não melhora, eu tenho que ir, tenho que voltar e voltar várias vezes para ele ficar ganhando em cima de mim?’. Um safado, um salafrão que merecia a morte. Eu sou radical, eu não aceito isso [...]. Ele se dá bem a custa do meu sofrimento?”

De toda forma, D. sofre por se sentir agredida pelo funcionamento dos serviços públicos, que não lhe assistem com qualidade e dignidade. Reclama de burocracias estatais que impedem pessoas de trabalhar por não terem condições financeiras de pagar impostos pelos produtos que vendem ou de alugar espaços para vender suas mercadorias.

“O governo também cobra o espaço, ele cobra um absurdo. Eu fui pra pegar o permissão do, da prefeitura, para poder ter um espaço pra mim poder trabalhar, poder vender roupas, né? Sabe quanto cobra? Quatrocentos por mês. Uma pessoa que não tem dinheiro, uma pessoa que vai começar com cem reais, pode pagar trezentos por mês, quatrocentos? Não pode! Então é um absurdo, a gente, francamente, eles fazem de tudo e parece que é um esquema que estuda todos os pormenores para que você se ferre, para que você fique a deus dará. Porque esses haitianos, eles, eles, eles estão pagando para os agiotas, e pagam juros altos, porque a prefeitura tira tudo, tudo deles. E levam pra onde essa mercadoria, onde está?”

A participante apresenta uma leitura crítica acerca da situação dos haitianos, que saem de seu país natal por estarem em uma situação precária e precisarem de trabalho, mas encontram impeditivos no Brasil. Ela questiona o fato de o Estado dificultar a sobrevivência dos haitianos ao não lhes oferecer nenhum suporte ou alternativa de trabalho digno aos haitianos que são proibidos de vender suas mercadorias sem pagar impostos.

“Porque que não dão pras pessoas um trabalho digno, então, se não querem que eles fiquem comprando de pessoas que de repente não é legalizado? Eles tem que sobreviver. Porque eles emigraram para cá porque, porque eles precisavam sair. Eles vão sair de sua terra só por que querem sair? Não. Emigraram porque estava ruim. Lá. Emigraram porque eles querem uma vida melhor, mas eles não estão roubando, tão trabalhando. Só que o trabalhador é roubado, é extorquido, é humilhado. Sabe? Então é um esquema que, tá podre. É uma podridão que ninguém aguenta. E eu

sinceramente eu não concordo, porque na verdade, tem que ter, no mínimo tem que ter dignidade pra viver. Sabe?”

D. questiona também as contradições na atuação do Sindicato dos Trabalhadores, ao qual recorreu para denunciar uma de suas patroas e a empresa de limpeza onde trabalhou, pois ambos não lhe pagaram o salário. Foi em busca do sindicato para defender seus direitos, mas não encontrou auxílio, constatando que o sindicato não defende o trabalhador, mas sim o empregador. A participante se revolta ao não se sentir assistida.

“Aquele tal de... como é que chama... é... não sei o que dos trabalhadores, como que chama? O sindicato dos trabalhadores, é um tremendo dum ladrão. Não, eles não estão se importando com o trabalhador, ele está, ele está com o patrão! [...]. O sindicato não presta! É uma maldita de uma máfia que está com o patrão, ele não ajuda o trabalhador. Vocês têm que ter isso na cabeça, ele não, ele não ajuda o trabalhador, ele está a favor da empresa, do empresário, ele não ta ajudando o trabalhador, porque já me convenci disso. Estou falando de conhecimento de causa [...]. Eles não fazem o trabalho. Eles são descarados. São, são ladrões mesmo. É um esquema podre.”

Apesar das experiências ruins que relata, D. esteve em contato com trabalhadores da rede pública como assistentes sociais e professores que lhe auxiliaram e serviços onde se sentiu respeitada e assistida. Foi o caso do EJA, onde continuou os estudos na idade adulta.

“Acontece que eles também estavam curiosos, ‘ah, colombiana, tal’, e eu via que todos me tratavam bem. Que a professora também me recebeu bem. Não tive preconceito não, eu não tive preconceito na sala de aula do EJA. A professora era prestativa para me ajudar, o de matemática também, o da arte também, o da história também...”

A própria Chapelaria Social é um espaço que a entrevistada reconhece como parte de sua rede de apoio, que lhe fornece alimentação diária, lhe permitiu acesso ao POT (a partir do qual conseguiu alugar um espaço para morar) e é bem tratada e acolhida pelos trabalhadores.

“Embora eu esteja aqui, eu reconheço que eles tem me dado grandes benefícios, porque graças a esse lugar eu consegui.”

A partir dos dois indicadores aqui expostos, é possível refletir sobre as consequências geradas pela falta de moradia fixa própria ao longo da história de vida de D., sob a forma de inúmeros sofrimentos, que envolvem a falta de um espaço para viver livremente, com dignidade e autonomia. O acesso a serviços de assistência social também surge em sua vida como uma consequência da falta de moradia, e, neles, D. enfrenta outras dificuldades e se depara com novas situações que também a fazem se sentir humilhada, em decorrência da falta de assistência qualificada.

Núcleo 3: “Eu preciso trabalhar, sou mãe solteira, não tenho com quem deixar meu filho. Eu me vi sozinha e sem saber o que fazer. Você não sabe a impotência que eu senti. Eu vi que era hora de me libertar.”

O terceiro núcleo reúne situações vivenciadas pela participante que são mediadas pelo gênero, isto é, situações determinadas pela sua experiência de ser mulher em uma sociedade capitalista, machista e racista. Este núcleo é composto por quatro indicadores. O primeiro deles se relaciona ao “Desamparo familiar” sentido pela entrevistada durante a sua infância e expresso através de falas como: *“Minha mãe não foi presente e meu pai também não foi”*. Como consequência da ausência dos pais, D. foi criada, especialmente, por sua madrinha, que a maltratava, batia nela e a fazia trabalhar desde os cinco anos.

“Minha madrinha era perversa. Ela falava que me queria, mas na verdade não me queria, porque ela ficava me espancando.”

O sofrimento por se sentir humilhada existe em D. desde a infância na convivência com a madrinha, que a castigava quando ela manifestava que estava com fome.

“Eu me lembro que às três da tarde eu tinha muita fome. E falava ‘eu tô com fome’. E só porque eu falei que estou com fome, depois que a comida estava (ali) ela me fez comer um monte de comida até vomitar. Eu passei por tudo isso. Então eu nem podia falar que eu tinha fome, porque eu era castigada de uma maneira muito cruel.”

A falta de liberdade também se faz presente desde a infância, quando D. era impedida de brincar porque apanharia da madrinha se voltasse com as roupas sujas para casa ou porque era obrigada a trabalhar, o que aponta também para a presença da dimensão do trabalho como necessário para a sobrevivência desde cedo em sua vida, fazendo com que ela perdesse sua infância e fosse obrigada a trocar a brincadeira pelo trabalho. Desde então, o trabalho ocupa um lugar central e praticamente único na trajetória de D.: *“Eu tenho que estar trabalhando, porque eu sou menor idade, para onde eu vou?”*

Visto que começou a trabalhar quando criança, a exploração no trabalho, que a participante critica tanto em sua fala, existe desde suas primeiras experiências de trabalho, quando vendia chouriços na rua a mando de sua tia e quando começou a trabalhar como empregada doméstica e sua mãe detinha todo o seu salário.

“Eu era explorada, ela era vítima, eu tinha que ajudar e ela gastava na bebida, ela gastava o meu dinheiro. [...] eu ficava olhando assim com tanta tristeza, de ver minha mãe gastando meu dinheiro e eu sendo explorada no serviço e cansada.”

Sua relação com a sua mãe é algo que muito a fez sofrer, pois embora ela fosse ausente afetivamente, sempre esteve presente cobrando que ela trabalhasse para lhe ajudar financeiramente,

algo que D. significa como uma exploração. Assim como se sentia explorada pelas patroas, se sentia também explorada pela mãe. Além disso, a entrevistada revela a falta que lhe fez o afeto e cuidado da mãe.

“Quando eu vinha do meu trabalho, minha mãe não me atendia, minha mãe não falava comigo, e eu queria que ela fosse presente, porque eu estava num trabalho, sendo explorada, meu dinheiro ela estava pegando, então eu pensava que pelo menos ela me daria atenção, mas ela não me dava atenção. Ela só esperava receber o meu dinheiro, só.”

Além disso, a entrevistada revela a falta que lhe fez receber afeto e carinho por parte da família durante a infância. Relaciona a agressividade e violência no território a essa falta de cuidado e atenção familiar, justificando que pessoas são agressivas e violentas porque não foram cuidadas pela família durante a infância, individualizando assim a questão complexa da violência ao âmbito privado da família e tirando o fenômeno de seu contexto social geral.

“Acho que a maldade se multiplica justamente por isso, porque as pessoas, desde cedo, elas recebem só desprezo e só maltrato e isso vai se acumulando, vai se acumulando, e agora eu entendo que muita gente é agressiva, em sua infância não recebeu bondade, não recebeu delicadeza, não recebeu um bom trato. Porque você não precisa amar. Sabe? Para você não ser mal tratado não precisa ser amado. Simplesmente respeitar e dar valor.”

A cobrança da mãe para que D. a bancasse financeiramente a impediu de estudar, algo que a fez sofrer muito, pois incide diretamente sobre a sua liberdade, autonomia e, principalmente, sobre o seu direito como cidadã de ter acesso a educação. Significa essa atitude da mãe como uma tirania: *“Minha mãe foi muito tirana comigo, ela não queria que eu estudasse.”*

O sentimento de ser explorada pela mãe fez D. sempre desejar crescer e se emancipar para sair daquela situação e conquistar seus próprios espaços.

“Eu estava totalmente indefesa. E eu pensava assim, quando eu crescer, eu não via a hora de crescer, sabe, pra mim era urgente e importante crescer, porque, porque, eu queria, eu queria mesmo, me libertar de uma mãe que não se importava com os filhos, que não se importava comigo, porque eu sentia que comigo ela era mais agressiva. Porque... será que eu fui adotada? Por que ela me trata tão mal, por que ela me despreza?”

Junto ao desejo por emancipação, cresce em D. a vontade por construir uma maternidade diferente daquela que sua mãe lhe ofereceu, mas se depara com empecilhos nesse processo, devido a dificuldades materiais enfrentadas no caminho: *“Eu passei por isso, não quero que meu filho passe, mas inconscientemente eu estou quase fazendo o que minha mãe fazia comigo.”*

Os desejos por liberdade são mais esclarecidos no segundo indicador que compõe este núcleo, “Desejo por emancipação e liberdade”, e se revelam na vontade de estudar, no interesse pela cultura e por conquistar uma melhor qualidade de vida, algo que aparece desde a sua infância:

“Eu não sabia ler, nem escrever. E eu queria muito aprender a ler e a escrever, porque não sabia e eu achava muito interessante. Porque sempre me gostou ser uma pessoa culta, diferente, que sabe outras coisas, sabe comportar, sabe postura, sabe, enfim, sabe o básico, entendeu?”

A vontade e a dedicação para aprender perdura da infância até a vida adulta, quando volta a estudar através do EJA:

“Dentro do EJA não, eu cheguei com uma expectativa de aprender, porque eu não sabia a língua portuguesa, eu não sabia a regra ortográfica da letra português, e então eu queria aprender. Porque eu só mais falava português né [...]. Quando eu tinha de repente que, algumas coisas que eu não entendia, e eu queria aprender direito. Entender de fato o que aquilo queria dizer, por exemplo na matemática, na regra ortográfica do português...”

Os impedimentos para que D. conquistasse essa liberdade e ocupasse espaços emancipatórios como a escola também aparecem desde a infância através da cobrança da mãe para que ela trabalhasse e da exploração no trabalho.

“E por que, você sabe por que eu saio? Porque eu quero estudar! Ali eu não posso estudar, eu sou escrava lá, eu saí de lá [...]. Não, eu preciso estudar. Eu já tinha 18 anos.”

“Eu não tinha um lugar tranquilo para poder ensaiar, estudar...”

A busca pela preservação de sua liberdade e autonomia também está presente em suas relações de trabalho, quando D. se recusa a se submeter aos seus patrões e defende seus direitos.

“Eu vim pra cá e eu vim decidida a ficar por aqui, eu não vim pra voltar, eles pensam que eu vou voltar, mas eu não vou voltar, porque depois que eu conheço, depois que eu tenha já dominado o português, depois que já tenha me adaptado, eu não vou ficar atrás deles, também não vou ficar lá.”

“Eu estive escravizada em uma empresa de limpeza, porque eu fui mudando, como falei pra você. Quando eu me canso de uma coisa, quando eu vejo que não dá certo, ou quando eu quero mudar de repente que quero, que quero, digamos, minha liberdade.”

Ao longo da juventude, os impedimentos estiveram mais atrelados à questão de gênero, com um companheiro que não queria que ela estudasse para poder ficar mais tempo com ele – algo que D. não aceitou ser manipulada por um homem, pois valoriza muito sua liberdade e seus estudos.

“Ele queria que eu saísse de estudar pra ficar com ele [...]. Depois que eu me separei dele, fui atrás de mim.”

A questão de gênero atravessa as vivências da entrevistada de forma violenta. É o que se revela no indicador “Violência de gênero”, que reúne as experiências de violência mediadas pelo gênero na trajetória da participante. Inicia apresentando as violências que sofreu quando criança, quando era assediada por um primo de sua mãe:

“Minha mãe me levou para o escritório de um primo dela, nisso eu tinha uns 10 anos de idade. E aquele infeliz não queria me violentar? Aí me deitava na mesma cama que ele, porque não tinha espaço. Mas de noite eu passava mal. Eu falei para a mulher dele: “ele fica me passando a mão de

noite, eu não quero dormir ali' [...]. E depois eu falei para minha mãe que me levasse embora, porque ele queria me violentar. Pelo menos minha mãe se tocou e eu fui para outro lugar, mas eu fiquei foi assim."

D. significa atitudes de homens como violência e se protege contra elas, buscando apoio de sua rede e impondo seus limites. É o que ocorre quando seu ex-companheiro a tenta manipular para que largasse os estudos e trabalhasse para ele enquanto ele saia para fazer uso de drogas, justificando que apenas fazia o uso porque sentia sua falta quando ela ia estudar, culpabilizando-a pelo próprio uso e tentando manipulá-la para que ficasse com ele. Nota-se que o que mais gera irritabilidade em D. são as mentiras e a manipulação que ele tenta fazer sobre ela.

"Ele vendia bijuteria. Então falava pra mim que ficasse aí, vendendo no lugar dele, enquanto ele ia não sei onde. Quando ele chegava, eu falava 'o que aconteceu com você, você tá drogado? Eu estou aqui vendendo pra você, você vai e se droga?'. 'Ah é que eu sinto muita falta de você, quando você vai estudar eu fico com falta'. Quando eu chegava do estudo, queria matar aquele infeliz, aí, que ódio que me dá [...]. Eu nunca tive vício, nunca fumei, nunca me droguei, nunca nada, e aparece um desgraçado mentindo pra mim que é uma pessoa boa e eu tenho que aguentar e tenho que manter ele? Por quê? Falei não [...]. Uma vez, ele me levou pra casa dele, aí no domingo eu falei 'eu tenho que ir estudar', e ele não falava que eu não fosse, porque ele sabia que se falasse que não, eu não ia ficar com ele. Então ele sabia como que... era esperto, sabe? 'não vou falar pra você que não, se não vai pensar que eu não quero, e tal, enfim, mas toda vez que você vai embora eu fico sozinho e eu sinto muita falta de você, então eu me drogo.' Desgraçado né? Ele queria que eu saísse de estudar pra ficar com ele."

Além do uso de drogas, a gravidez também foi um fator que seu ex-companheiro tentou utilizar para manter D. ao seu lado, mas ela não aceitou.

"Esse infeliz, eu não vou ficar com ele não, ele pensa que porque eu estou grávida eu vou ficar com ele... então ele queria que eu ficasse grávida, para ele poder me manipular, pra que eu ficasse com ele, pra ele poder me escravizar, porque ele queria que eu vendesse pra ele e tudo mais, eu falei não [...]. Aí o dia que eu larguei ele, sabia que eu estava grávida, porque ele queria me engravidar, para que eu ficasse do lado dele, porque sabia que minha mãe não ia me receber. E eu falei 'ele não sabe quem sou eu não. Já passei por tanta coisa, isso pra mim não é nada'"

No entanto, tomar tais atitudes de libertação não foi simples para a entrevistada, que temia ser ainda mais violentada.

"Eu estava com muito medo que ele ficasse sabendo que eu ia largar ele, porque eu sabia que ele ia me deixar lá fechada."

A violência de gênero perdura ao longo da vida da participante, até mesmo em seus ambientes de trabalho. Mesmo envolvendo relações de poder com seus patrões, D. não se calava e impunha limite aos homens que a assediavam, exigindo respeito.

"Eu passei assédio. Os patrões querendo dormir comigo. Um homem foi, quando eu percebi, tinha um homem na cama, em minha cama. Na minha cama, lá quando eu trabalhava na casa de famílias. Um homem na minha cama. Eu falei 'não, o que você tá fazendo aqui, não, não, não, sai da minha"

cama, não, não, não, pelo amor de deus, sai daqui. Eu vou chamar sua esposa, não, não, não'. Aí saiu rapidinho. Mas estava na minha cama ele infeliz."

"E o marido dela que me passava a mão. Falei 'não, você me respeita, faça o favor. Você me tá confundindo com o que, você me respeite, tá?'. O marido dela passando a mão na minha bunda. Sim! Eu sofri assédio também. Só que eu não deixava não."

O último indicador que compõe este núcleo de significação reúne situações vividas pela entrevistada por ser uma mulher, mãe solo e trabalhadora em uma sociedade capitalista, sendo denominado "A luta da mãe solo trabalhadora". Desde a gravidez enfrentou situações violentas nesse aspecto. A primeira se deu quando D. se deu conta que não lhe contratariam para trabalhar estando grávida, pois as responsabilidades do empregador com uma mulher grávida são maiores. Porém, ela precisava trabalhar para se manter, então omitiu a gravidez enquanto foi possível.

"Quem que vai me receber grávida? Eu fui atras de um lugar grávida e ficaram sabendo e eu não consegui ficar mais lá. Porque eu estava grávida e a mulher não queria que eu trabalhasse grávida lá. Eu fui e não falei que estava grávida. Porque eu preciso de dinheiro."

As necessidades financeiras e a falta de amparo de políticas públicas que assegurassem seus direitos como mulher grávida e trabalhadora fizeram com que a participante corresse diversos riscos ao longo da gravidez, como quando teve de pintar uma casa sem segurança de trabalho: *"A gravidez minha eu passei pintando"*.

Quando seu filho nasceu, a luta continuou, pois precisava trabalhar e não tinha com quem deixar o bebê, se vendo sozinha e desamparada.

"Não tinha onde deixar ele. Minha mãe não cuidava dele. Eu me vi sozinha e sem saber o que fazer."

"Eu não tinha mais para onde ir, mas eu precisava conseguir um emprego, pois estava amamentando meu filho. Por enquanto que eu estava amamentando meu filho eu tentei me virar de alguma forma. As vezes deixava meu filho cuidado com alguém e ia trabalhar como diarista num dia que aparecia, e outras vezes assim ia [...]. Fui na creche e falei 'eu preciso trabalhar, sou mãe solteira, não tenho com quem deixar meu filho, não tenho nada para o meu filho, e queria ver se vocês recebem meu filho.'"

Suas patroas dificultavam seus cuidados parentais, chegando a fazer com que seu filho tivesse seus direitos restringidos, por exemplo, quando não liberaram D. no dia que ela deveria fazer a matrícula do filho na creche, o que levou a criança a ficar desassistida por um ano.

"E teve outra, que meu filho perdeu a creche desse ano, porque não me liberou para fazer a matrícula dele. Fiquei morta de raiva disso [...]. Nunca mais, nunquíssima mais olhei na cara dessa mulher. Porque meu filho sofreu um ano na rua, humilhado, pela minha família, pela minha mãe, aguentando fome. E eu desesperada, sem saber o que fazer, no serviço, sem saber o que fazer com meu filho na rua sem estudar. Por culpa daquela mulher infeliz."

Diversas vezes D. teve de renunciar aos cuidados com o próprio filho para atender aos filhos das patroas, um sofrimento muito presente na vida das empregadas domésticas no Brasil.

“Eu falei ‘eu sinto muito [...], seu filho está comigo aqui. E meu filho está sozinho em casa, sem saber o que vai acontecer com ele. E são oito horas da noite, eu ainda tenho, eu tenho que sair daqui e só vou chegar depois de uma hora na minha casa.’”

A entrevistada demonstra intensa preocupação e carinho com o filho, mesmo antes de ele nascer. No entanto, pessoas como sua mãe e algumas colegas faziam D. sentir que não podia se empenhar no cuidado do filho, comprar coisas para ele e desejar que ele esteja seguro e bem assistido, como se tais elementos fossem restritos à classe média-alta e não pudessem compor a maternidade de uma mulher de classe baixa.

“Eu guardava dinheiro e havia um rapaz que vendia roupas... que ele era reciclador. Então quando ele passava pelas casas e pegava reciclagem e davam roupa para ele, muita coisa boa, então ele oferecia pra mim, e eu comprava dele as roupinhas, eu lavava e guardava para meu filho. Quando minha mãe saiu do hospital com as coisas minhas ela ficou louca ‘pra que comprar essas coisas para teu filho, não precisa!’. Eu falei ‘precisa sim, ele é meu filho. E é meu dinheiro.’”

“Porque ele era muito bem criado, eu cuidava bem dele, eu vou mostrar pra você, depois quando tiver a oportunidade de mostrar pra você ver uma foto de meu filho. Era um menino bem, bem cuidado mesmo. E às vezes as pessoas não queriam cuidar porque ‘ah você cuida desse menino como se fosse rico, eu tenho medo que passe alguma coisa com ele, tenho medo de me meter em confusão’, e elas não queriam cuidar do meu filho por causa disso, essas tontas.”

As preocupações de D. com o filho dizem sobre não ter onde deixá-lo, tanto em relação à moradia como às tardes pós escola, quando ainda estava trabalhando. A entrevistada relata a culpa e a impotência que sentia por não ter condições de fornecer uma moradia ao seu filho, nos períodos em que ela morava na casa das famílias onde trabalhava e o deixava em internatos, nos quais não era bem tratado.

“Só ficou um mês lá, mas quase mataram meu filho [...]. Elas davam tapa na boca de meu filho. Eu queria matar essa gente. Olha, você não sabe a impotência que eu senti. Sabe? Por isso há tanta gente violenta que se vinga, porque situações como essas que meu filho passou, e isso me partia a alma, porque eu não tinha onde deixar meu filho, que eu não tinha uma condição para tê-lo. E meu filho sofrendo aqui. Você imagina? Me sentia impotente.”

D. queria poder dar melhores condições de vida para o filho, pois sentia que aquele não era um lugar apropriado para ele ficar e se preocupava com a ideia de ele pensar que havia sido abandonado por ela, assim como ela foi, de certa forma, abandonada pela mãe. Não queria que seu filho sofresse da mesma forma, queria que fosse diferente para ele, como expressa em diversos momentos de sua fala.

“Eu queria tirar meu filho de lá porque não era pra ele ficar lá, porque meu filho era porque eu não tinha onde deixar ele, eu era sozinha com ele. Mas também não era um lugar pro meu filho ficar, então eu tirei ele de lá [...]. Quando já tive mais ou menos uma estabilidade, inclusive um lugar para morar, já tirei meu filho de lá e meu filho ficava pensando que eu não queria mais ele porque eu não conseguir ir lá pra pegar ele, porque era longe, era em outro estado”.

A preocupação de que seu filho sofresse como ela sofreu na infância se faz presente quando a participante relata o medo de ele ficar na rua após a escola e se deparar com a violência do território, enquanto ela estava trabalhando e não sabia onde, com quem ou o que ele estaria fazendo. Isso transparece em falas como *“tenho medo que fique na rua porque é perigoso”*. A presença de sua família na criação do filho também aparece como um elemento de preocupação da entrevistada, que tenta protegê-lo dos perigos do território e de sua família porque não gostaria que ele enfrentasse as mesmas situações que ela teve de enfrentar.

“Ele saía uma hora da tarde, depois ia sozinho pra casa e eu dizia ‘não fique na rua, você me espera’. Mas um sobrinho desgraçado me tirava ele de lá. Um sobrinho meu. Primo dele. Tirava ele da minha casa. E ele não era de bom costume, ele era, ele era tremendo. E então eu tinha essa preocupação também por esse... e a mãe dele pensava que ele era um anjinho [...]. Levava ele pra andar na rua, levava ele por aí. Eu fiquei sabendo e fiquei louca, fiquei ‘ai, que que eu vou fazer meu deus, com esse menino atrás de meu filho’. Porque muita gente falava que ele era estuprador. E eu ‘que que eu vou fazer com meu filho com esse, com esse meu sobrinho tão perverso’ [...]. Então pensa na minha cabeça todo esse drama. Aí já depois eu conseguia ir levando as coisas assim, eu conseguia ir falando ‘meu filho, não é pra você ir pra lá, porque você pode se prejudicar’ isso e outro, aconselhando ele, sabe? Mas eu não estou presente, não sei o que ele está fazendo. E pensa na minha angústia no meu serviço pensando nele, onde estarás, se ficou em casa, se se deixou seduzir, o que é que aconteceu com ele. Todo esse drama eu passei”.

“Minha mãe me ofereceu uma TV que eu comprei para ela. E eu paguei para que meu filho se entretivesse na minha casa, para não sair a mendigar uma tv. E aí ele já se mantinha na minha casa, mas mesmo assim o satanás usava meu sobrinho para tirar ele de lá. Aquele miserável. Sabe? Então eu não parava de ter uma surpresa desagradável.”

Sendo assim, os sofrimentos da entrevistada nesse quesito rondam as preocupações com o filho na rua por não ter com quem deixá-lo, a sensação de não poder se entregar ao cuidado dele porque precisa cuidar dos filhos dos outros em seu trabalho, a luta por conciliar a jornada de trabalho com a maternidade e o sentimento de culpa e impotência por não poder proporcionar ao filho diferentes condições materiais de existência.

Em todos os indicadores aglutinados neste núcleo, há um elemento comum que é a solidão enquanto mulher em diferentes situações: enquanto menina que não pôde ter infância e não recebeu cuidado e atenção familiar; enquanto jovem que não era incentivada a estudar porque tinha que trabalhar para manter a si e à mãe; enquanto mulher enfrentando assédios e violências de gênero por homens companheiros e patrões; e enquanto mãe trabalhadora sozinha na parentalidade. Todas essas situações D. teve de enfrentar sozinha, sem uma rede de apoio ou qualquer respaldo, sofrendo com

sentimentos de culpa e impotência por não conseguir solucioná-las. Trata-se de um sofrimento determinado por mediações como a desigualdade e a violência de gênero, além de outras como a de classe.

Núcleo 4: “Foi muito sofrido para mim. E eu penso que eu tenho uma cabeça muito boa, porque eu não me deixei abalar. São poucas as mulheres e os homens que conseguem se conservar. Com sua dignidade, são poucas, e eu sou uma delas.”

O quarto e último núcleo aborda a maneira como D. é afetada e age diante de sua realidade marcada por inúmeros sofrimentos. A entrevistada reflete sobre tudo o que passou ao longo de sua trajetória, como se sentiu afetada pelas situações e como sofre com a realidade em que se encontra atualmente no indicador “A afetividade nos processos de sofrimento”.

O processo de viver em nossa sociedade é sentido de forma solitária pela participante, que é afetada pela desassistência e desamparo social.

“Você tem que, digamos, fazer parte de uma sociedade, viver nessa sociedade e se virar nessa sociedade. Porque você não tem ninguém pra te ajudar, pra te entender, pra te auxiliar, pra te defender.”

Localiza seu sofrimento em decorrência de preconceitos e opressões raciais e de classe, ao dizer:

“Eu sofri lá, pelo fato de ser, por exemplo, negra. E pelo fato de ser empregada doméstica. Empregada doméstica lá, é, você tem muito preconceito, porque é empregada doméstica. Entendeu? Então, eu sofri preconceito lá por causa disso.”

Reconhece que, muitas pessoas que também são afetadas por preconceitos, opressões, pela desassistência e desamparo social, acabam por reagir de forma violenta, pois se sentem violentadas pelo sistema. A entrevistada compreende, assim, de que as condições materiais da sociedade determinam o sofrimento das pessoas.

“Acho que a maldade se multiplica justamente por isso, porque as pessoas, desde cedo, elas recebem só desprezo e só maltrato e isso vai se acumulando.”

Além de reações violentas, há pessoas que passam por situações de sofrimento muito marcantes ao longo de sua vida e que nem sequer conseguem reagir, tendo dificuldade em superar as situações vividas e seguir em frente.

“Eu penso assim, a maior parte das pessoas que tem traumas e não conseguem de repente ter como uma vida normal, num sentido de ser independente, de ir à frente, de dar continuidade, de poder fazer as coisas... independente em todo sentido, que pode fazer e que sabe, porque tem uma mente

tranquila, não tem trauma do passado, mas pessoas que tem de repente coisas do passado e elas não conseguem muito... então ao chegar na idade adulta, tudo isso repercute nelas.”

Apesar de reconhecer os sofrimentos sentidos ao longo de sua trajetória, a entrevistada reflete sobre o fato de haver pessoas que passaram por situações ainda piores, analisando seu sofrimento em uma escala comparativa com o sofrimento de outras pessoas que D. entende que sofreram mais do que ela.

“Veja bem, pensando eu, que de repente não fui a única que tem seus sofrimentos desde cedo, desde minha infância, penso que muita gente de repente passou o que eu passei ou pior ainda. Eu acho que o meu problema ou o meu sofrimento não foi tão grande quando o de outras pessoas, que os pais estupram, que maltratam, que humilham. Eu talvez não fui tanto assim.”

Observando a realidade que traz tanto sofrimento às pessoas, D. tinha o desejo de proporcionar uma vida diferente para o seu filho, para que ele não sofresse o tanto que ela sofreu, numa tentativa de blindá-lo das violências do território, das maldades das pessoas e das perversidades da realidade social. No entanto, se depara com uma impotência nesse processo, pois as determinações sociais vão além do âmbito individual da maternidade.

“Eu pensava assim: ‘eu não vou dar para os meus filhos a vida que eu passei, a vida que me deram’ [...]. Mas você não consegue, sabe por quê? Porque você cresceu nesse meio, você não tem estrutura intelectual e emocional para você dar para o seu filho uma vida diferente da que você teve. E tudo isso eu fui aprendendo na prática, porque quando eu tive meu filho, eu não tinha paciência. Às vezes eu ficava impaciente, pra que meu filho caminhasse mais, porque estavam me esperando, porque não tinha dinheiro, porque não tinha onde viver com ele, tudo isso eu vivi. Então é claro, eu descontava no meu filho às vezes, mas eu entendia depois que na verdade meu filho, eu estava descontando no meu filho uma coisa que meu filho não tinha culpa de nada.”

Impotente e atravessada por um pensamento individualista, D. se culpabiliza por não conseguir proporcionar outra vida ao filho, como isso se dependesse apenas de sua atividade individual. Todavia, em um processo contraditório, ela também reconhece que não é sua culpa, que a realidade material não vai ser modificada somente com a sua própria ação ou a de seu filho, pois há determinações que são estruturais na sociedade.

A impotência permeia o sofrimento de D. em diversos momentos, principalmente em relação ao filho. O desejo por fazer algo capaz de modificar a sua realidade é grande, igualmente à frustração por não conseguir e por não possuir as condições necessárias para tal. A participante sente dolorosamente os momentos em que estava no serviço enquanto seu filho estava na rua após a escola e ela não sabia onde, como e o que ele estava fazendo, preocupada e sem poder fazer nada.

“Olha, você não sabe a impotência que eu senti. Sabe? Por isso há tanta gente violenta que se vinga, porque situações como essas que meu filho passou, e isso me partia a alma, porque eu não tinha onde deixar meu filho, que eu não tinha uma condição para tê-lo. E meu filho sofrendo aqui. Você imagina?”

Me sentia impotente [...]. Mas eu não estou presente, não sei o que ele está fazendo. E pensa na minha angústia no meu serviço pensando nele, onde estarás, se ficou em casa, se se deixou seduzir, o que é que aconteceu com ele. Todo esse drama eu passei.”

Relata como foi sofrido ver que seu filho faleceu em decorrência da violência do território e do desamparo familiar e social. Ele faleceu por fenômenos que a fizeram sofrer ao longo de toda a vida, e ver que ela não conseguiu mudar essa realidade para ele, aumentou ainda mais seu sentimento de impotência. É possível notar isso através de falas como: *“Meu filho, pensei que ia ser diferente, mas também não está comigo, então...”*

Vir para o Brasil foi uma forma de lidar com esse sofrimento e se afastar das situações que levaram à morte de seu filho.

“Aí ele faleceu, eu vim pra cá. Porque eu, eu não, como que eu falo, eu não superei. Não superei essa perda, não superei essa situação, não superei.”

Em diversos momentos ao longo de sua fala, D. reforça que sofreu muito em sua vida e que passou por muitas situações frustrantes.

“Veja bem... foi muito sofrido para mim”

“Eu passei por muita coisa, isso que eu não contei tudo. Entendeu? Então... quer dizer, não sei. Eu estou lutando até agora, estou lutando e não sei o que vai acontecer, eu quero que as coisas melhorem, eu quero me aposentar...”

“Eu passei de frustração em frustração e de decepção em decepção. Fiquei vários choques assim, beira às atitudes das pessoas que, que não davam nenhum valor pra gente. Isso me deixou muito mal.”

“Minha cabeça é bem aberta. E eu não estudei, viu? Mas isso me deu a escola da vida. Porque na vida aprende.”

“Tô te falando com conhecimento de causa, porque eu vivi, to vivendo isso. Estou vivendo isso, entendeu?”

Muitas das situações que a fizeram sofrer são decorrentes de condições materiais, de falta de moradia e de recursos financeiros, de desassistência do Estado, de relações abusivas de trabalho e do desemprego. Por isso, a entrevistada aponta que se consultar com uma psicóloga não lhe faria sentido, pois significa a psicologia como um espaço de reflexão sobre sentimentos abstratos e, como a sua questão ronda necessidades materiais, a psicologia não lhe serviria para solucionar seus problemas.

“Pra mim, por exemplo, não tem muito sentido eu visitar um psicólogo. Não. Porque não vai me ajudar, não vai me ajudar no sentido que, se eu estou passando uma grande necessidade, ele não vai saber como me solucionar esse problema.”

A participante conta que a dificuldade em concluir os estudos se relaciona às demandas materiais de sua vida, que a impediam de se dedicar aos estudos. Desde criança, quando sua mãe a

fazia deixar de estudar para trabalhar, até na vida adulta no EJA, quando sentia que “havia muita coisa em sua cabeça” em relação ao trabalho e não conseguia focar nos conteúdos das aulas. Ela sofre com isso, pois gostaria que as condições lhe fossem favoráveis para os estudos.

“Eu não consegui concluir porque era muita coisa na minha cabeça, eu tinha que estudar, trabalhar e muitas coisas que por exemplo eu não conseguia entender e eu não conseguia que me ajudasse pra, pra poder decifrar aquilo [...]. Ficaram muitas lacunas que eu não consegui superar. Porque não havia quem me ensinasse, os professores estavam com pressa, porque meus colegas também não sabiam mais nada...”

D. relata como se sentiu afetada por determinadas relações de trabalho, como quando teve de resolver sozinha os trâmites para sua permanência no país ser legalizada, tendo de pagar uma pessoa para lhe ajudar, pois, em suas palavras, “*meu patrão não levantou um dedo*”. Em outra situação, conta como lhe doeu uma fala emitida por seu patrão quando ela começou a estudar no EJA:

“‘E agora nós dependemos da Dora, agora você virou a patroa e nós viramos empregados porque nós temos que estar aqui porque você vai pra escola’. Ai, isso me doeu tanto. Eu não perdoei não.”

D. relata o sofrimento vivido quando teve de entregar a casa que alugava, pois estava desempregada.

“Eu fiquei doente, fiquei desempregada, e eu tive que entregar a casa [...]. Foi muito dolorido, eu tive que... porque eu fiquei desempregada, fiquei doente, eu não tinha como pagar.”

Os sofrimentos decorrentes da falta de moradia foram sentidos especialmente em relação à desassistência sentida nos serviços públicos que D. procurou, tópico já tratado no segundo núcleo. Porém, outros sofrimentos surgiram quando a participante conseguiu alugar um novo espaço para morar.

“Eu aluguei um espaço onde não estou bem. Porque tô num quartinho mais pequeno do que esse. Meu quartinho é esse pedaço aqui [faz referência a metade da sala onde estamos]. Só cabe a cama, só cabe a pia e um pedacinho pra mim entrar, não cabe mais nada.”

D. sofre pelo espaço ser pequeno e não lhe proporcionar as condições necessárias para viver com dignidade.

“Eu estou num quartinho, estou ali por enquanto, estou tranquila, mas eu não tô bem, porque eu preciso de um espaço maior.”

A escassez de recursos financeiros também é algo que lhe preocupa. O dinheiro que recebe não é suficiente para pagar aluguel, pagar as contas e comer, tendo que “se virar” para dar conta das duas últimas necessidades. O medo de ter que passar por um despejo novamente, perder todos os seus pertences e não ter onde morar é grande, e faz D. se angustiar pelo momento em que o benefício do POT acabar.

“Aí acaba, e aí? Eu pago setecentos reais em um quarto, eu recebo seiscentos. Eu tenho que me virar pra comer, eu tenho que me virar pra pagar o resto, porque eu tenho que pagar água e luz separado. Eu to só pensando, que que eu vou fazer, porque eu aluguei por causa desse, desse negócio aí [do POT]. Se não eu já tinha se levado, porque que eu vou fazer pra depois pagar? Porque já fui, eu já tive que entregar duas vezes minhas coisas, e é a segunda vez que eu perco tudo. E a terceira vez que to comprando minhas coisas de novo.”

Apesar dos sofrimentos vividos, a entrevistada enfatiza que tem “uma cabeça muito boa”, que não lhe permitiu ser abalada por sua difícil trajetória. A explicitação dos modos de agir de D. diante das dificuldades é o que une o primeiro indicador deste núcleo ao segundo, nomeado “A presença dos valores morais no desempenho pessoal”.

“Eu passei por tudo isso. E eu penso que eu tenho uma cabeça muito boa, porque eu não me deixei abalar.”

A participante compreende que o contexto social de desigualdade e abandono estatal no qual cresceu a fez estar em contato com uma violência expressiva no território. Mas enfatiza que, por seu bom caráter e valores morais e cristãos bem solidificados, não se entregou àquela realidade, ressaltando a importância de uma índole individual para se preservar diante de certas situações, como se fosse possível o indivíduo não ser afetado de nenhuma forma pelo meio em que está. Na mesma fala, questiona também posturas hipócritas de pessoas que fazem as coisas de um determinado modo e indicam aos outros para que façam diferente, não sendo um bom exemplo.

“Eu não fumo, eu não bebo, eu não tenho esse costume. E eu cresci num lugar onde havia prostitutas, ladrões, mafiosos e vendedores de drogas. E nem por isso que eu me prostituí, nem por isso eu fiquei roubando o que não era meu. Porque eu falei não está bem, não está certo isso. Quanto mais você se enrola na porcaria mais você não sai desse círculo. Então qual é o exemplo que você vai dar para os seus filhos se você tá nesse círculo de... nocivo, que não é positivo para uma pessoa ou para formar um lugar por exemplo, ou para criar os filhos. Qual é a base que eu tenho para falar para meu filho, qual é a moral que eu tenho para falar ‘não faça isso, porque não pode fazer’, e eu estou fazendo? Vou falar para o meu filho ‘não fume’ e eu estou fumando? Ué! Não tem sentido.”

Nesse sentido, acrescenta uma valoração pessoal por conseguir conservar sua dignidade, mesmo em meio a situações tão precárias, às quais a maioria das pessoas se corrompe.

“São poucas as mulheres e os homens que conseguem se conservar. Com sua dignidade, são poucas, e eu sou uma delas.”

D. critica a falta de ação das pessoas para sair da realidade em que se encontram, permanecendo acomodadas, algo que se difere de sua forma de agir, sempre preocupada em dar o seu melhor e modificar a situação em que está. Esta crítica esteve presente em relação às pessoas com quem se relacionava na Colômbia e no Brasil também. No relato seguinte, a participante se refere às pessoas com quem convive na Chapellaria Social.

“Porque a mim esse ambiente, não gosto desse ambiente. Não gosto, porque as pessoas não... um círculo vicioso que elas não querem se corrigir, que elas querem viver assim. E se justificam porque, porque são viciadas, porque, elas não, muitas pessoas não reconhecem que tem que se tratar para poder melhorar. Tem gente que se acomoda e quer ficar assim desse jeito [...]. Eu vejo que as pessoas não querem se corrigir, elas querem só ficar de encrenca em encrenca [...].”

A entrevistada conta que sempre se preocupou em trabalhar corretamente para merecer seu salário, compactuando com uma lógica meritocrática. Nessa preocupação, também há a presença de uma ética, considerando que, quando se compromete com algo, é seu dever cumprir.

“Na verdade, eu sempre fiz meu trabalho... não que seja perfeccionista, não que seja melhor, mas eu me preocupava com fazer meu trabalho direitinho, primeiro porque eu considero que uma, que é o mínimo que tu pode oferecer. Porque eu acho que eu tenho que ser merecedora do que eu ganho. Então tem que fazer meu trabalho bem feito, porque para isso sou paga. E porque tenho pessoas que são vulneráveis que, que são indefesas e preciso protegê-las, não preciso maltratá-las. Eu tenho que proteger as pessoas que estão a meu cargo. São crianças indefesas. Então é meu dever como cidadã de bem é cuidar bem deles, cuidar do bem-estar deles. Então essa é minha linha de pensamento, essa é minha índole, não posso mudar.”

A crença religiosa também é acrescentada à ideia de que é preciso fazer por merecer, numa lógica de que o trabalho engrandece o homem.

“Você tem que honrar isso. Porque seu salário é o seu suor. E deus honra esse suor. Deus honra o trabalhador. Sabe?”

Assim, mesmo diante da exploração e da falta de reconhecimento no trabalho, D. sempre se empenhou muito no cuidado das crianças enquanto babá. Preservava uma ética profissional, levando em conta que era seu dever como cidadã cuidar bem daquele que está sob sua responsabilidade e que se colocava no lugar da mãe das crianças, pois enquanto mãe também gostaria que seu filho estivesse sendo bem cuidado.

“Era como se fosse parte de mim, sabe? Eu cuidava do filho como se fosse meu filho, ele me queria muito [...]. Porque eu tinha que cuidar bem, porque eu me colocava no lugar dela. E se fosse meu filho? Quando você se coloca no lugar do outro então você vai saber que você não gostaria que seu filho fosse maltratado, que você fosse maltratada [...]. Eu gostava e cuidava, é uma pessoa que está sob minha responsabilidade que precisa de mim porque é indefesa, como que eu vou fazer mal?”

Seguindo a lógica dos valores morais, embora a participante reconheça a estrutura social em torno da luta de classes, entra em contradição ao justificar as atitudes de exploração de seus patrões como falta de caráter e valores morais, individualizando a questão da exploração do trabalhador.

“Porque são pessoas que não tem, elas têm muita pobreza na vida delas. Uma pessoa que faz isso, não tem moral, não tem caráter, não tem índole. Se faz isso, faz qualquer coisa.”

Entretanto, D. sempre reforça que não cede às tentativas de exploração e não se deixa ser manipulada no trabalho, se impondo às pessoas e situações que a fazem sofrer.

“Não é porque eu estou aqui num país estranho com outro idioma que eu vou deixar me manipular, não vou. Se não me manipularam quanto tava pequena, não me manipularam antes e eu me mantive bem, por que que agora eu vou ceder? Não vou.”

A entrevistada se impõe dessa forma tanto nas relações de trabalho como em relações amorosas. Sobre seu ex-companheiro, comenta que se chocou ao se dar conta de que ele não possuía os mesmos valores que ela e encerrou a relação que a estava colocando em sofrimento.

“Era uma pessoa muito mal caráter aquele ali. Eu fiquei sabendo e eu fiquei, sabe quando você entra em choque que você não sabe uma coisa e de repente é outra e você fica em choque, eu fiquei assim. Falei ‘como, eu estou com um miserável que não vale a pena, não vale nada, e eu vou continuar minha vida assim, não vou não, imagina!’”

Nesse núcleo, portanto, foi possível averiguar como os sofrimentos sentidos por D. dizem respeito a condições materiais de existência e contextos sociais de exclusão, e como ela se apoia nos valores morais e na postura ética para lidar com as situações que lhe causam sofrimento.

5.2 Análise internúcleos

Os núcleos de significação construídos a partir da fala da entrevistada permitem acessar o modo como D. significa e é afetada pelos processos de exclusão sofridos em decorrência da vida em uma sociedade desigual. Esses processos são mediados por diversas determinações sociais que atravessam sua experiência, como a luta de classes, o trabalho, a desigualdade de gênero, o racismo, a família, o desamparo social, a violência no território e a falta de moradia.

Nas falas reunidas no primeiro núcleo de significação, “O trabalhador é quem dá o suporte para o país se manter em pé. Só que o trabalhador é roubado, é extorquido, é humilhado. Eu não estou aqui pra ser escrava de ninguém não. Eu falo que tenho os mesmos direitos que qualquer pessoa tem.”, a participante revela uma opinião crítica acerca da estruturação da sociedade em torno das classes sociais e as consequências dessa estrutura para o trabalhador, que é constantemente explorado pelos seus empregadores. Sua opinião se constrói a partir de sua experiência como empregada doméstica que viveu a exploração no trabalho, quando era exigida a realizar funções que não estavam em seu contrato de trabalho, quando o trabalho que exercia não era reconhecido e valorizado, quando seu horário de trabalho não era respeitado e quando seu salário não era devidamente pago. A entrevistada reconhece que tais situações são expressão da luta de classes entre uma trabalhadora de classe baixa e a empregadora burguesa que a explora. Ela identifica que a sua relação com as patroas para quem trabalhou era abusiva e questiona a exploração que sofria, pois sabe que seus direitos trabalhistas não estavam sendo garantidos nessa relação. Assim, diante das injustiças que vivia em suas relações de trabalho, sempre buscou reivindicar seus direitos. A participante observa também que seus direitos humanos são feridos ao enfrentar violências como o racismo ou o classismo, nas

situações em que sofreu preconceito por ser negra e empregada doméstica. Tais situações são significadas por D. como uma humilhação e sofre por elas, configurando um sofrimento ético-político (Sawaia, 2014) por se referir a uma afetação que decorre de determinações sociais.

Outra experiência sentida como humilhação para D. foi aquela vivida nos centros de acolhida, como consequência da falta de moradia. A desassistência e o desamparo sentidos nos serviços que precisou buscar são expressos no segundo núcleo, “Eles são pagos para que nós sejamos assistidos, só que é uma hipocrisia, porque você é assistida, mas você é humilhada lá dentro.”. A entrevistada se revolta com a contradição que encontra nos serviços públicos de assistência social, que, ao mesmo tempo em que provêm uma assistência ao fornecer alimentação e um local para dormir, não o fazem de modo a assegurar os direitos sociais dos cidadãos e garantir sua dignidade. As precárias condições de moradia e assistência oferecidas são sentidas por D. como uma humilhação, como se seus direitos humanos básicos estivessem sendo feridos, como se sua condição humana estivesse sendo ferida. O que faz a participante se revoltar ainda mais é o fato de ela já estar se sentindo humilhada pela situação a que estava submetida antes de procurar os serviços de assistência, pois sofria por estar desempregada, não ter condições de pagar o aluguel e se ver sem moradia, e, quando busca um serviço que, teoricamente, se dispõe a auxiliá-la diante de tal vulnerabilidade, é colocada em uma situação de igual ou pior vulnerabilidade, continuando a se sentir humilhada. Esse sentimento também se configura como um sofrimento ético-político, pois decorre, em primeiro lugar, de uma situação de falta de moradia, que é um problema social decorrente da pobreza e do desemprego, e, em segundo lugar, da desassistência de serviços públicos que deveriam prestar uma assistência de qualidade a pessoas afetadas por esse problema social, de modo a resgatar e preservar a sua dignidade e assegurar seus direitos sociais, que já haviam sido feridos pela situação em que se encontravam.

D. se sentiu desassistida e desamparada socialmente ao longo de toda a sua trajetória, na Colômbia e no Brasil, em diferentes âmbitos: pelo Estado, pela família e no trabalho. Diante do desamparo, a entrevistada reage ativamente para garantir seus direitos e sua liberdade, embora enfrente percalços nesse percurso, pois realizado de forma muito solitária por não possuir uma rede de apoio. A solidão sentida na luta diária para se emancipar enquanto mulher, trabalhadora e mãe solo, é exposta no terceiro núcleo, nomeado a partir da aglutinação de suas falas: “Eu preciso trabalhar, sou mãe solteira, não tenho com quem deixar meu filho. Eu me vi sozinha e sem saber o que fazer. Você não sabe a impotência que eu senti. Eu vi que era hora de me libertar.”. A participante relata que, mesmo diante das dificuldades impostas por determinações sociais como a pobreza, a violência do território e o desamparo social, sempre buscou agir para modificar sua realidade através do estudo e do trabalho. No entanto, conta como essa luta é sofrida, pois se depara com diversos

empecilhos e barreiras que a fazem se sentir impotente, isto é, sente sua potência de ação reduzida, para usarmos o termo de Espinosa (1988, *apud* Sawaia, 2014) que fundamenta o conceito de sofrimento ético-político. A impotência é um sofrimento também ético-político, pois diz sobre um sentimento de impossibilidade de agir diante de uma situação que o sujeito observa, vivencia e deseja mudar, mas é determinada por elementos sociais muito mais amplos e estruturais, frente aos quais um indivíduo sozinho não articulado em uma rede não consegue atuar para modificar.

A reflexão sobre as afetações que incidem sobre a entrevistada e a fazem agir de forma a tentar modificar a realidade que lhe traz sofrimento é reunida no último núcleo de significação, “Foi muito sofrido para mim. E eu penso que eu tenho uma cabeça muito boa, porque eu não me deixei abalar. São poucas as mulheres e os homens que conseguem se conservar. Com sua dignidade, são poucas, e eu sou uma delas.”. A participante reconhece que as situações que enfrentou ao longo de sua trajetória lhe afetaram de forma dolorosa, enfatizando que seu enfrentamento foi feito com muito esforço e sofrimento. Todavia, se orgulha por não ter se deixado abalar, atribuindo importância ao esforço pessoal e à preservação dos valores morais para não sucumbir às dificuldades e ao sofrimento gerados pela realidade social. Nesse momento, D. revela os pilares sobre os quais se apoia para lidar com o sofrimento ético-político, dentre os quais está a religião e a crença de que através da atividade do trabalho é possível transformar a própria realidade – elementos que entram em contradição, pois o primeiro se baseia em valores morais enrijecidos, visto que parte do princípio de que é a ação de deus que tem o poder de modificar a realidade mundana, e o segundo parte de uma concepção materialista histórica que valoriza a atividade humana no processo de transformação da realidade.

A contradição é um elemento presente em alguns momentos da fala da participante. Além da contradição entre valores cristãos e a concepção materialista histórica dialética presentes em sua fala, D. se contradiz ao refletir sobre as ações dos patrões em relação a ela. Na maioria das vezes, ela entende que a falta de reconhecimento e valorização de seu trabalho decorre de uma relação de exploração trabalhista oriunda da luta de classes entre trabalhadora e patroa. Outrora, atribui as atitudes exploratórias dos patrões a uma falta de boa índole e caráter moral, individualizando a questão. Compreende que, de toda forma, eles não foram ensinados a respeitar os direitos humanos de todas as pessoas e entende que isso decorre do lugar social que eles ocupam, como parte de uma classe média alta que explora a classe trabalhadora, retornando assim à primeira tese. A entrevistada percebe que o desrespeito aos seus direitos vem de uma inferiorização imposta pelas classes mais altas, que pensam que só porque têm dinheiro podem abusar daqueles que não têm. Ela sofre com essa relação, porém, não se paralisa diante desse sofrimento, e sim se revolta, reforçando a

importância de sua própria potência de ação e nunca deixando de lutar para que seus direitos sejam assegurados, pois sabe que eles estão descritos na Constituição Federal.

Nesse sentido, luta com os patrões para que seus direitos enquanto trabalhadora sejam garantidos e luta com os gestores dos serviços públicos de assistência social para que seus direitos sociais enquanto cidadã sejam protegidos. Diante de situações que a fazem se sentir desrespeitada e humilhada, D. sofre, mas questiona os encarregados, não aceitando as condições que lhe são impostas de forma passiva, pois sabe que não podem ferir seus direitos e ela pode reclamar por eles. Apesar da raiva sentida pelas pessoas físicas que a fazem sofrer nos serviços, compreende que se trata de uma falha maior do sistema. Porém, novamente se contradiz e individualiza uma questão social, pois, ao mesmo tempo em que atribui a não garantia de direitos à estrutura da sociedade desigual, culpabiliza a falta de caráter moral das pessoas que fazem parte do sistema por ele não funcionar adequadamente. De todo modo, responsabiliza o Estado pela sobrevivência e garantia de direitos dos cidadãos.

A compreensão da violência no território também é algo que ora é atribuído ao Estado, ora ao comportamento individual. A entrevistada compreende que o desamparo social em uma sociedade desigual contribui para a violência no território, pois as pessoas se sentem violentadas em seus direitos. Ela também significa a violência como uma resposta ao desamparo familiar. Porém, compreende o desamparo familiar como uma perversidade das pessoas que compõem a família e não sabem dar amor e carinho à criança, não contextualizando esse desamparo como uma reprodução do desamparo social e retirando o fenômeno de seu contexto social ao individualizá-lo. D. experienciou tanto o desamparo familiar quanto o desamparo social como situações que lhe trouxeram muito sofrimento e diante das quais buscou agir para se emancipar e se libertar da realidade em que se encontrava, sempre em busca da garantia de seus direitos em relação à moradia, ao trabalho, aos estudos, à maternidade e enquanto mulher.

A questão de gênero é algo que atravessa toda a sua trajetória de diferentes formas: quando criança, ao ser responsabilizada por auxiliar a mãe financeiramente e não ter seus estudos valorizados; ao trabalhar como empregada doméstica e babá desde jovem, sendo relegada ao espaço estereotipado para a mulher e compondo a classe trabalhadora desde cedo; ao vivenciar abusos sexuais na infância por familiares e na vida adulta por patrões dentro do local de trabalho; nas relações amorosas, em que seu ex-companheiro tentava manipulá-la para servir às suas vontades e ficar com ele quando ela não queria; e na maternidade, tendo de criar de seu filho sozinha, sem nenhuma rede de apoio, e se sentindo impotente na tentativa de cuidar dele de forma segura. Todas essas situações são vividas por D. como um sofrimento ético-político, por decorrer de determinações sociais que fazem parte e contribuem para reproduzir a sociedade capitalista, como o machismo e o patriarcado, que excluem

as mulheres de determinados espaços ao mesmo tempo em que submetem-nas à sustentação da sociedade em sua base, especialmente as mulheres trabalhadoras e, como denuncia D., as empregadas domésticas, que fornecem todas as condições para que as famílias burguesas mantenham seu estilo de vida e se desenvolvam.

Nota-se que o sofrimento ético-político vivenciado por D. ao longo de sua trajetória e evidenciado nos núcleos de significação está presente em diferentes âmbitos de sua vida, sendo possível evidenciar três deles: o trabalho, a maternidade e a situação de vulnerabilidade social em que se encontra atualmente. Todos eles são compostos por experiências que a fizeram sofrer em decorrência de determinações sociais que operam de forma violenta sobre sua vivência na sociedade capitalista desigual e a fazem se sentir desrespeitada, humilhada, inferiorizada, sozinha e impotente. As experiências vividas por D. exemplificam como as injustiças sociais não produzem apenas questões objetivas como a exclusão socioeconômica, o déficit habitacional e a fome, mas produzem também algo de subjetivo: o sofrimento nas pessoas que são afetadas pelas desigualdades. Isto é, a exclusão social possui uma consequência subjetiva afetiva, que é o sofrimento ético-político dos sujeitos sobre os quais se objetiva a exclusão.

6 DISCUSSÃO

Tratando-se de um sofrimento ético-político, ele não é sentido exclusivamente por um indivíduo. Por ter uma gênese em intersubjetividades delineadas socialmente, como coloca Sawaia (2014), o sofrimento ético-político é sentido de forma coletiva, pois é referente ao sofrimento de uma classe de sujeitos mediados pelas mesmas determinações sociais que os excluem e oprimem. Os sujeitos que sofrem de forma ético-política sofrem por terem consciência da lógica de exclusão e desigualdade que opera sobre eles e afeta sua subjetividade. Como colocado anteriormente, as mulheres em situação de rua que sentem um sofrimento ético-político estão submetidas às mesmas determinações de exclusão que compõem a sociedade desigual e machista em que vivemos. Dessa forma, embora sofram de forma subjetiva por situações vividas em sua história de vida pessoal, sofrem também coletivamente enquanto mulheres que compartilham vivências mediadas pelas mesmas determinações sociais.

Levando isso em consideração, é possível identificar proximidades entre os sofrimentos compartilhados por D. e M., a terceira mulher entrevistada. A primeira postura assumida pelas duas mulheres em relação ao convite para participar da pesquisa já revela uma grande semelhança. Ambas fizeram o mesmo questionamento ao serem convidadas para a entrevista: “por que eu?”. Essa postura defensiva revela uma dificuldade em falar sobre o assunto, sobre os empecilhos encontrados em sua trajetória de vulnerabilidade social, sobre como essa trajetória lhe afeta e produz sofrimentos. Ao mesmo tempo, aparece como uma postura de autoproteção: dadas as inúmeras experiências de exploração, opressão e humilhação enfrentadas pelas mulheres em situação de rua ao longo de sua trajetória, se expor para uma pessoa desconhecida pode envolver muito medo e o sentimento de precisar se proteger e se resguardar. O tom de voz melancólico, as frases pausadas para a reflexão e a revolta presentes no modo como as entrevistadas relatam suas experiências apontam que não é fácil para elas reviverem momentos que lhe trouxeram tanta dor e relembrarem os motivos pelos quais elas se encontram na atual situação.

Foi tentado contato com outra mulher que frequenta a Chapelaria Social e que, no primeiro momento, após ser convidada para participar da pesquisa, também questionou “por que eu?”. Após a explicação dos objetivos da pesquisa, ela aceitou participar, mas pediu que esperasse um instante, que logo ela retornaria. No entanto, não voltou mais. A partir desse incidente, também é possível refletir sobre a dificuldade das mulheres em lembrar e compartilhar sua história de vulnerabilidade social. São histórias carregadas de inúmeras violências, abandonos e fragilidades que elas se viram obrigadas a enfrentar. Relembrar essas histórias pode fazê-las reviver os sofrimentos envolvidos, o que pode ser

muito doloroso. Compartilhá-las com outras pessoas desconhecidas que não possuem as mesmas experiências de vida, como seria o caso ao dar seu depoimento para uma pesquisa, também pode fazer com que as mulheres se sintam expostas ou até mesmo objetificadas como um dado de pesquisa. Além disso, considerando que em muitos casos as mulheres são caladas diante das opressões a que são submetidas, seus sofrimentos são naturalizados e torna-se difícil denunciá-los porque não são sequer reconhecidos como sofrimentos ou, se o são, o seu compartilhamento com terceiros é proibido, em nome de um pacto de silêncio que lhes é imposto. Sejam quais forem os motivos específicos que dificultam a fala dessas mulheres acerca de sua história, essa dificuldade revela, em si, um sofrimento ético-político. Como hipóteses, pensa-se que as mulheres temem ser julgadas ou culpabilizadas pela situação em que se encontram, sentem que não há espaço seguro para compartilhar e denunciar a vulnerabilidade social que vivem ou que a dor sentida em decorrência dessa situação não será validada e acolhida enquanto tal.

M. comenta que, ao lembrar tudo o que lhe aconteceu, de certa forma reviveria toda uma história que foi e ainda está sendo muito dolorosa, vivida como um pesadelo que não vê a hora de acabar, em suas palavras. Ela sente e expressa o sofrimento que lhe afeta em decorrência das situações a que foi exposta, assim como faz D., ao refletir sobre sua trajetória e localizar seu sofrimento como consequência de determinações sociais, em falas como “foi muito sofrido para mim”. Assim, nota-se que ambas significam sua história como muito sofrida e dolorosa.

A forma como se colocam no enfrentamento das situações também se assemelha. D. e M. valorizam a atividade e o esforço pessoal para transformar a realidade com a qual se encontram, dando grande importância aos estudos e ao trabalho. Assim, criticam pessoas que se acomodam à realidade e não se preocupam em modificá-la, ou encontram o caminho mais fácil e imediato para solucionar seus problemas. Isso aparece quando D. reclama sobre as pessoas da Chapelaria Social que não querem corrigir sua postura e se tratar, e quando M. questiona a mendicância e a mentira das quais pessoas em situação de rua lançam mão para garantir sua sobrevivência. Há uma concepção de que esses caminhos não contribuem para a preservação da dignidade humana, muito atrelada aos valores morais e a dedicação ao trabalho.

Os valores morais cristãos estão presentes nas duas entrevistadas, ambas evangélicas. D. traz a importância de sua crença e da religião em sua vida, quando relata que interpretou sua vinda ao Brasil como um sinal divino e quando atribui o valor do trabalho à benção de deus. No entanto, possui uma visão da materialidade a partir da organização da sociedade de classes, compreendendo a situação material em que se encontra como consequência da desigualdade social e não deixando sua

crença religiosa interferir nessa concepção. Já M. fundamenta grande parte de sua fala a partir de sua fé, de modo que deve “às horas de joelho” a força e a estabilidade que emanam de seu espírito e permitem que ela enfrente as situações de vulnerabilidade pelas quais está passando. A todo momento questiona a deus o porquê de estar passando por tudo isso, esperando uma resposta que contemple a sua missão de vida terrena. Por crer que a situação em que se encontra faz parte de um propósito maior, acaba levando seu cotidiano em uma maior passividade, à espera de sinais que contemplem o sentido de sua vida.

Apesar disso, M. assume uma postura crítica diante do falso acolhimento promovido pelos pastores e frequentadores da igreja. Mesmo sendo uma frequentadora assídua e dedicada, quando se viu em situação de vulnerabilidade e foi buscar auxílio na igreja, lhe fecharam as portas e disseram que não podiam fazer nada por ela. Se viu dormindo no vaso sanitário do banheiro da igreja, caindo no chão por estar sem comer há dias e despejada pelo segurança quando vista lá dentro. Por essas contradições observadas, M. enfatiza que a sua fé é construída em sua relação pessoal com deus, e não com a igreja, tendo uma criticidade em relação à instituição religiosa.

M. tem um olhar atento às injustiças sociais com as quais convive nas ruas, como mulheres que estão há muitos anos em situação de rua e pessoas que são desassistidas pelo Estado quando mais precisam. Como pessoa física, M. tenta auxiliar essas pessoas, mas tem consciência de suas limitações e acaba sentindo-se impotente diante da dor do outro, pois não consegue solucioná-la. O sentimento de impotência é algo compartilhado também por D., que deseja modificar a realidade material em que vive seu filho apenas com a força de sua própria ação, mas se sente impotente por não ser capaz de fazê-lo sozinha. Tanto D. quando M. sofrem duplamente ao se darem conta de que a realidade material traz dificuldades e sofrimentos para as pessoas à sua volta e ao se sentirem impotentes em sua tentativa de transformar essa realidade.

Ambas as entrevistadas possuem uma forte crítica em relação à assistência precária oferecida pelos serviços públicos, um dos elementos que compõem o seu sofrimento ético-político enquanto mulher em situação de vulnerabilidade. Fatos como não ter onde guardar seus pertences e pendurar roupas molhadas, ter de se secar após o banho com roupas sujas por não ter toalha, ficar doente com muita frequência, não ter sabonete para tomar banho e pegar uma micose ao usar um sabonete que estava no chão do banheiro são dificuldades vividas por M. em centros de acolhida que se somam àquelas experienciadas por D., que também adoeceu pelas condições precárias das casas e acrescenta fatores relacionados ao racionamento da alimentação. Essas vivências denunciam a falta de dignidade na assistência oferecida pelos centros de acolhida, que fazem as mulheres se sentirem humilhadas por

estarem em situação de vulnerabilidade. Às falas de D. como “você é assistida, mas é humilhada lá dentro”, se somam angústias de M., que a todo momento pensa “eu não estou vivendo isso, isso é um pesadelo, eu quero acordar”. Assim, relatam sofrimentos ético-políticos decorrentes do desamparo social e da desassistência estatal, por não se sentirem olhadas e assistidas pela sociedade.

As condições precárias dos serviços de assistência social vividas pelas participantes são consequência de fatores como o subfinanciamento de políticas públicas e a terceirização dos serviços por empresas e organizações sociais privadas, algo que cresce a cada dia, especialmente em São Paulo, em nome dos privilégios dos interesses privados sobre os públicos. Soma-se a isso o esquecimento da classe social da “ralé”, como trazido por Souza (2009), que enfatiza o não reconhecimento da subjetividade e humanidade dos indivíduos que compõem essa classe, algo que foi sentido e denunciado pelas entrevistadas que sofreram com a falta de dignidade nos centros de acolhida e sofrem com preconceitos diários por se encontrar em situação de vulnerabilidade social.

Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais [...] (Souza, 2009, p. 21).

Ao clamar por melhores condições nos serviços oferecidos pela política de assistência social, D. e M. possuem uma nítida compreensão do dever do Estado em assegurar os direitos sociais aos cidadãos de forma a lhes garantir uma vida digna. Os serviços públicos, como expressão da presença do Estado no território, devem proporcionar dignidade às pessoas que assistem através da infraestrutura do espaço, dos serviços que oferecem e da disponibilidade dos trabalhadores para auxiliar os assistidos. Isso é enfatizado especialmente por M., quando aponta para a falta de profissionais que instruem pessoas em tarefas básicas do dia a dia que não conseguem realizar sozinhas, seja por incapacidade de se locomoverem desacompanhadas pela cidade ou por desconhecerem os serviços que precisam acessar em cada caso. Ao se sensibilizar com pessoas que enfrentam esse tipo de dificuldade, a entrevistada busca auxiliar e acompanhar as pessoas em suas tarefas, mas reconhece que se trata de um dever que teria de ser cumprido pelo Estado e diz: “falta essa pessoa que acompanhe, e a prefeitura não tem”. Critica a lógica individualista neoliberal que guia grande parte das políticas públicas atuais, que se estruturam em nome de uma suposta “autonomia” do sujeito – a qual, na realidade, leva-o à desassistência e, nas palavras de M., “largado à própria sorte”, pois não lhe são proporcionadas as condições necessárias à construção de uma autonomia.

O trabalho também é uma dimensão que agrega sofrimento ético-político à trajetória das entrevistadas, embora de formas diferentes. Enquanto D. enfatiza o sofrimento sentido em decorrência da exploração de classes em suas relações de trabalho, M. traz as dificuldades que tem enfrentado recentemente como mulher desempregada e sem-teto em uma sociedade capitalista desigual, experiência também vivida pela primeira entrevistada. São pontuadas as inúmeras tentativas de geração de renda, através do envio de currículos para vagas de empregos e dos planos para vender produtos na rua, nenhuma bem sucedida até então, o que lhe gera sofrimento. É importante ressaltar que o trabalho é central para os sujeitos que vivem em sociedade, sendo fundamental não somente para a promoção de condições materiais de subsistência, mas também para o processo de constituição da subjetividade e identidade das pessoas na sociedade enquanto atividade humana.

Pessoas em situação de rua são prejudicadas na hora do contrato de trabalho justamente pela condição em que se encontram. M. denuncia preconceitos vividos ao ser desconsiderada para vagas de trabalho apenas por estar morando em um abrigo. Ela cita o POT Dengue, que envolve a ida dos trabalhadores até as casas de pessoas para verificar situações propícias para a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, e justifica o porquê de não contratarem pessoas que moram em abrigos para este trabalho, em sua opinião: “ninguém quer pôr dentro de casa um ex-drogado, ex-presidiário, ex-prostituta né, porque são essas as pessoas que moram em albergue”. Essa fala expressa uma contradição, visto que, ao mesmo tempo em que M. se queixa do preconceito dirigido contra pessoas vivendo em abrigos e se chateia quando os outros a veem como drogada, criminosa e prostituta por morar em um abrigo, ela também compartilha e reproduz esse preconceito. A visão pejorativa sobre as pessoas que vivem em centros de acolhimento é baseada numa ideologia neoliberal segundo a qual o sujeito é responsabilizado pela situação de vulnerabilidade em que se encontra, por supostamente ter feito escolhas como o uso de drogas, o roubo e a prostituição – que, na realidade, são problemas coletivos consequentes do fenômeno social da desigualdade, da violência e da degradação urbana (Sicari *et al.*, 2018).

O preconceito é algo que faz M. e D. sofrerem. M. sofre pelos estereótipos dirigidos contra ela enquanto mulher vivendo em uma casa de acolhida, um espaço onde comumente convivem muitas pessoas afetadas por determinações sociais como a pobreza e a violência no território, que as levam a estar em cenários de uso de álcool e outras drogas e prostituição, por exemplo, embora ela mesma não esteja envolvida nesses cenários. Já D. sofre pelos preconceitos de raça e classe com os quais conviveu ao longo da vida e materializaram as relações de exploração e dominação, por ser uma mulher negra e empregada doméstica. Ela sofre com o desprezo social e o não reconhecimento de seu trabalho, que a fazem se sentir desvalorizada. Ambos os casos refletem sofrimentos ético-políticos

que decorrem de determinações sociais, como o racismo, o classismo e a chamada aporofobia, uma aversão aos pobres manifesta, nesse caso, nos preconceitos dirigidos contra a população que reside nas ruas ou em centros de acolhida, como M. relata sentir.

As entrevistadas, especialmente D., reconhecem o lugar social de onde partem tais preconceitos e se opõem a eles, não se deixando ser desrespeitada e reafirmando seu valor pessoal. No entanto, de forma geral, os preconceitos e estigmas possuem tamanha força diante das pessoas afetadas que chegam a incidir sobre a construção de sua própria identidade, de modo a criar e reforçar uma visão negativa acerca de si mesmas, um sentimento de falta de pertencimento social, de falta de perspectivas e uma perda de autoestima (Motta Costa, 2005). A desvalorização das pessoas em situação de rua e pobreza as leva a serem objetificadas, invisibilizadas, humilhadas socialmente, violentadas em sua subjetividade e não compreendidas como sujeito, podendo ser tomadas pelos sentimentos de exclusão e impotência diante da realidade em que são postas. Tais preconceitos em relação à classe trabalhadora e a pessoas em situação de vulnerabilidade compõem representações sociais que partem de uma visão hegemônica excludente reproduzida por atitudes cotidianas da população geral, pela mídia em reportagens e notícias sensacionalistas sobre a população pobre e pelo Estado, ao falhar na elaboração de políticas públicas que assegurem os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Como consequência das discriminações sofridas, essas pessoas se sentem obrigadas a “sempre se reafirmar como seres humanos e cidadãs para obter acesso a direitos, diminuir o preconceito e a estigmatização social” (Sicari *et al.*, 2018, p. 669). A reafirmação como seres humanos e cidadãs surge como uma negação e superação das representações sociais e dos preconceitos que lhes são dirigidos, fazendo com que as pessoas constituam identidades críticas e autônomas. É possível notar essa superação em D., nos momentos em que ela se impõe àqueles que a fazem sofrer e reivindica seus direitos, algo que compõe a sua forma de enfrentamento e resistência às explorações e opressões a que é submetida.

O sofrimento pela falta de uma moradia digna é algo que também se faz presente na fala de ambas as entrevistadas. Observa-se que D. enfrentou diversas dificuldades em sua trajetória por não possuir uma moradia própria fixa: enquanto criança vivendo entre a casa da madrinha e de outros parentes, quando morava na casa das famílias onde trabalhava e ao não ter condições de oferecer uma residência para o filho. Após as dificuldades enfrentadas nas casas de acolhida por onde passou recentemente, D. passou a sofrer por não sentir que tem dignidade no quarto onde está morando, pois precisa de um espaço maior para viver com qualidade. M. indica a mesma necessidade quando diz

que está planejando alugar uma casa com amigas que estão no mesmo centro de acolhida e reforça que quer alugar “uma casa mesmo, não um quartinho”, pois sabe que um quartinho não proporciona dignidade. As mulheres demonstram um desejo não só por ter um lugar para morar, mas por ter um espaço que lhes permita viver com qualidade, ter uma casa – porque, afinal, casa não é só um teto, é também um espaço de realização de necessidades básicas, de convívio, trocas, cuidado, pertencimento, trabalho, conflitos e acolhimentos (Torres, 2022).

A questão de gênero aparece de diferentes formas nas falas das entrevistadas, revelando, na trajetória de D., violências como assédio, manipulação por homens e desamparo estatal na maternidade, e, no caso de M., a falta de dinheiro para cuidar de sua saúde menstrual e íntima. A pobreza menstrual e a dificuldade para manter a higiene é algo que atravessa a experiência de diversas mulheres em situação de rua, que não conseguem comprar produtos de higiene como sabonete e xampu e não têm como arcar com absorventes, de maneira que usam quaisquer panos para estancar o sangue, o que pode acarretar infecções bacterianas. A saúde é um direito e, como tal, deve ser garantido pelo Estado através da disponibilização dos dispositivos necessários, como absorventes menstruais e sabonete para banho. Sendo assim, se as mulheres em situação de rua não têm acesso a esses produtos, não são asseguradas integralmente em seu direito à saúde e, desse modo, vivenciam um sofrimento ético-político.

Frente aos sofrimentos e dificuldades que permeiam seu cotidiano, D. e M. criam estratégias de enfrentamento. A religião funciona para ambas como algo a que se apegar e se sustentar para continuar seguindo em frente, sendo os vínculos construídos com outros fiéis na igreja ou a própria relação com deus muito importante para elas. A importância da fé para se manter diante do sofrimento ético-político se revela na seguinte fala de M.: “se eu não tivesse a minha fé, eu já teria me matado”. Essa fala representa o que Sawaia (2014) quer dizer quando aponta o suicídio como uma possível expiação do sofrimento imposto socialmente, num movimento de abdicação da luta diante da dor que surge de uma situação social.

A Chapelaria Social também surge como um espaço de suporte material, acolhimento afetivo e construção de vínculos, de modo que ambas são gratas ao apoio fornecido pelo serviço, que lhes proporciona condições diárias de sobrevivência, como a alimentação, e lhes abre portas para a modificação de sua realidade ao oferecer oportunidades de trabalho que lhe permitem alugar um espaço para viver fora das casas de acolhida, como D. pôde fazer. Os planos de trabalho que as entrevistadas têm construído também aparecem como formas de superação das dificuldades, enfatizando a potência de sua atividade para transformar sua realidade. A indignação das entrevistadas

diante das injustiças e desigualdades vivenciadas promove atitudes de resistência que permitem que elas rompam com as restrições que lhes são impostas pela sociedade e lutem para se constituir enquanto protagonistas ativas de suas transformações sociais, criando oportunidades para a sua atividade na mesma sociedade que lhes nega tais oportunidades, em um movimento dialético.

Ao proporcionar condições de fala às entrevistadas, que relataram sua história, refletiram sobre situações sociais, expuseram suas opiniões e revoltas acerca delas, a presente pesquisa pôde dar voz aos seus “brados de sofrimento”, como ressalta Sawaia (2014, p.110). Foi possível trazer à luz as vivências de mulheres que sofrem perante a falta de moradia fixa, que as leva a residir em casas de acolhida. Os principais sofrimentos que decorrem dessa situação são o sentimento de humilhação e falta de dignidade nos serviços públicos de assistência social, que falham no oferecimento de infraestrutura, kits de higiene e de trabalhadores preparados para lidar com o público de forma humanizada; a revolta frente à desigualdade e a exploração produzida pela luta de classes; a impossibilidade financeira de arcar com um espaço para não só morar, mas viver com dignidade; e a escassez de oportunidades de trabalho que contemplem as suas necessidades, respeitem suas limitações e as remunerem de forma justa e equivalente ao trabalho feito.

As pessoas em situação de rua são testemunhas de que a exploração e a desigualdade social estão no cerne do modo de produção capitalista (Motta Costa, 2005). A situação em que são colocadas denuncia a falácia da meritocracia e do livre acesso ao trabalho, ideologias capitalistas liberais segundo as quais todos possuem as mesmas oportunidades de se desenvolver e acumular capital. Mesmo colocadas em uma situação de desemprego, não por escolha própria, essas pessoas são estigmatizadas como improdutivas, inúteis, preguiçosas e vagabundas que não querem trabalhar. São assim culpabilizadas pela condição em que se encontram, como se ela decorresse da escolha por não estudar, por não abraçar as oportunidades que lhe apareceram, por não terem pensado no futuro ou por uma falha em seu caráter – termo utilizado pela própria D., ao refletir sobre comportamentos de outras pessoas com os quais não concorda e que revela uma interiorização dos preconceitos e representações sociais. Essa culpabilização vem de uma lógica liberal de individualização de questões sociais, isto é, de responsabilização dos indivíduos por situações que decorrem, na realidade, de fenômenos que compõem a estrutura social.

Ressalta-se que a situação de rua e de vulnerabilidade social é um problema estrutural, não resultado de ações individuais (Sicari *et al.*, 2018). A situação em que essas mulheres se encontram é consequência da desigualdade característica do modo de produção capitalista, construído sobre relações exploratórias entre classes sociais no trabalho, como D. denuncia a partir de sua trajetória. A

situação de rua ou de vulnerabilidade social não é escolhida pelas pessoas que nela se encontram, pois elas foram colocadas nessa situação pelo sistema desigual, como aponta Tiengo (2018). O desemprego em que D. e M. se encontram é o principal determinante para a sua atual situação de vulnerabilidade. Isso indica que a vulnerabilidade social está diretamente relacionada à condição de exército industrial de reserva ou superpopulação relativa, classe necessária ao modo de produção capitalista, como descrito nos capítulos anteriores em referência ao conceito desenhado por Karl Marx. Pessoas que não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho por inúmeras razões, como é o caso das participantes, são necessárias à manutenção do sistema, que as coloca em situação de sofrimento ético-político, sofrendo subjetivamente em decorrência de uma estrutura social que as vulnerabiliza em decorrência do desemprego.

Nota-se que, apesar de terem origem em determinações sociais, o sofrimento da população em situação de rua não é devidamente cuidado pelo Estado, o qual deveria se responsabilizar pelos fenômenos sociais que afetam os cidadãos. Isso intensifica o sentimento de abandono diante das dificuldades enfrentadas e deixa as mulheres à mercê em sua luta por sobrevivência, o que aparece no sentimento de solidão das mulheres entrevistadas. Assim, além da necessidade de haver mais dados quantitativos sobre a existência das mulheres em situação de rua no Brasil (vista a escassez de informações exposta nos capítulos anteriores), destaca-se a importância de produzir pesquisas que se aproximem dessas mulheres e visibilizem seus sofrimentos, para que se possam elaborar políticas públicas destinadas ao seu cuidado com qualidade. Isso porque as necessidades delas não estão relacionadas somente a preocupações com a sobrevivência diária, com a fome e um teto para morar, mas também ao desejo de ser humanizada ao invés de humilhada, de ser tratada com dignidade, ser respeitada, ter possibilidades de criar uma nova realidade a partir do trabalho e ter um espaço para construir sua vida.

Diante de tantos sofrimentos a que são expostas pela lógica de exclusão social que permeia a sociedade desigual, essas mulheres precisam que não só seu direito à saúde, moradia e educação sejam assegurados, mas também que seu direito à qualidade de vida seja defendido, pois elas são afetadas pela situação de vulnerabilidade social em sua humanidade de modo que a dor por não serem reconhecidas e valorizadas enquanto seres humanos dignos de respeito dói mais que a fome. Assim, destaca-se a importância de agregar o sofrimento ético-político vivenciado pelas cidadãs e cidadãos em situação de vulnerabilidade e excluídos socialmente para a orientação de políticas públicas que os incluam de modo a reconhecer sua humanidade e preservar sua dignidade. Os serviços públicos de assistência a essas pessoas precisam investir no seu acolhimento, a fim de fazer com que elas se

sintam respeitadas em sua integridade, incluídas na sociedade e capazes de agir ativamente perante sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade desigual exposta pelas entrevistadas, ressalta-se, em primeiro lugar, a necessidade de cumprimento dos deveres do Estado através de políticas públicas que promovam assistência às pessoas em situação de rua e de vulnerabilidade social de modo a preservar sua humanidade, reconhecer sua subjetividade e resgatar sua dignidade, pois, como nomeado pelas participantes, uma assistência dada em troca de humilhação dos assistidos não é uma assistência digna. Em segundo lugar, aponta-se a importância de pesquisas que considerem não só os dados socioeconômicos que caracterizam o perfil das pessoas em situação de rua, mas que levem em conta a subjetividade, a afetividade e o sofrimento dessas pessoas, que não deixam de ser também determinados pela realidade material, configurando seu aspecto ético-político. E, por fim, cabe aos pesquisadores e psicólogas sociais atuantes junto à população em situação de rua construir sua práxis de forma ética e sensibilizada à realidade dessa população, de modo a instigar a resistência à exclusão social e fortalecer a potência de ação dessas pessoas como sujeitos históricos e ativos na reivindicação de seus direitos e construção de uma sociedade mais justa, se contrapondo à posição geralmente exigida das psicólogas como detentoras do saber e orientadoras da conduta da população de acordo com os valores dominantes e alinhados com os ideais neoliberais.

Considerando que a Psicologia se propõe a estudar e compreender os seres humanos, suas vivências e sofrimentos e construir junto a eles possibilidades de ação frente às suas distintas realidades, é necessário que ela se aproxime também daqueles seres em situação de vulnerabilidade, a fim de promovê-los enquanto sujeitos e potencializar seus recursos psicossociais para visibilizar a modificação de seu meio. É preciso construir uma Psicologia implicada em seu compromisso social para com as maiorias populares, que reconheça a realidade brasileira, se coloque a serviço da transformação dessa realidade e aja de forma a cuidar da subjetividade daqueles que mais são afetados pela desigualdade social que a assola historicamente. Como propõe Ignacio Martín Baró, o psicólogo deve ter “como horizonte do seu *quefazer* a conscientização, isto é, ele deve ajudar as pessoas a superarem sua identidade alienada, pessoal e social, ao transformar as condições opressivas do seu contexto” (Martín-Baró, 1996, p. 7).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Wanda M. J.; BOCK, Ana M. B.. A dimensão subjetiva - um recurso teórico para a psicologia da educação. In: AGUIAR, Wanda M. J.; BOCK, Ana M. B. *A dimensão subjetiva do processo educacional: uma leitura sócio-histórica*. São Paulo: Ed. Cortez, 2016. p. 43-59.
- AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S.. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 94, n. 236, p. 299–322, jan. 2013.
- ARRETCHE, Marta. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil – A inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 33, n. 96, p. 1-23, 2018.
- BRAITT, Bruno Goldbach. *O impacto da invisibilidade social na subjetividade em pessoas em situação de rua: um paralelo ao cenário pandêmico*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.
- BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *MDHC lança relatório sobre pessoas em situação de rua no Brasil; estudo indica que 1 em cada mil brasileiros não tem moradia*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mdhc-lanca-relatorio-sobre-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-estudo-indica-que-1-em-cada-mil-brasileiros-nao-tem-moradia>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Pessoas em situação de rua*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/6a0303b2817f482ab550dd024019f6f5/page/Pessoas-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua/>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *População em situação de rua*. Brasília, 14 set. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em: 31 mar. 2024.
- BRASIL, Senado Federal. *CDH aprova incluir população em situação de rua no censo do IBGE*. Sítio eletrônico. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/06/14/cdh-aprova-incluir-populacao-em-situacao-de-rua-no-censo-do-ibge>. Acesso em: 31 mar. 2024.
- BRITO, C.; SILVA, L. N. DA .. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. Ciênc. saúde coletiva, 2022 27(1), p. 151–160, jan. 2022.
- BUSTAMANTE, Priscila. *Dia-a-dia na rua: um olhar para as relações interpessoais de pessoas em situação de rua*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CERQUEIRA, Amarantha Sá Teles de. *Evolução do processo social população em situação de rua: um estudo sobre pobreza, necessidades humanas e mínimos sociais*. 2011. 97 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- CIDADE de São Paulo concentra 25% das pessoas em situação de rua no Brasil. *Carta Capital*. São Paulo, 02 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cidade-de-sao-paulo-concentra-1-em-cada-4-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

CINACCHI, Giovanna Bueno. Das lumpenproletariat: população em situação de rua e Serviço Social. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*. Vitória, v. 1, n. 1, 2020.

CRUZ, Elaine Patrícia. Uma em cada quatro pessoas em situação de rua vive na cidade de SP. *Agência Brasil*. São Paulo, 04 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/uma-em-cada-quatro-pessoas-em-situacao-de-rua-vive-na-cidade-de-sp>. Acesso em: 31 mar. 2024.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. *Trançando os fios de uma história: população em situação de rua na cidade de São Paulo (1970-2005)*. 2016. 371 f., il. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GONÇALVES, M. Graça M.; BOCK, Ana M. B.. A Dimensão Subjetiva dos Fenômenos Sociais. In: BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. Graça M. (orgs) *A dimensão subjetiva da realidade*. São Paulo: Ed. Cortez, 2009. p.116-157.

GONÇALVES, M. Graça M.; BOCK, Ana M. B.. A importância da ruptura epistemológica – nosso caminho com Silvia Lane. In SAWAIA, Bader B.; PURIN, Gláucia T. (orgs) *Silvia Lane – uma obra em movimento*. São Paulo: EDUC, 2018. p. 135-158.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/porta/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>. Acesso em: 26 mai. 2023.

LIESEGANG, Pedro Nunes de Araujo. *A dimensão afetiva do espaço para pessoas em situação de rua no centro de São Paulo*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F.. Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. Psicol. Soc., 2004 16(2), p. 47–58, maio 2004.

MENEZES, J. M. F. de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, v. 9, n. 36, p. 83–104, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639642>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MOTTA COSTA, Ana Paula. População em situação de rua: contextualização e caracterização. Porto Alegre: *Revista Virtual Textos e Contextos*, nº 4, 2005.

NASCIMENTO, Elimar. *Hipótese sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. Bahia: Cad. CRH, 1994.

OLIVEIRA, Memei Alessandra de. Os desafios enfrentados pela população de rua em Juiz de Fora frente a proposta da economia solidária. In: *V Encontro Internacional de Economia Solidária*. São Paulo, 2007.

POCHMANN, Marcio. Desigualdade e Capitalismo. In: POCHMANN, Marcio. *Desigualdade Econômica no Brasil*. [s.l.] Editora Ideias & Letras, 2015.

PRIORI, J. De mendigos a população. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 19, n. 219, p. 109-118, 18 dez. 2019.

QUIROGA, Júnia; NOVO, Marina. Elas da rua: População em situação de rua e a questão de gênero. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Rua: aprendendo a contar*. Brasília, 2009. p. 155-167.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da desigualdade 2023*. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://institutocidadessustentaveis.shinyapps.io/mapadesigualdadesaopaulo/>. Acesso em: 31 mar. 2024.

RIBEIRO, João Pedro. Estado de SP tem mais de 103 mil pessoas em situação de rua, aponta levantamento. *G1*. São Paulo, 05 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/01/05/estado-de-sp-tem-mais-de-103-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-aponta-levantamento.ghtml>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SÃO PAULO, Prefeitura da Cidade de São Paulo. *Censo antecipado pela Prefeitura de São Paulo revela que população em situação de rua cresceu 31% nos últimos dois anos*. São Paulo, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/censo-antecipado-pela-prefeitura-de-sao-paulo-revela-que-populacao-em-situacao-de-rua-cresceu-31-nos-ultimos-dois-anos>. Acesso em: 31 mar. 2024.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. *Pesquisa*. São Paulo, 15 fev. 2024. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_socioassistencial/pesquisas/index.php?p=18626. Acesso em: 31 mar. 2024.

SAWAIA, B. B.; MAHEIRIE, K.. A psicologia sócio-histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. spe2, p. 1–3, 2014.

SAWAIA, Bader B.. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão inclusão. In SAWAIA, Bader B. (org.) *As artimanhas da exclusão – análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2014, pp. 99-119.

SICARI, A. A.; ZANELLA, A. V.. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. Psicol. cienc. prof., 2018 38(4), p. 662–679, out. 2018.

SILVA, M. L. B. da; BOUSFIELD, A. B. da S.; GIACOMOZZI, A. I.; LEANDRO, M.; FIOROTT, J. G. Representações sociais de pessoas em situação de rua: uma revisão integrativa. *Psicologia Revista, [S. l.]*, v. 29, n. 2, p. 448–470, 2020.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. 2006. 220 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TIENGO, Verônica Martins. O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo. *Textos & Contextos*. Porto Alegre, 2018. 17(1), pp. 138-150.

TORRES, N. T.; VIANA, A. da S. "Eles estão por todos os lugares": Reflexões e Apontamentos a partir da circulação de pessoas em situação de rua. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1–18, 2022.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, Renato R. (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1991.

APÊNDICES

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Prezada participante, você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada “Um estudo da exclusão social a partir da afetividade: o sofrimento ético-político de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo”. Sou estudante do curso de graduação de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e realizo esta pesquisa sob orientação da Prof.^a Sandra Gagliardi Sanchez.

Este estudo tem por objetivo geral analisar o sofrimento ético-político vivenciado por mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo a fim de apontar políticas públicas a serem destinadas a esse público.

Sua contribuição consistirá na realização de uma entrevista, com cerca de uma hora de duração, sobre suas próprias vivências. Por se tratar de vivências que abarcam experiências singulares, não há uma resposta certa. A conversa será gravada para que as falas possam ser analisadas com mais atenção.

A participação é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Na publicação dos resultados, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-la.

Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Mesmo a princípio não tendo benefícios diretos em participar, você estará contribuindo imensamente para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico. A pesquisa apresenta riscos mínimos. Ainda assim, podem surgir sentimentos de desconforto e tensão ao rememorar passagens de sua vida do ponto de vista afetivo e emocional. No entanto, asseguro tomar os devidos cuidados para evitar e minimizar tais desconfortos antes, durante e após a realização da entrevista. A entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento e seus dados de identificação serão preservados.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora – Luiza Vaz Gabriel Xavier de Jesus (11 98262-5796) – e pela orientadora responsável – Sandra Gagliardi Sanchez (ssanchez@pucsp.br).

É importante também que você saiba que todas as pesquisas realizadas com seres humanos são acompanhadas por um Comitê de Ética em Pesquisa. No nosso caso, esse comitê é da PUC/SP. Esse Comitê é formado por um grupo de pesquisadores, escolhidos na universidade.

Ele recebe o projeto da pesquisa e faz aquilo que chamamos de uma avaliação ética. Isso quer dizer que é avaliado por diferentes professores da universidade, indicados pelo Comitê, se a proposta da pesquisa é relevante, se está bem elaborada e, principalmente, se os responsáveis pela pesquisa estão tomando todos os cuidados necessários para garantir o respeito e a proteção aos participantes da pesquisa. Só nesse caso o projeto é aprovado e pode ser realizado. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP sob nº CAAE 75170923.8.0000.5482.

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUC/SP pode ser procurado, caso apareça alguma dúvida ou qualquer questão em relação a esta pesquisa. Seguem os contatos: Endereço: Rua Ministro de Godói, 969, sala 63C; bairro: Perdizes; CEP: 05015-001; Tel.: (11)3670-8466; FAX: (11)3670-8466; E-mail: cometica@pucsp.br. Horário de atendimento ao público: das 11h00 às 13h00 de 2ª a 4ª feira e das 15h30 às 17h00 de 5ª e 6ª feira.

Assinatura do pesquisador:

Eu, _____, declaro que entendi o objetivo da pesquisa e concordo em participar da entrevista. Estou ciente de que dados que permitam minha identificação serão omitidos a fim de garantir meu anonimato. Tenho ciência também de que posso encerrar minha participação na pesquisa a qualquer momento. Por fim, sei que este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada uma de nós.

Assinatura do participante:

São Paulo, ____ de _____ de 202__.

Roteiro de questões para a entrevista

1. Dados de identificação: nome, idade, gênero, raça, escolaridade e religião
2. Qual a sua naturalidade? Se não for natural de São Paulo, de onde veio? Como foi essa vinda?
3. Há quanto tempo está vivendo na rua?
4. (Caso tenha se mudado para a rua em algum momento da vida) Quais os motivos que lhe fizeram ir para a rua? Como era sua vida antes de ir para a rua?
5. (Caso tenha nascido na rua) Como foi sua infância na rua? Identifica semelhanças e diferenças entre o modo de viver atualmente e naquela época?
6. Em que região da cidade de São Paulo vive atualmente?
7. Como é o seu dia a dia na rua? Onde passa o dia? Onde faz a higiene pessoal? Onde tem suas refeições?
8. Quando anoitece, o que você faz? Onde pernoita?
9. Que locais você frequenta? Participa de alguma instituição de acolhida à população de rua? Como você acessa esses locais? Como são esses locais? Do que você sente falta neles?
10. Está trabalhando no momento? Se sim, com o que? Se não, como você se mantém?
11. Com quem você convive? Quais são as pessoas mais próximas de você atualmente? Como é sua relação com essas pessoas?
12. Tem família? Mantém contato com algum familiar? Onde vive sua família?
13. Como você se sente no dia a dia na rua? Como você sente que as pessoas se relacionam com você? O que te incomoda? O que você gostaria que mudasse?
14. Quais os problemas mais comuns do seu dia a dia? Você sente algum incômodo ou dificuldade em seu dia a dia na rua pelo fato de ser mulher?

Tabelas dos Núcleos de Significação

Tabela 1. Núcleo 1: “O trabalhador é quem dá o suporte para o país se manter em pé. Só que o trabalhador é roubado, é extorquido, é humilhado. Eu não estou aqui pra ser escrava de ninguém não. Eu falo que tenho os mesmos direitos que qualquer pessoa tem.”

INDICADORES	PRÉ-INDICADORES
Consciência da exploração e luta de classes nas relações de trabalho	“Não comia uma bala daquele dinheiro que eu tanto trabalhei. E eu era explorada no trabalho. Eu fui trabalhar de joelhos deixando granito branco” “E minhas patroas ficavam me explorando, me escravizando, para eu deixar tudo impecável, e eu sofrendo, e minha mãe gastando tudo o dinheiro. Eu era explorada pelas minhas patroas” “Eu era explorada [...] e eu sendo explorada no serviço e cansada.” “Eu estava só, em um trabalho, sendo escravizada por aquela mulher. Elas me tratavam bem, só que me colocavam pra trabalhar e fazer tudo aquilo que os demais não faziam. Tinha que tirar aquela capa suja, tudo o que era encardido era eu quem tinha que tirar. Entendeu? E na hora eu pinte. Falei isso está encardido, eu não vou lavar. Não sai essa mancha, eu pinte. E ela falou ‘ai que lindo como ficou’. E eu falei ‘eu pinte, porque esse encardido não sai’. ‘Ai, você pintou?’. ‘Claro! Vou ficar me matando num negócio que não sai?’. Pinte e falei pinte mesmo. Pra ela se tocar, né?” “Se minha mãe faz isso, o que não fará um desconhecido? Será que meu patrão vai fazer alguma coisa por mim? Se minha mãe não faz, se minha mãe que me pariu não faz e não se importa comigo, uma pessoa, um particular vai se importar? Eu acredito que não” “Eu tava trabalhando como diarista numa casa, com a barriga muito grande, eu trabalhei até a última semana de minha gravidez. Eu pinte uma casa mais grande que essa casa. Essa casa era num lugar de classe média alta. Porque a mulher era mão de vaca, ela não queria pagar um pintor, porque cobrava caro. Eu cobrava 150 reais por dia... ‘eu vou pintar, mas você tem que me pagar 150 reais por dia porque eu estou grávida, eu não vou me arriscar aqui’. E não tinha nem escada. Eu tinha que montar numa cadeira, colocar dois tijolo na cadeira e poder subir pra pintar, porque não, porque não tinha nenhuma segurança de trabalho.” “No tempo que eu estava era muito sofrido, não era muito reconhecida, não era muito valorizada, e que a gente sempre fez o melhor e, e deu um suporte importante para as famílias de poder aquisitivo, porque, quem que cuidava das famílias deles? Eles sempre trabalhavam e tinham que deixar alguém pra cuidar. Sozinhos os filhos não vão ficar. E quem na verdade fazia, fazia essa parte, pra eles poderem desenvolver de todas, de muitas maneiras, éramos nós empregadas domésticas. Porque éramos nós que cuidávamos dos filhos, da casa. E quando eles chegavam já tava tudo pronto, embora eles pagassem para a gente uma miséria né. Porque não era bem pago, também. E tem, e tinha pessoas que não pagava. Que ficavam enrolando, que pagavam um mês, e atrasava, e depois pagava em outro mês, e ficava pingando, pingando. Eu tive que falar pra minha patroa ‘eu sinto muito, mas eu como a noite, eu trabalho o dia pra comer a noite, eu tenho um filho, eu tenho que pagar aluguel, eu tenho que manter o meu filho, eu tenho que se alimentar. Se você não tem como pagar, você vai ter que você fazer. Porque eu não venho mais, se você não pagar hoje eu não venho mais, porque estão me esperando em outra casa. Não dá pra ficar aqui de graça’. E uma vez eu fiquei até oito horas da noite porque não me deixou nem pra condução. Ela chegou com uma cara bem pelada pra falar ‘ai Dorinha, não sei o que’. Eu falei ‘eu sinto muito [...], seu filho está comigo aqui. E meu filho está sozinho em casa, sem saber o que vai acontecer com ele. E são oito horas da noite, eu ainda tenho, eu tenho que sair daqui e só vou chegar depois de uma hora na minha casa. Você não pode estar fazendo isso comigo, não me deixa mais sem condução não, porque o dia que você me deixar sem condução, vou deixar sua casa aberta, não vou esperar você’. Porque eu também era porreta, eu falei ‘não vou esperar’” “Eu sinto muito, mas eu não posso ficar fiando, se você não tem com o que pagar, você vai ter que fazer. Porque eu tenho um filho para manter, eu pago aluguel, eu não posso esperar. Eu trabalho o dia pra comer a noite, eu tenho um filho para manter. Se você não tem, então você contrate outra pessoa, porque estão me esperando em outro lugar [...]. Eu não vou voltar mais aqui. Ou você tem o dinheiro ou eu não venho mais. E eu preciso, eu preciso dos meus dois dias. A semana que vem você vai pagar meus dois dias de trabalho, esse que não me pagou hoje e o, se por acaso você me contratar pra outra semana, eu vou ter, você me deve dois dias de trabalho. Porque eu tenho um filho pra manter, não posso, não posso, eu não posso, é, trabalhar de graça, não dá!’. Ai ela viu que a coisa era séria, porque eu também enfrentava. Enfrentava mesmo.

Colocava todas as calcinhas de sangue lá pra mim lavar, e eu ‘eu sinto muito, mas...’. ‘Ah minhas calcinhas Dora’. Eu falei ‘estão todas aqui. Eu não lavo calcinha. Corresponde a cada uma de vocês. Eu não, eu tenho muita coisa pra fazer aqui. Eu tenho que lavar, eu tenho que passar, eu tenho que limpar a casa, eu tenho que cozinhar. Eu vou lavar a calcinha de vocês?’.

Tenha dó né. Falei ‘não vou lavar’. Eu juntei todas elas aí, quando não tinha nenhuma, ela perguntou e eu falei ‘estão aqui, ó. Eu não vou lavar calcinha’”

“Então, tem gente que eu não conseguia fazer isso, eu consigo fazer porque não é minha, não é meu obrigação lavar calcinha de ninguém, sabe? Ela é aleijada, por acaso? Se fosse uma pessoa doente, que não tivesse mãos, eu banho ela. E de graça ainda faço, não me importo. Mas a pessoa saudável vem tirar sarro da minha cara? Achar que porque me paga eu vou lavar a calcinha dela cheia de sangue? Ah, tenha dó né. Falei ‘não’”

“Preciso de meu dinheiro, se você não tem com o que pagar, então você vai ter que fazer. [...]. Eu não estou aqui pra ser escrava de ninguém não”

“Só que quando eu cheguei, eles começaram a mudar. A mulher já não cuidava do filho dela, já descarregou toda a responsabilidade da casa em mim, eu tinha que cozinhar, passar, lavar, faxinar e cuidar da criança. E oito, nove horas ela chegava, porque ela estava fazendo vida social, e não é justo. Depois eu chamei ela ‘você deixa seu filho comigo, e quando vocês me contrataram vocês falaram que era pra eu, pra você cuidar do seu filho e eu cuidar das coisas da casa. E você deixa seu filho comigo e você chega nove horas da noite. Depois que você chega eu fico deitando tarde porque você está fazendo vida social. Eu acho que você teria que de repente vir mais cedo, porque como que eu vou passar roupa, com ele aqui, e eu também penso que ele se enrolava no cordão do ferro.”

“Só que como eles não cumpriram o combinado, eu não trabalharia mais com eles. Eu falei ‘eu não vou trabalhar mais com vocês porque vocês estão quebrando as regras’”

“Eles me chamaram pra falar pra mim que eles iam viajar para Colômbia mas que eles não podiam me dar passagem, porque ficava pra eles muito caro. Eu falei ‘uai, porque você não pensaram nisso antes?’. Então eles falaram pra mim que eles me davam a metade da passagem, dois anos a metade. Falei ‘como assim? Vocês vão para a Colômbia, vão passear, vão conhecer suas pessoas, por enquanto eu fico aqui, sozinha, sem ninguém, sem poder passear, e eu tenho que aceitar? E vocês falam pra mim que dois anos depois vocês vão dar só a metade? Você não acha pouco não?’. Eu falei ‘eu não vou aceitar. Eu sinto muito, mas esse não foi o combinado’”

“‘Eu não tenho que fazer tudo aqui’. Foi combinado que ela cuidava do nenê e eu cuidava das coisas da casa, mas agora eu estou cuidando de tudo, tudo? Eu falei ‘eu sinto muito, mas se vocês não conseguirem uma pessoa pra me ajudar, eu vou sair. Eu não vou mais ficar trabalhando com vocês.’”

“Eu acho que não era tanto porque as pessoas eram “boazinhas”, era porque eu ganhava isso [...]. Não foi de graça, não foi porque elas eram boazinhas, era que eu fazia por merecer aquilo”

“Uma das pessoas para quem eu trabalhei foi pior ainda. Era perversa aquela mulher. Ela chegava, no começo era tudo legal [...]. Eu creio que foi ciúmes, então ela reclamava de tudo, e ela falou assim pra mim ‘Dora, eu preciso que você organize mais o quarto das crianças, quero que você tire tudo e jogue tudo que não presta, jogue tudo e organize tudo bem’. Eu falei ‘ah, tudo bem, então eu preciso que a senhora me mostre quais são as coisas que você vai jogar fora, que não tem mais utilidade, para eu separar, para poder arrumar’. Olha o que ela me falou: ‘arruma tudo. Que se por acaso eu não gostar, você faz de novo.’ Eu falei ‘o que? Eu não vou fazer de novo. Eu to cuidando de seus filhos’. Ela tinha um ciúmes danado. Que eu não entendia porque, uma mulher que sai de manhã e só chega na parte da noite: não era melhor ter uma pessoa de confiança que cuidasse bem dos filhos? Eu não entendo esse povo aqui, essa cabeça desse povo, eu não entendo. Poxa vida, coisa de gente louca, maluca. Porque deveria agradecer que tem alguém de confiança na sua casa que está cuidando bem de seus filhos. Sabe? Que está cuidando deles bem, que não está fazendo mal, que tá trabalhando direitinho. Eu fiquei boba, sabe? Ah mas isso me deu um trauma tremendo, porque eu não consigo entender.”

“Aí eu cheguei e eu falei pra ela que eu queria que... que ela só reclamava de mim, que que queria que por favor que se ela não estava contenta, contente, com o meu desempenho, que se ela não gostava do meu trabalho, que então que me dispensasse, porque ela não era obrigada a me ter ali se ela não gostava do meu serviço, e que também eu não estava obrigada a aguentar as reclamações dela toda hora. Eu não me sentia bem. E ela não me dispensava. Sabe o que ela fazia? Ela chegava, que estava muito cansada [...]. Ela saía do quarto, ia tomar banho e não saía mais do quarto. E eu ‘eu tenho que falar com você...’. Eu tive que falar pro esposo dela ‘por favor, fala para sua esposa que tenho que falar com ela. Porque ela só fica reclamando de meu trabalho. e você tem que falar com ela, porque ela não quer falar comigo, eu to falando pra gente

conversar e ela não quer. Eu preciso que você me ajude, porque eu não quero ficar mais aqui. E eu não quero falar sozinha, porque vai sobrar pra mim. Ela é capaz de falar que eu larguei o trabalho, que... Sabe? Eu sei como funciona. Eu não quero deixar ela sozinha. Eu quero que ela consiga uma pessoa responsável, para eu poder sair.”

“Porque todo dia era a mesma coisa, ela não parava de reclamar, mas não me dispensava. Era uma coisa infernal. Como é que pode uma pessoa ser tão perversa né? Ficar reclamando, mas não me dispensava. Eu pensava, não quero ficar mais aqui não.”

“Porque eu não quero que ela fale que eu larguei o serviço, que eu deixei o serviço”

“Mas toda vez que dava uma referência minha, ela me, falava mal de mim. Eu perdi um trabalho de quatro mil reais, eu ia cuidar de um bebê recém-nascido, porque eu já cuidei de recém-nascido. Quatro mil, sabe o que são quatro mil?

e meu patrão também parece que de repente virou... eles viraram pra mim a cara.” “Porque a gente se dava muito bem, era uma pessoa que eu fazia tudo na casa e eles nunca me questionaram nada, porque eu fazia bem [...]. Eles me respeitavam. Só isso que eles não gostavam, porque que... eles não saiam pra nenhum lugar, mas depois que eu comecei a estudar, aí eles já queriam passear ‘e agora nós dependemos da Dora, agora você virou a patroa e nós viramos empregados porque nós temos que estar aqui porque você vai pra escola’. Ai, isso me doeu tanto. Eu não perdoei não. Falei ‘olha, vocês deviam ter falado pra mim. Se vocês não queriam que eu estudasse, porque não falaram pra mim antes de eu me matricular? Podiam ter falado pra mim. Deviam ter me falado, porque eu falei pra vocês, não foi um segredo, eu quero estudar. Vocês não falaram nada pra mim.’. Eles estavam torcendo pra que eu não passasse.”

“Por enquanto que o bebê dorme [...], eu tenho que cuidar do quarto, tenho que cuidar do banheiro, tem que cuidar das roupas, tem que cuidar de tudo o que concerne a, tudo o que tem a ver com as coisas da criança. Então, isso é o que dá tempo. Eu não vou ficar perdendo tempo com outras coisas quando eu tenho um trabalho a fazer com a criança, porque eu tenho que olhar ela como um todo. Das roupas, do lugar onde ela está, que esteja limpinho, que esteja cuidado, que a roupa dela esteja lavada, que a alimentação dela esteja bem cuidada, que tudo esteja bem higienizado, isso que dá tempo, esse é o nosso trabalho”

“E aí não sei o que aconteceu, que três meses depois eu fui mandada embora. Eu fiquei muito triste, porque ela já não deixou que eu pegasse a criança pra me despedir [...]. Eles me pagaram tudo numa boa, mas fui dispensada injustamente, porque não vi qual era o meu erro.”

“Eles chegavam de mansinho, para ver o que eu estava fazendo. Pra ver se a criança estava bem cuidada.”

“E agradeço toda essa gente que me fez tanto mal. Mesmo eu fazendo meu trabalho direitinho.”

“A gente combinou que eu saía na sexta-feira, é, de tarde, mas que eu saía um pouquinho mais cedo, porque o ônibus passava seis horas. ‘Eu preciso sair daqui quinze pras, quinze minutos pras, para as seis, porque ele passa seis horas, e se eu perder ele, ele só passa sete horas da noite’ [...]. Aí ela me contratou, e aí eu cuidava da criança, e era tudo bem, tudo mais [...]. Mas ela fazia de tudo, ela, às duas horas inventava pra gente ir lá no shopping, pra comprar não sei o que pra menina, e voltávamos de lá em cima da hora pra eu esquentar a sopinha pra ela, pra dar pra ela a sopinha, pra eu ir embora. Só que, só que quando ela me liberava já era mais de seis horas. E falei ‘eu quero, eu preciso falar com você’. Eu falei ‘ó, eu sinto muito, mas quando a gente, quando a gente conversou, nos combinados, que o ônibus aqui, cinco minutos que eu me atrasar, para mim conta muito, porque cinco minutos não é nada, mas eu perco o ônibus. E ele passa depois de uma hora, e ali assaltam as meninas. As empregadas, ali tem ladrão, assaltam direto ali. Então a gente não pode ficar ali à mercê dos ladrões, porque, a gente vai trabalhar pra ele? Não dá!’. Eu falei ‘eu quero que você cumpra o que a gente combinou, que me libere quinze minutos antes das seis, pra mim poder pegar o ônibus, porque passa seis horas, pra não ficar aí no ponto’. Ela não gostou. Aquela infeliz me dispensou. E não me pagou um centavo. [...]. Olha eu vou falar para você, eu passei tanta coisa assim.”

“Eu to devendo para o INSS sete anos, sete anos que meus patrões não registraram, pagaram. Eles não pagaram [...]. Não pagaram, eles já foram embora. Meus primeiros patrões, eles não fizeram nada pra me ajudar. O documento que teria que ser, é, legalizado, para eu ficar, ter visto permanente, eles não fizeram nenhuma força pra isso.”

“Meu patrão não levantou um dedo. Quando chegaram aqui, eles quiseram me escravizar, fazendo tudo na casa deles, e eu fiquei muito chateada, não gostei, porque eles não cumpriram com o acordo que a gente tinha feito.”

“Depois eu saí, porque eles não aumentaram meu salário. Eles pagavam quinhentos reais para mim. Cuidava de quatro, nasceu mais uma com síndrome de Downs. E eles não aumentaram meu salário, falei ‘eu vou sair, porque...’, E porque não vou ficar aqui me escravizando com seis

	crianças e o salário lá embaixo, e eles passeando, comprando coisas e eu com o mesmo salário. E com mais uma criança. Eu não tenho problema nenhum em cuidar, mas eu queria que pelo menos, por parte deles, eles fossem conscientes e ‘vamos aumentar pelo menos cem ou duzentos reais a mais’. Como eu vi que eles não valorizaram isso, que nem a condução eles me davam para mim ir para casa, eu pensei ‘não, não vale a pena, porque eu estou aqui quatro anos e meio já, com eles, e nunca aumentaram o salário’ [...]. Eu nunca vi consideração por parte deles, de pelo menos aumentar um pouco meu salário. Porque eles pensavam que eu ganhava muito bem.” “Eu estive escravizada em uma empresa de limpeza” “Fiquei numa empresa que me roubou na cara de pau” “Então, tem gente que eu não conseguia fazer isso, eu consigo fazer [...]. Então muitas vezes porque eu falava assim, muitas pessoas não gostavam [...]. Elas queriam que eu morresse de medo, que falasse que não por medo” “Eu saí da casa deles porque [...] o que nós tínhamos combinado eles não cumpriram, e eu não suporto isso. Eu penso, eu passei por muita coisa, e eu superei muita coisa, e isso também ia superar. Não é porque eu estou aqui num país estranho com outro idioma que eu vou deixar me manipular, não vou. Se não me manipularam quanto tava pequena, não me manipularam antes e eu me mantive bem, por que agora eu vou ceder? Não vou.” “Mas eu encontrei um negócio estranho aqui, que quando eu ia fazer isso mesmo (fazer coisas além do que pediam), eu fui xingada por isso. ‘Quem te mandou fazer? Eu te mandei fazer isso?’. E em meu país é diferente. Quando você é uma pessoa que faz sem que fique sendo toda hora mandando, elas consideram que essa pessoa é eficiente. Que essa pessoa é competente. Aqui não, aqui você não pode fazer isso. Eu fiz isso e eu fui xingada aqui, eu fui maltratada. Sim, porque estavam falando que eu estava querendo mandar. Não é isso, eu estou acostumada a fazer isso.” “E então eu fiquei sabendo que eles não levavam muito bem, só que quando... o que eu fiquei triste foi que eles não falavam pra mim que eles não estavam de acordo. Eu falei ‘olha, eu quero estudar, porque...’ era só cruzar a rua. Era de sete a nove da noite, de sete a dez. Era como três horas de estudo. E não ia gastar muito tempo, porque, sete horas, eles já comeram, já estava tudo pra eles comerem, e tudo, deixava tudo pronto, tudo limpinho, era só eles se servirem. Sabe?” “Tem uma família que eu fiquei muito triste, muito frustrada e decepcionada [...]. Ai ela falou assim pra mim ‘eu vou contratar você com a condição que você faça um curso de babá. Você entende, você pode... eu já sou babá! Já tenho experiência de babá. E me manda fazer um curso!’” “Eu trabalhei com ela, ela me dispensou por nada. Não me pagou meus direitos [...]. Como ela já tinha assinado minha carteira e saiu com essa sujarada toda, então eu denunciei[...]. ela me devia mil e quinhentos reais. Sabe em quanto ficou? Em seiscentos míseros. E não pagou nenhum centavo até agora, esta, aquela infeliz. Não pagaram. Mas eu denunciei para ela saber que não é, que ela não manda. Que não é do direito dela não.”
Revolta com injustiças sociais	“Ninguém que tem uma consciência justa vai pegar e vai maltratar você simplesmente porque você é negra ou simplesmente porque você está nesse mundo injusto e tem que sobreviver.” “Eu sofri lá, pelo fato de ser, por exemplo, negra. E pelo fato de ser empregada doméstica. Empregada doméstica lá, é, você tem muito preconceito, porque é empregada doméstica. Entendeu? Então, eu sofri preconceito lá por causa disso.” “Porque sempre foram individualistas. Eles não queriam que a pessoa que trabalhasse na casa deles estivesse junto com eles assistindo tv. Assistia era no quarto. Pra mim melhor, porque me sentia mais tranquila no meu quarto, mais à vontade. Entende?” “E a empregada doméstica lá não é, não é... os direitos dela não são respeitados. Quando vim pra cá, estava começando, é, nesse ano, é, já tinha começado a... a pelo menos a dar o, é... a reconhecer alguns direitos trabalhistas da empregada doméstica. Mas o rico ficou muito irado porque aquele que tinha mais de três salários-mínimos para cima, ele era descontado alguma coisa, para poder aumentar a contribuição, para poder ajudar essas pessoas que somos nós, empregadas domésticas que não tinham nenhum benefício. Porque a gente tinha uma, um mês de descanso, mas não tinha uma remuneração. Nós tínhamos, nós podíamos descansar um mês, mas não tinha remuneração nenhuma. Então quando a gente voltava é que começava tudo de novo, trabalhava e enfim, mas depois foi que estava tendo pelo menos uns auxílios, estava tendo pelo menos...” “Eu não sei se é que eu sou radical, o que, mas eu vou falar pra você, eu não consigo acordar assim com as coisas, não consigo.” “Mas eles não cumpriram isso. Eles quebraram um pacto, eles quebraram um acordo. E eu não gostei, porque quebrar um acordo significa que a pessoa não presta. Que a pessoa não se importa

com você. Ela tem que te considerar. E se fosse a empresa do patrão dele que tivesse quebrado os acordos, ele gostaria? Não ia gostar.”

“Sim e eu não sei por que as pessoas são descaradas. Sabe por quê? Tem uma lei muito fraca. [...] Há uma maldita de uma máfia, que a pessoa, ela não está protegendo o trabalhador. Porque o trabalhador é aquele que precisa, o trabalhador é quem dá o suporte para o país se manter em pé. Você concorda comigo? Ou sou tão idiota assim que não entendo? (É a base de tudo né). Então! É o trabalhador, não é aquele infeliz que tem dinheiro, não é ele, porque ele explora o trabalhador. Sabe? ‘Ah porque eu sou empregada doméstica, eu sou empregada doméstica, tenho que entrar pela parte inferior da casa, não posso comer no prato que a infeliz come porque eles supõem que são superiores a mim. Não é superior a mim não, quer saber? Eu prefiro não comer no seu prato, prefiro meu prato.’”

“Vou falar pra você sinceramente, eu me dou melhor com famílias de fora. Porque com brasileiro, brasileiro tem muito preconceito, é muito explorador, muito humilhativo. Você é brasileira, mas eu tenho que ser sincera. Ele é preconceituoso com a empregada doméstica. Ela quem faz tudo, faz tudo pra ele, mas ainda não é o suficiente, e ainda acha que ele é melhor do que a empregada. São um bando de idiotas pra mim, porque a minha cabeça não funciona assim. Minha cabeça é bem aberta. Tanto direito tem ele como tenho eu. Onde está constituído que eu sou inferior a essa pessoa só porque tem dinheiro ou porque eu trabalho para ela? Eu considero que somos de igual para igual. No mesmo patamar, porque, porque eu trabalho pra ele, facilito a vida dele e em troca ele ainda me paga, porque eu não posso fazer de graça. Você concorda? Então eu acho que eu não estou errada. Eu não estou errada quando eu falo que tenho os mesmos direitos que qualquer pessoa tem. E eu não estou errada quando eu falo que eu estou no mesmo patamar porque ninguém é melhor que eu. E ninguém é menos que eu. Certo? Você não é mais do que eu, e eu não sou mais que você. O mesmo direito que você tem eu tenho, porque estamos em um mesmo mundo. E o mundo se constituiu com os mesmos direitos. O mesmo oxigênio que você respira eu tenho que respirar. Ou o puro fato de você ser melhor que eu, eu tenho que respirar menos oxigênio? Eu acredito que não, então minha cabeça é bem aberta. E eu não estudei, viu? Mas isso me deu a escola da vida. Porque na vida aprende. Então eu não abaixei a cabeça pra ninguém e não vou abaixar. Não vou abaixar.”

“Tem gente muito perversa mesmo. Gente má mesmo.”

“O dono ele era de classe média alta né, e falou que ele tinha juizes de amigos e que ele podia me dispensar e colocar minhas coisas na rua. Sim, ele me ameaçou, ele me... Então eu falei ‘tudo bem’. E que ele cuidava das minhas coisas, que ele tinha um galpão ‘eu tenho um galpão se você quiser levar suas coisas para lá, eu guardo pra você e quando você tiver dinheiro você pega suas coisas’. Eu levei a metade do dinheiro, mas não levei tudo. Aí ele não tinha, ele tinha vendido tudo as minhas coisas. Tudo, tudo, tudo minhas coisas tinha vendido, eu não peguei nada, ele roubou tudo, aquele infeliz. Fui roubada, roubaram todas as minhas coisas, eu tive que começar de zero, alugar um, aluguei uma casa, comecei a comprar as coisas aos poucos, comprei coisa de segunda.”

“Por um simples fato de eu dar uma tabela pra ela completa, essa moça se cismou que eu tinha dinheiro. Que eu tinha dinheiro, e falava pras outras meninas que... Então essas haitianas...”

“Não tinha que emprestar. E não somente isso, ela falava pras outras que eu tinha dinheiro, e elas também vinham em cima de mim [...] e eu falava ‘eu não tenho dinheiro, eu não vou emprestar pra você dinheiro, eu não tô trabalhando pô! Se eu tivesse dinheiro, por que eu estaria aqui?’”

“Eu achava ruim pelo fato de eles pensarem que a gente era, era inferior a eles, e inferior eu não sou coisa nenhuma, eu sou igual. Não sou nem melhor, nem menor, nem mais. Não sou nem mais, nem menos. Sou, estou no mesmo patamar. Porque sou feita do mesmo material, estou no mesmo mundo que eles vivem, que vivem. E tenho as mesmas qualidades que eles têm.”

“Elas fazem questão de humilhar as pessoas, porque elas se sentem grandes assim [...]. Eu sei que, mas eu fiz questão que ficasse marcado que ela é muito desonesta, que ela é ladrão. Eu registrei, mas até agora ninguém chamou pra pagar, a advogada também não me chamou, eu também não voltei lá, e fez de conta que não... eu fiz de conta que eu perdi, porque... mas deixei registrado que ela roubou sim. E que ela não tem razão de me roubar, que é direito meu e que é uma obrigação dela. Eu deixei registrado. Agora, eu não sei se ela se importa ou não, ou não sei. Eu só sei que eu deixei registrado que, que ela tem que pagar meu direito. Trabalhista. Ela esperava que eu não tinha coragem, eu tenho sim.”

Tabela 2. Núcleo 2: “Eles são pagos para que nós sejamos assistidos, só que é uma hipocrisia, porque você é assistida, mas você é humilhada lá dentro.”

INDICADORES	PRÉ-INDICADORES
Desassistência nos serviços públicos	“Se eu por exemplo tenho um problema, é, de jurisdição para me defender de alguma coisa, ou para eu poder defender meus direitos também não vou ter, eu não vou ter um suporte. Porque estando aqui nunca tive. Eu estava lá num albergue, e, e estava sendo agredida, e eles preferiram melhor, é, defender uma pessoa, o, ficar do lado da pessoa que estava violando os direitos e violando a regra da casa, do que concordar comigo e fazer a coisa certa. Por quê? Por causa do maldito dinheiro. Por causa do interesse, do interesse monetário, então é...” “Se ele está me dando, se ele está me dando a medicação certa e se eu vou, se é um medicamento que vai me fazer bem, porque eu tenho que voltar lá? Não era pra mim voltar lá, era pra mim melhorar e não voltar lá. Porque o lugar, o tempo que eu vou gastar voltando lá, ele vai deixar de atender outra pessoa que talvez precisa mais do que eu. Mas qual é o esquema dele? Eu fiquei sabendo eu, fora do salário que eles ganham, e eu quero que fique registrado, sabe por quê? Porque é bom que isso será debatido. Porque a pessoa não vai melhorar, se o sistema não melhora. Por exemplo, eles têm um salário X. Certo? Se por exemplo eles têm também um esquema lá que por tantos pacientes que eles atendem, eles ganham um porcentagem. Por que eles tem que ganhar porcentagem se eles já têm um salário X pra eles trabalharem? Então por que eu tenho que, por que eu tenho que ser agredida, por que eu tenho que ser submetida a estar doente o tempo que eles querem? ‘Ah, eu não melhora, eu tenho que ir, tenho que voltar e voltar várias vezes para ele ficar ganhando em cima de mim?’. Um safado, um salafrão que merecia a morte. Eu sou radical, eu não aceito isso.” “Então veja bem, eu estou fazendo parte de um sistema, ou estou dentro de um sistema, que, que cada vez está mais corrupto. Porque, por que ele tem que ganhar mais do que já ganha, sabendo, é, a obrigação do médico é me atender e que eu fique bem. Ele tem que se importar com a minha saúde, com a minha melhora de saúde [...]. Ele se dá bem a custa do meu sofrimento? É sacanagem, né. Então eu acho que está errado o sistema todo. Tá corrupto tudo. Sabe? Se eu, por exemplo, a empresa que me roubou, por exemplo, quem se importou com isso? O governo se importa, e somente dão três anos, depois de três anos já não pode mais, já não pode mais entrar pra defender sua causa.” “Daí eu já saí de lá e fui atemprar na tal da Morada do Sol. Tem muquirana e tem percevejo. Tava toda marcada, olha aqui. To toda marcada dos bichos. Toda marcada. E com uma alergia terrível. Esses bichos, nossa, esses bichos são terríveis, eles deixam a baba dentro de você, que você fica só se coçando. E aí eu fiquei lá um tempo, depois eles me transferiram pra cá, mas porque eu reclamava de tudo. Falei ‘como assim? Eu estou no quarto, to sendo humilhada; vou pra lavar minha roupa, to sendo humilhada; vou pegar minha comida, to sendo humilhada. Como assim, a gente não está aqui, a gente não vem aqui pra ser humilhada, se fosse pra ser humilhada ficava lá em outro lugar.’ (Lá você se sentiu humilhada por quem?). ‘Por todos, por todos. Por exemplo, é, se você pedia um pouquinho mais de caldo, eles falavam que não, que não podia receber. Então, como era meia concha, eu falei ‘se é meia concha, por que é que você questiona? Você é o cozinheiro daqui, você não manda. Você trabalha, você recebe pra nos atender.’ Ou não é assim? Eles são pagos para que nós sejamos assistidos, só que é uma hipocrisia, porque você é assistida, mas você é humilhada lá dentro. Eles têm uma, tipo uma aparência de assistente social, mas não é bem assim, você é muito humilhado. Eles cumprem esse papel, mas você é humilhado todos os dias. Noutro lugar, eu marcava para lavar minha roupa e chegava esse, esse orientador, apagava meu dia e colocava o nome de outra pessoa no meu lugar. Quando eu ia lavar já com toda a roupa já pronta, já suja, ‘dona Dora, você não ta aqui, ta outra pessoa’. Falei ‘mas eu marquei. Com fulana de tal.’ E falei ‘olha, eu não marquei com você não, mas eu marquei, olha aqui. Meu nome não ta mais aí, eu não posso lavar hoje minha roupa’. E juntei uma sacola grande, tive que ir pra assistente social e falar ‘olha, eu to marcando, ele desmarca e coloca outra pessoa no meu lugar. Olha aqui minha roupa, tudo está cheio aqui. Que que eu faço com essa sacola de roupa? Não cabe no meu armário porque tá tudo sujo, como é que eu vou misturar roupa suja com roupa limpa? E o que eu faço com isso que eu preciso só lavar?’ E era assim. Uma humilhação. Então eu fui falar com o diretor, falei ‘olha aqui. Eles estão me humilhando por uma concha de feijão. Eles não estão falando que vão dar uma concha de feijão para cada? Eu to falando só para que me dê um pouquinho de caldo para molhar o arroz. E ele fala que não pode me dar’. Aí eu falei assim, eu olhei na cara dele e falei ‘eu precisava chamar o gerente daqui para você poder me dar uma concha? Não era pra você resolver e me servir? Eu te pedi. E não é a regra, não está estabelecido que é meia concha, eu não to pedindo mais de meia

concha, eu to pedindo menos'. E na frente do gerente eu falei assim 'olha, por enquanto que você esteja aqui, eu não vou pedir mais comida pra você, ta? Você não vai mais colocar comida no meu prato. Porque, não existe. Eu não estou aqui para ser humilhada. Você não está aqui pra, vocês não são ganhos para atender a essas pessoas que tão aqui com, com, com necessidade?'. Aí eles me mandaram pra outro lugar. Porque eles não gostam de pessoas que reclamam. Lá tem pessoas que têm sete anos. São seis meses. E tem pessoas que têm sete anos lá dentro, que não saem de lá. Porque elas não reclamam [...]. Tem pessoas lá que como não reclamam, engolem muito sapo, e não reclamam pra não sair de lá. Que se acomodaram lá [...]. Elas não reclamam, elas não falam nada, elas aguentam tudo o que seja. Sabe? Eu questiono, falei 'mas como assim? Você fala que não pode reclamar, você fala que vocês, é verdade que vocês quando a gente reclama, vocês dispensam a gente, mandam pra outro lugar?'. 'Não, não é assim'. O tal do psicólogo não faz nada. Não faz nada. Está só aí ganhando dinheiro nas suas costas. Tomara que o albergue acabe logo, porque que vão fazer, que vai fazer? Eles estão roubando o povo. Eles estão aí, se aproveitando e ganhando um salário que não merecem, para humilhar as pessoas que estão lá com muita necessidade. Isso não deixa que as pessoas que estão lá, a cabeça, há gente que fica louco. Tem gente que não tem raciocínio direito. Que é perturbada, porque, porque eles não ajudam as pessoas. Eu fiquei sabendo aqui na Alcantara Machado (no CTA?) nesse que fica aqui na avenida. Eu fiquei sabendo que, que eles receberam uma ordem de não sei aonde, de uma cabeça grande, que não era pra nos auxiliar em nada, que era pra deixar nós outros se virar e não nos auxiliar para que, não sei pra que [...]. Parece que é uma coisa do governo mesmo. Porque fiquei sabendo, e muitas pessoas, por exemplo, a assistente social que era, que ajudava, né 'dona Dora, esse é o endereço de lá'... quando davam um endereço pra gente ir pra o médico, que a gente não sabia, a gente ia pra assistência social e eles se encarregavam de procurar o endereço e de imprimir e dar o endereço pra gente se orientar. Agora não podia fazer mais isso. Para você ter noção.

E é verdade, não to mentindo não, é verdade! Porque passa que muita gente não fala, por exemplo, as pessoas se queixam do transporte que é muito ruim. Mas ninguém, ninguém vai no lugar certo a reclamar. Não pode reclamar ali, porque você não pode fazer nada, eu não posso fazer nada. Tem que... e o motorista não pode fazer nada, você tem que reclamar no outro competente. Sabe? Mas ninguém mais faz isso. Entendeu? Então é o que acontece, é um círculo vicioso e uma maldita de uma máfia, ninguém quer ajudar ninguém. E aquela, aquele pessoal são desonestos, são de mau caráter e eles não tem, não tem escrúpulo nenhum.

porque eu fiquei sabendo que cobram o espaço, que uma maldita duma máfia, uma gangue maldita, que fica cobrando o espaço que você tá trabalhando. O governo também cobra o espaço, ele cobra um absurdo. Eu fui pra pegar o permissão do, da prefeitura, para poder ter um espaço pra mim poder trabalhar, poder vender roupas, né? Sabe quanto cobra? Quatrocentos por mês. Uma pessoa que não tem dinheiro, uma pessoa que vai começar com cem reais, pode pagar trezentos por mês, quatrocentos? Não pode! Então é um absurdo, a gente, francamente, eles fazem de tudo e parece que é um esquema que estuda todos os pormenores para que você se ferre, para que você fique a deus dará. Porque esses haitianos, eles, eles, eles estão pagando para os agiotas, e pagam juros altos, porque a prefeitura tira tudo, tudo deles. E levam pra onde essa mercadoria, onde está? Não tem ninguém pra, não tem ninguém, não tem ninguém, um líder que se levante, que tenha, que tenha caráter e que tenha, e que pelo menos olhe essa parte, para ele questionar aonde vai tudo aquilo ali e porque estão fazendo isso. Porque que não dão pras pessoas um trabalho digno, então, se não querem que eles fiquem comprando de pessoas que de repente não é legalizado? Eles tem que sobreviver. Porque eles emigraram para cá porque, porque eles precisavam sair. Eles vão sair de sua terra só por que querem sair? Não. Emigraram porque estava ruim. Lá. Emigraram porque eles querem uma vida melhor, mas eles não estão roubando, tão trabalhando. Só que o trabalhador é roubado, é extorquido, é humilhado. Sabe? Então é um esquema que, tá podre. É uma podridão que ninguém aguenta. E eu sinceramente eu não concordo, porque na verdade, tem que ter, no mínimo tem que ter dignidade pra viver. Sabe?"

"Olha eu vou falar pra você, eu fico boba de ver como o ser humano se perverteu. Aquele tal de... como é que chama... é... não sei o que dos trabalhadores, como que chama? O sindicato dos trabalhadores, é um tremendo dum ladrão. Não, eles não estão se importando com o trabalhador, ele está, ele está com o patrão! Como é que o patrão tem coragem de pagar pra um advogado mil reais e não pagar para um funcionário duzentos? Como que tem coragem de fazer isso? É muito uma, um desgraçado, perverso, ele merecia morrer. Eu sou radical. Eu acho que não merece não."

	“Então eu fui no não sei o que trabalhista e eu fui lá e eu denunciei. Que ela não me pagou. Que eu estava trabalhando, que ela me dispensou e que não me pagou. Não foi o sindicato, foi uma advogada. O sindicato não presta! É uma maldita de uma máfia que está com o patrão, ele não ajuda o trabalhador. Vocês têm que ter isso na cabeça, ele não, ele não ajuda o trabalhador, ele está a favor da empresa, do empresário, ele não ta ajudando o trabalhador, porque já me convenci disso. Estou falando de conhecimento de causa [...]. Eles não fazem o trabalho. Eles são descarados. São, são ladrões mesmo. É um esquema podre.” “Acontece que eles também estavam curiosos, ‘ah, colombiana, tal’, e eu via que todos me tratavam bem. Que a professora também me recebeu bem. Não tive preconceito não, eu não tive preconceito na sala de aula do EJA. A professora era prestativa para me ajudar, o de matemática também, o da arte também, o da história também...” “Na verdade eu fiquei desempregada, fiquei desempregada e fui atrás de... porque falaram pra mim que, que o CRAS ajudava as pessoas, nesse caso, recurso para condução, porque eu estava em tratamento também, tava doente, então, que eles davam condução para as pessoas que não tinham e que estavam em tratamento. Só que, as pessoas iam pro CRAS eram pessoas que estavam na droga, né? Pessoas que estão com vício de alcoolismo ou de droga, elas, são elas que tem esse privilégio de ter condução gratuita. E meu caso era diferente, eu não sou drogada. Meu caso era de alergia, de problema de saúde diferente, então... eu fui lá no, numa igreja lá no Glicério, lá... que ajudam os imigrantes. E como eu não sou daqui, então fui até lá e falaram ‘ah, você tem muito tempo aqui, e essa ajuda aqui damos para os imigrantes que vêm recentemente, que não são... você tem muito tempo aqui já. Mas eu vou te ajudar’. Acho que foi deus. Aí eles olharam lá... Ih, nem Bolsa Família eu conseguia. Não, porque eu ia lá e falavam que ‘não, você está sendo, é, avaliada’. E não me davam o acesso a ter Bolsa Família nada [...]. Depois, eu tive que ir lá pra... elas me deram um encaminhamento para ir lá pra Casa das Mulheres Imigrantes, que era lá na Penha, não sei se você conhece. Era lá na Penha, e eu nunca fui pra esses... e eu falei ‘não sei como será’. Então eu fui pra lá. Eu fui para lá e fiquei lá um tempo.” “Embora eu esteja aqui, eu reconheço que eles tem me dado grandes benefícios, porque graças a esse lugar eu consegui. Quando eu fui lá naquela igreja que, que era uma assistente social que cuidava do, do, da questão dos imigrantes, ela me ajudou, embora eu não me encaixasse nesse programa porque eu já estava há tempo aqui, mas ela viu minha necessidade e me ajudou, porque ela falou que... eu falei ‘eu não tenho nada, eu estou de, estou de posse na igreja’, eu estava na igreja. Aí foi ela que me encaminhou pra [...] e eu ‘não, eu não quero não’ e ela falou ‘não, você tem que ir, você pode ir agora se quiser, já tem uma vaga lá pra você’. Lá na casa das imigrantes, lá, aqui na Penha. Aí eu falei assim ‘tudo bem, mas eu posso ir amanhã? Porque eu tinha que avisar na igreja que eu tinha conseguido um lugar pra morar’. E aí eu me fui pra lá [...]. Aí eu fiquei lá na casa dos imigrantes, aí aconteceu o problema com essa moça, essa moça começou a implicar, colocar um rádio alto, não me deixava dormir, a me xingar, a me mandar tomar naquele lugar, porque ela achava que eu tinha dinheiro e que eu tinha que emprestar pra ela o dinheiro. Eu vou falar pra você, vou contar tudo de novo, é uma maldita de uma máfia. Porque eu fiquei sabendo que os haitianos, eles recebem dinheiro de lá de Haiti, de Haiti. E parece que tinha uma parceria de Haiti com aquele, com aquele lugar lá. E eles, o dinheiro, eles recebem dinheiro pra que eles estejam ali. Então eles não iam dispensar ela que estava recebendo dinheiro, sim a mim que não estava recebendo dinheiro no lugar. Então essas pessoas só olham o lugar monetário. Elas só olham o sentido monetário, não está se preocupando [...]. Então eu falei pro assistente social, falei ‘como assim? Eu não fiz nada de errado, elas estão aprontando comigo, estou sendo acusada de uma coisa e de outra, não me deixa dormir, estão me agredindo, e eu tenho que sair? Porque ela não sai, que é ela que está me agredindo?’. ‘Ah mas dona Dora...’. Falei ‘não tem sentido’, e pedi transferência” “Eu consegui um advogado. Eu falei... Um advogado do Estado. Do Estado. É, um advogado do Estado, e ele inclusive foi lá na estação da Luz e ela foi lá e tudo o mais, e sabe...” “Eles te dão cama, comida, mas te humilham pra isso”
Consequências da falta de moradia	“Eu continuei trabalhando interna, porque eu não tinha uma base, uma estabilidade financeira que me permitisse morar separada e eu tinha que trabalhar em casa de família. Porque ali eu tinha pelo menos uma moradia. E aquele dinheiro eu tinha que juntar para quando chegasse o momento eu poder...” “Meu filho ta sofrendo, porque suas filhas deixam ele lá fora e você não se importa, e meu filho está sofrendo, e eu estou pagando aqui pra você. Então por isso que eu não vou morar mais aqui. Eu já busquei outro lugar para morar, mas fiz questão de falar pra ela por que eu ia sair. ‘Porque

	meu filho tem que ser humilhado aqui, na porta da sua casa, sabendo que eu pago aqui pra você?” “Depois de um tempo eu consegui alugar um lugar, fui pra Santa Julia, um lugar muito longe, lá não entrava nem ligação. O sinal caía. E eu perdi várias oportunidades de trabalho porque lá quando foram me procurar não me acharam mais” “Eu fiquei doente, fiquei desempregada, e eu tive que entregar a casa [...]. Foi muito dolorido, eu tive que... porque eu fiquei desempregada, fiquei doente, eu não tinha como pagar.” “Eu aluguei um espaço onde não estou bem. Porque to num quartinho mais pequeno do que esse. Meu quartinho é esse pedaço aqui [faz referência a metade da sala onde estamos]. Só cabe a cama, só cabe a pia e um pedacinho pra mim entrar, não cabe mais nada. (E onde é mesmo?). Aqui no Brás. Eu consegui isso aí porque estava com intuito de trabalhar de conta minha, comprar roupas e vender. E eu não sei como que eu vou me virar” “Eu estou num quartinho, estou ali por enquanto, estou tranquila, mas eu não to bem, porque eu preciso de um espaço maior.”
--	--

Tabela 3. Núcleo 3: “Eu preciso trabalhar, sou mãe solteira, não tenho com quem deixar meu filho. Eu me vi sozinha e sem saber o que fazer. Você não sabe a impotência que eu senti. Eu vi que era hora de me libertar.”

INDICADORES	PRÉ-INDICADORES
A luta da mãe solo trabalhadora	“E teve outra, que meu filho perdeu a creche desse ano, porque não me liberou para fazer a matrícula dele. Fiquei morta de raiva disso [...]. Nunca mais, nunquíssima mais olhei na cara dessa mulher. Porque meu filho sofreu um ano na rua, humilhado, pela minha família, pela minha mãe, aguentando fome. E eu desesperada, sem saber o que fazer, no serviço, sem saber o que fazer com meu filho na rua sem estudar. Por culpa daquela mulher infeliz”. “Quem que vai me receber grávida? Eu fui atras de um lugar grávida e ficaram sabendo e eu não consegui ficar mais lá. Porque eu estava grávida e a mulher não queria que eu trabalhasse grávida lá. Eu fui e não falei que estava grávida. Porque eu preciso de dinheiro.” “A gravidez minha eu passei pintando.” “Eu guardava dinheiro e havia um rapaz que vendia roupas... que ele era reciclador. Então quando ele passava pelas casas e pegava reciclagem e davam roupa para ele, muita coisa boa, então ele oferecia pra mim, e eu comprava dele as roupinhas, eu lavava e guardava para meu filho. Quando minha mãe saiu do hospital com as coisas minhas ela ficou louca ‘pra que comprar essas coisas para teu filho, não precisa!’. Eu falei ‘precisa sim, ele é meu filho. E é meu dinheiro.’ E foi assim como eu espantei ela, porque ela que veio pra cima de mim, porque ela queria que eu desse pra ela o que eu dava para o meu filho. E eu não entendia porque ela tinha essa atitude tão perversa comigo.” “Eu não tinha mais para onde ir, mas eu precisava conseguir um emprego, pois estava amamentando meu filho. Por enquanto que eu estava amamentando meu filho eu tentei me virar de alguma forma. As vezes deixava meu filho cuidado com alguém e ia trabalhar como diarista num dia que aparecia, e outras vezes assim ia. E aí eu fui atras do pai dele. [...] Fui na creche e falei ‘eu preciso trabalhar, sou mãe solteira, não tenho com quem deixar meu filho, não tenho nada para o meu filho, e queria ver se vocês recebem meu filho’” “Porque ele era muito bem criado, eu cuidava bem dele, eu vou mostrar pra você, depois quando tiver a oportunidade de mostrar pra você ver uma foto de meu filho. Era um menino bem, bem cuidado mesmo. E às vezes as pessoas não queriam cuidar porque ‘ah você cuida desse menino como se fosse rico, eu tenho medo que passe alguma coisa com ele, tenho medo de me meter em confusão’, e elas não queriam cuidar do meu filho por causa disso, essas tontas.” “Não tinha onde deixar ele. Minha mãe não cuidava dele. Eu me vi sozinha e sem saber o que fazer” “Só ficou um mês lá, mas quase mataram meu filho”. “Elas davam tapa na boca de meu filho. Eu queria matar essa gente. Olha, você não sabe a impotência que eu senti. Sabe? Por isso há tanta gente violenta que se vinga, porque situações como essas que meu filho passou, e isso me partia a alma, porque eu não tinha onde deixar meu filho, que eu não tinha uma condição para tê-lo. E meu filho sofrendo aqui. Você imagina? Me sentia impotente.” “Só que eu queria tirar meu filho de lá porque não era pra ele ficar lá, porque meu filho era porque eu não tinha onde deixar ele, eu era sozinha com ele. Mas também não era um lugar pro meu filho ficar, então eu tirei ele de lá.”

	“Quando já tive mais ou menos uma estabilidade, inclusive um lugar para morar, já tirei meu filho de lá e meu filho ficava pensando que eu não queria mais ele porque eu não conseguir ir lá pra pegar ele, porque era longe, era em outro estado.” “Ele saía uma hora da tarde, depois ia sozinho pra casa e eu dizia ‘não fique na rua, você me espera’. Mas um sobrinho desgraçado me tirava ele de lá. Um sobrinho meu. Primo dele. Tirava ele da minha casa. E ele não era de bom costume, ele era, ele era tremendo. E então eu tinha essa preocupação também por esse... e a mãe dele pensava que ele era um anjinho.”. “levava ele pra andar na rua, levava ele por aí. Eu fiquei sabendo e fiquei louca, fiquei ‘ai, que que eu vou fazer meu deus, com esse menino atrás de meu filho’. Porque muita gente falava que ele era esturador. E eu ‘que que eu vou fazer com meu filho com esse, com esse meu sobrinho tão perverso’ [...]. Então pensa na minha cabeça todo esse drama. Aí já depois eu conseguia ir levando as coisas assim, eu conseguia ir falando ‘meu filho, não é pra você ir pra lá, porque você pode se prejudicar’ isso e outro, aconselhando ele, sabe? Mas eu não estou presente, não sei o que ele está fazendo. E pensa na minha angústia no meu serviço pensando nele, onde estás, se ficou em casa, se se deixou seduzir, o que é que aconteceu com ele. Todo esse drama eu passei” “Minha mãe me ofereceu uma tv que eu comprei para ela. E eu paguei para que meu filho se entretivesse na minha casa, para não sair a mendigar uma tv. E aí ele já se mantinha na minha casa, mas mesmo assim o satanás usava meu sobrinho para tirar ele de lá. Aquele miserável. Sabe? Então eu não parava de ter uma surpresa desagradável.” “Porque eu falei pra minha mãe, que ela ficava só sacando meu filho, meu filho não me obedecia, por culpa dela e que quem tava cuidando do meu filho era eu e quem tava mantendo meu filho era eu, porque ela não dava nada pro meu filho. E que deixasse de se intrometer na criação do meu filho, porque ela não tinha que se meter, que era filho meu, não era filho dela. E que por favor não se metesse na criação do meu filho, porque muitas vezes meu filho não me obedecia. Ele chegava e se escapava para a casa da minha mãe e não me obedecia, por culpa da minha mãe, porque ela tava só sacando para que ele não me obedecesse. E eu também tinha que lidar com esse tipo de situação, então pensa na minha cabeça. E aí eu falei assim ‘você vai pra casa da sua vó e eu vou te castigar. E eu quero que você esteja aqui dez horas da noite, se você não estar aqui dez horas, se você não estar aqui sete horas da noite, você vai ficar na rua. Eu não vou te abrir a porta.’ E eu fiz isso. E eu falei ‘tenho medo que fique na rua porque é perigoso’, então falei ‘se você quiser dormir lá em cima no terraço pode dormir’, então abri a porta e ele ficou lá em cima, e deixei lá em cima de castigo. Aí ele maneirou. Ele já viu que eu já estava cumprindo e aí já entrava. E foi assim como eu fui driblando ele pra ele me obedecer, mas o tempo foi passando e aí, ele já...” “Eu falei ‘eu sinto muito [...], seu filho está comigo aqui. E meu filho está sozinho em casa, sem saber o que vai acontecer com ele. E são oito horas da noite, eu ainda tenho, eu tenho que sair daqui e só vou chegar depois de uma hora na minha casa” “Eu também concordo, não vou colocar meu filho, porque eu também fui mãe, sou mãe. Eu não vou colocar meu filho na mão de um estranho, eu não sei quem é.”
Violência de gênero	“Minha mãe me levou para o escritório de um primo dela, nisso eu tinha uns 10 anos de idade. E aquele infeliz não queria me violentar? Aí me deitava na mesma cama que ele, porque não tinha espaço. Mas de noite eu passava mal. Eu falei para a mulher dele: “ele fica me passando a mão de noite”, eu não quero dormir ali. [...] e depois eu falei para minha mãe que me levasse embora, porque ele queria me violentar. Pelo menos minha mãe se tocou e eu fui para outro lugar, mas eu fiquei foi assim.” “Era pra eu ter me prostituído, porque eu era uma morena bonita. Tinha uma pele muito bonita, um cabelo muito bonito. Se você ver minha foto você não crê que sou eu. Era bonita mesmo, uma morena bonita. E quando eu me maquiava...” “Esse asqueroso está pensando que porque estou grávida eu vou ficar com ele? Não vou.” “Ele vendia bijuteria. Então falava pra mim que ficasse aí, vendendo no lugar dele, enquanto ele ia não sei onde. Quando ele chegava, eu falava ‘o que aconteceu com você, você tá drogado? Eu estou aqui vendendo pra você, você vai e se droga?’. ‘Ah é que eu sinto muita falta de você, quando você vai estudar eu fico com falta’. Quando eu chegava do estudo, queria matar aquele infeliz, aí, que ódio que me dá.” “Eu nunca tive vício, nunca fumei, nunca me droguei, nunca nada, e aparece um desgraçado mentindo pra mim que é uma pessoa boa e eu tenho que aguentar e tenho que manter ele? Por quê? Falei não. E um dia eu... esse infeliz, eu não vou ficar com ele não, ele pensa que porque eu estou grávida eu vou ficar com ele... então ele queria que eu ficasse grávida, para ele poder me manipular, pra que eu ficasse com ele, pra ele poder me escravizar, porque ele queria que eu vendesse pra ele e tudo mais, eu falei não. ‘Eu não vou ficar aqui vendendo pra você porque eu

	não, esse trabalho eu não faço, nunca fiz’. “Uma vez, ele me levou pra casa dele, aí no domingo eu falei ‘eu tenho que ir estudar’, e ele não falava que eu não fosse, porque ele sabia que se falasse que não, eu não ia ficar com ele. Então ele sabia como que... era esperto, sabe? ‘não vou falar pra você que não, se não vai pensar que eu não quero, e tal, enfim, mas toda vez que você vai embora eu fico sozinho e eu sinto muita falta de você, então eu me drogo.’ Desgraçado né? Ele queria que eu saísse de estudar pra ficar com ele.” “Eu estava com muito medo que ele ficasse sabendo que eu ia largar ele, porque eu sabia que ele ia me deixar lá fechada.” “Aí o dia que eu larguei ele, sabia que eu estava grávida, porque ele queria me engravidar, para que eu ficasse do lado dele, porque sabia que minha mãe não ia me receber. E eu falei ‘ele não sabe quem sou eu não. Já passei por tanta coisa, isso pra mim não é nada’” “E o marido dela que me passava a mão. Falei ‘não, você me respeita, faça o favor. Você me tá confundindo com o que, você me respeite, tá?’. O marido dela passando a mão na minha bunda. Sim! Eu sofri assédio também. Só que eu não deixava não.” “Eu passei assédio. Os patrões querendo dormir comigo. Um homem foi, quando eu percebi, tinha um homem na cama, em minha cama. Na minha cama, lá quando eu trabalhava na casa de famílias. Um homem na minha cama. Eu falei ‘não, o que você tá fazendo aqui, não, não, não, não, sai da minha cama, não, não, não, pelo amor de deus, sai daqui. Eu vou chamar sua esposa, não, não, não’. Aí saiu rapidinho. Mas estava na minha cama ele infeliz.”
Desamparo familiar	“Minha mãe não foi presente e meu pai também não foi” “Porque uma pessoa não ia cuidar de tantas crianças” “Era uma criança que praticamente se criou na rua. porque não tinha como, não tinha um amparo. Acho que ele sofreu mais do que eu. Porque ele ficou foi na rua. Eu fiquei pelo menos em algum lugar” “Eu era então traumatizada, porque se eu me sujava, ela me batia, então eu não podia brincar, eu tinha que ficar cuidando daquele vestido para não sujar [...]. Eu parecia uma bonequinha, mas infeliz, porque eu não conseguia brincar” “Minha madrinha era perversa. Ela falava que me queria, mas na verdade não me queria, porque ela ficava me espancando” “Eu me lembro que às três da tarde eu tinha muita fome. E falava ‘eu to com fome’. E só porque eu falei que estou com fome, depois que a comida estava (ali) ela me fez comer um monte de comida até vomitar. Eu passei por tudo isso. Então eu nem podia falar que eu tinha fome, porque eu era castigada de uma maneira muito cruel” “E eu estava totalmente indefesa. E eu pensava assim, quando eu crescer, eu não via a hora de crescer, sabe, pra mim era urgente e importante crescer, porque, porque, eu queria, eu queria mesmo, me libertar de uma mãe que não se importava com os filhos, que não se importava comigo, porque eu sentia que comigo ela era mais agressiva. Porque... será que eu fui adotada? Por que ela me trata tão mal, por que ela me despreza?” “Acho que a maldade se multiplica justamente por isso, porque as pessoas, desde cedo, elas recebem só desprezo e só maltrato e isso vai se acumulando, vai se acumulando, e agora eu entendo que muita gente é agressiva, em sua infância não recebeu bondade, não recebeu delicadeza, não recebeu um bom trato. Porque você não precisa amar. Sabe? Para você não ser mal tratado não precisa ser amado. Simplesmente respeitar e dar valor.” “Quando eu tinha 15 anos de idade eu só sabia assinar meu nome. Porque minha mãe falava que eu não precisava estudar, que era pra mim ajudar ela. [...] minha mãe se aproveitava, me manipulava” “Minha mãe foi muito tirana comigo, ela não queria que eu estudasse [...]. muitas vezes aparecia um serviço para mim trabalhar em uma casa e ela recebia o dinheiro. Quando eu me mudei ela ficou louca da vida, ela foi atrás de mim” “Eu tenho que estar trabalhando, porque eu sou menor idade, para onde eu vou?” “Eu era explorada, ela era vítima, eu tinha que ajudar e ela gastava na bebida, ela gastava o meu dinheiro. [...] eu ficava olhando assim com tanta tristeza, de ver minha mãe gastando meu dinheiro e eu sendo explorada no serviço e cansada.” “Quando eu vinha do meu trabalho, minha mãe não me atendia, minha mãe não falava comigo, e eu queria que ela fosse presente, porque eu estava num trabalho, sendo explorada, meu dinheiro ela estava pegando, então eu pensava que pelo menos ela me daria atenção, mas ela não me dava atenção. Ela só esperava receber o meu dinheiro, só.” “Minha mãe não se preocupava com isso, comigo, sabendo que era minha própria mãe.”

	“E [sua mãe dizia] ‘não, não compre nada para o seu filho, e tudo que você ganhar, você dá para nós, porque quando o menino nascer eu vou te ajudar’. [...] e eu falei... isso aqui não vai dar nada” “E eu não entendia porque ela tinha essa atitude tão perversa comigo.” “Minha mãe ali não cuidava dele, não se importava com meu filho. Mas sim queria meu dinheiro” “Eu passei por isso, não quero que meu filho passe, mas inconscientemente eu estou quase fazendo o que minha mãe fazia comigo” “E sabe o que foi minha mãe fazer? Que parasse de chorar. Que não precisava chorar. [...] Porque nem chorar pelo meu filho ela disse que podia chorar. Ela sempre estava me perseguindo, sempre estava com, em cima, como uma coisa ruim, em cima de mim.” “Porque, por culpa de minha família meu filho morreu, porque meus irmãos não acolhiam ele. Eu ficava sabendo que humilhavam meu filho quando assistiam tv, não deixavam ele ver tv.” “Meu filho, pensei que ia ser diferente, mas também não está comigo, então...”
Desejo por emancipação e liberdade	“Eu não sabia ler, nem escrever. E eu queria muito aprender a ler e a escrever, porque não sabia e eu achava muito interessante. Porque sempre me gostou ser uma pessoa culta, diferente, que sabe outras coisas, sabe comportar, sabe postura, sabe, enfim, sabe o básico, entendeu?” “Eu estava querendo aprender a tocar violão. Para cantar louvores. Mas em minha casa não podia, porque minhas irmãs ficavam tirando sarro e eu não podia me concentrar [...]. Eu não tinha um lugar tranquilo para poder ensaiar, estudar...” “E por que, você sabe por que eu saio? Porque eu quero estudar! Ali eu não posso estudar, eu sou escrava lá, eu saí de lá. [...] não, eu preciso estudar. Eu já tinha 18 anos.” “Explorada pela minha mãe, porque não me dava uma bala desse dinheiro. E eu vi que era hora de me libertar”. “Eu já não via a hora de crescer, porque eu falei ‘isso é um inferno’. Porque eu escutava que quando a gente completava 18 anos, a gente era libertado.” “Ele queria que eu sáisse de estudar pra ficar com ele [...]. Depois que eu me separei dele, fui atrás de mim.” “Eu vim pra cá e eu vim decidida a ficar por aqui, eu não vim pra voltar, eles pensam que eu vou voltar, mas eu não vou voltar, porque depois que eu conheço, depois que eu tenha já dominado o português, depois que já tenha me adaptado, eu não vou ficar atrás deles, também não vou ficar lá.” “Eu estive escravizada em uma empresa de limpeza, porque eu fui mudando, como falei pra você. Quando eu me canso de uma coisa, quando eu vejo que não dá certo, ou quando eu quero mudar de repente que quero, que quero, digamos, minha liberdade.” “Porque eu tenho certeza que se eu saio daqui eu consigo um emprego. Eu consigo um emprego! Porque eu tenho vários conhecimentos de trabalho. sabe? Eu sei faxinar, eu sei lavar, eu sei passar, eu sei arrumar uma casa, eu sei, eu sei cuidar de um idoso, cuidar de uma criança, eu sei. Em qualquer área que me colocarem eu vou desempenhar e vou desempenhar muito bem” “Dentro do EJA não, eu cheguei com uma expectativa de aprender, porque eu não sabia a língua portuguesa, eu não sabia a regra ortográfica da letra português, e então eu queria aprender. Porque eu só mais falava português né.” “Quando eu tinha de repente que, algumas coisas que eu não entendia, e eu queria aprender direito. Entender de fato o que aquilo queria dizer, por exemplo na matemática, na regra ortográfica do português...”

Tabela 4. Núcleo 4: “Foi muito sofrido para mim. E eu penso que eu tenho uma cabeça muito boa, porque eu não me deixei abalar. São poucas as mulheres e os homens que conseguem se conservar. Com sua dignidade, são poucas, e eu sou uma delas.”

INDICADORES	PRÉ-INDICADORES
A presença dos valores morais no desempenho pessoal	“E eu penso que eu tenho uma cabeça muito boa, porque eu não me deixei abalar” “Eu não fumo, eu não bebo, eu não tenho esse costume. E eu cresci num lugar onde havia prostitutas, ladrões, mafiosos e vendedores de drogas. E nem por isso que eu me prostituí, nem por isso eu fiquei roubando o que não era meu. Porque eu falei não está bem, não está certo isso. Quanto mais você se enrola na porcaria mais você não sai desse círculo. Então qual é o exemplo que você vai dar para os seus filhos se você tá nesse círculo de... nocivo, que não é positivo para uma pessoa ou para formar um lugar por exemplo, ou para criar os filhos. Qual é a base que eu

tenho para falar para meu filho, qual é a moral que eu tenho para falar ‘não faça isso, porque não pode fazer’, e eu estou fazendo? Vou falar para o meu filho ‘não fume’ e eu estou fumando? Ué! Não tem sentido.”

“Na verdade eu sempre fiz meu trabalho... não que seja perfeccionista, não que seja melhor, mas eu me preocupava com fazer meu trabalho direitinho, primeiro porque eu considero que uma, que é o mínimo que tu pode oferecer. Porque eu acho que eu tenho que ser merecedora do que eu ganho. Então tem que fazer meu trabalho bem feito, porque para isso sou paga. E porque tenho pessoas que são vulneráveis que, que são indefesas e preciso protegê-las, não preciso maltratá-las. Eu tenho que proteger as pessoas que estão a meu cargo. São crianças indefesas. Então é meu dever como cidadã de bem é cuidar bem deles, cuidar do bem-estar deles. Então essa é minha linha de pensamento, essa é minha índole, não posso mudar.”

“Você tem que honrar isso. Porque seu salário é o seu suor. E deus honra esse suor. Deus honra o trabalhador. Sabe?”

“Olhando pra minha mãe que deveria ter uma maior atenção comigo não teve, uma pessoa de fora não vai ter. E se tem, é uma pessoa que de pronto te compreende, que tem uma índole boa, que tem uma formação de casa com consideração, com os direitos morais e humanos na cabeça, que tem que respeitar e valorizar aquilo. Se não tem esse ensinamento e não tem essas regras como bases importantes, ela não vai fazer nada, você entende? Ou estou falando errado, enrolado?”

“Era uma pessoa muito mal caráter aquele ali. Eu fiquei sabendo e eu fiquei, sabe quando você entra em choque que você não sabe uma coisa e de repente é outra e você fica em choque, eu fiquei assim. Falei ‘como, eu estou com um miserável que não vale a pena, não vale nada, e eu vou continuar minha vida assim, não vou não, imagina!’”

“São poucas as mulheres e os homens que conseguem se conservar. Com sua dignidade, são poucas, e eu sou uma delas.”

“Não é porque eu estou aqui num país estranho com outro idioma que eu vou deixar me manipular, não vou. Se não me manipularam quanto tava pequena, não me manipularam antes e eu me mantive bem, por que que agora eu vou ceder? Não vou.”

“Era como se fosse parte de mim, sabe? Eu cuidava do filho como se fosse meu filho, ele me queria muito. [...] Porque eu tinha que cuidar bem, porque eu me colocava no lugar dela. E se fosse meu filho? Quando você se coloca no lugar do outro então você vai saber que você não gostaria que seu filho fosse maltratado, que você fosse maltratada.”

“Porque eu fazia por merecer, porque eu trabalhava corretamente, eu cuidava corretamente e eu fazia mais do que eles mandavam eu fazer. [...] Eu acho que eu fiz por merecer aquilo [...]. Porque eu não gostava de reclamações, e não gosto até agora.”

“Em qualquer área que me colocarem eu vou desempenhar e vou desempenhar muito bem”

“Eu tinha um cadastro na agência de emprego e de lá me ligaram. Acho que foi deus, porque eu chorava pro senhor ‘por favor, que me libere, que me libere, que me libere.’”

“Mas estava bem cuidada, eu cuidava bem. Eu gostava e cuidava, é uma pessoa que está sob minha responsabilidade que precisa de mim porque é indefesa, como que eu vou fazer mal?”

“E uma haitiana, é... falaram que ela tinha problema de cabeça, então eu fiquei, me solidarizei com ela e acompanhava ela, porque ela falava que ali queriam ficar com o filho dela. Eu não sei se era coisa da cabeça dela ou poderia ser verdade. E fui visitar o filho dela num lugar, tinha o filho dela, então eu acompanhava ela. E, dos medicamentos que eu pegava no SUS, eu pegava bastante medicamento pra dor, pra... Então tinha uma moça que tinha acabado de ter nenê, ela não estava bem, ela estava com muita dor, então eu dava pra ela, e eu dava uma tableta, uma tabela completa.”

“Porque a mim esse ambiente, não gosto desse ambiente. Não gosto, porque as pessoas não... um círculo vicioso que elas não querem se corrigir, que elas querem viver assim. E se justificam porque, porque são viciadas, porque, elas não, muitas pessoas não reconhecem que tem que se tratar para poder melhorar. Tem gente que se acomoda e quer ficar assim desse jeito. Então eles descontam em você, descontam em você, descontam em você, de repente [...]”.

“Eu vejo que as pessoas não querem se corrigir, elas querem só ficar de encrenca em encrenca, elas não querem reconhecer que cada um tem um espaço que tem que ser respeitado e que tem que tentar procurar um ambiente mais harmônico. Eles não querem isso. Então eu me sinto que não, que não é meu lugar.”

“Mas dona Dora, mas se você for ir pra outro lugar, dona Dora, você não é desse ambiente, você tem um estilo diferente de vida.’. Eu falei ‘mas que que eu posso fazer?’. Sabe? Eu quis sair. Porque esse ambiente, não, porque não dava, aquela moça.”

	“Porque são pessoas que não tem, elas têm muita pobreza na vida delas. Uma pessoa que faz isso, não tem moral, não tem caráter, não tem índole. Se faz isso, faz qualquer coisa. Sabia? Então eu penso, eu fiz minha parte.”
A afetividade nos processos de sofrimento	“Eu penso assim, a maior parte das pessoas que tem traumas e não conseguem de repente ter como uma vida normal, num sentido de ser independente, de ir à frente, de dar continuidade, de poder fazer as coisas... independente em todo sentido, que pode fazer e que sabe, porque tem uma mente tranquila, não tem trauma do passado, mas pessoas que tem de repente coisas do passado e elas não conseguem muito... então ao chegar na idade adulta, tudo isso repercute nelas. Por que eu to falando isso? Porque eu passei por isso. Eu passei por tudo isso. E eu penso que eu tenho uma cabeça muito boa, porque eu não me deixei abalar” “Você tem que, digamos, fazer parte de uma sociedade, viver nessa sociedade e se virar nessa sociedade. Porque você não tem ninguém pra te ajudar, pra te entender, pra te auxiliar, pra te defender.” “Acho que a maldade se multiplica justamente por isso, porque as pessoas, desde cedo, elas recebem só desprezo e só maltrato e isso vai se acumulando” “Veja bem, pensando eu, que de repente não fui a única que tem seus sofrimentos desde cedo, desde minha infância, penso que muita gente de repente passou o que eu passei ou pior ainda. Eu acho que o meu problema ou o meu sofrimento não foi tão grande quando o de outras pessoas, que os pais estupram, que maltratam, que humilham. Eu talvez não fui tanto assim.” “Já passei por tanta coisa, isso pra mim não é nada” “Eu penso que por ter sido uma pessoa tão sofrida, por ter sido uma pessoa tão perseguida, por parte dos patrões e por parte de minha mãe, eu penso que eu tive meu filho numa idade já normal.” “Eu pensava assim: ‘eu não vou dar para os meus filhos a vida que eu passei, a vida que me deram’ [...]. Mas você não consegue, sabe por quê? Porque você cresceu nesse meio, você não tem estrutura intelectual e emocional para você dar para o seu filho uma vida diferente da que você teve. E tudo isso eu fui aprendendo na prática, porque quando eu tive meu filho, eu não tinha paciência. As vezes eu ficava impaciente, pra que meu filho caminhasse mais, porque estavam me esperando, porque não tinha dinheiro, porque não tinha onde viver com ele, tudo isso eu vivi. Então é claro, eu descontava no meu filho às vezes, mas eu entendia depois que na verdade meu filho, eu estava descontando no meu filho uma coisa que meu filho não tinha culpa de nada.” “Eu passei por isso, não quero que meu filho passe, mas inconscientemente eu estou quase fazendo o que minha mãe fazia comigo” “Olha, você não sabe a impotência que eu senti. Sabe? Por isso há tanta gente violenta que se vinga, porque situações como essas que meu filho passou, e isso me partia a alma, porque eu não tinha onde deixar meu filho, que eu não tinha uma condição para tê-lo. E meu filho sofrendo aqui. Você imagina? Me sentia impotente.” “Mas eu não estou presente, não sei o que ele está fazendo. E pensa na minha angustia no meu serviço pensando nele, onde estarás, se ficou em casa, se se deixou seduzir, o que é que aconteceu com ele. Todo esse drama eu passei” “Aí ele faleceu, eu vim pra cá. Por que eu, eu não, como que eu falo, eu não superei. Não superei essa perda, não superei essa situação, não superei.” “Meu filho, pensei que ia ser diferente, mas também não está comigo, então...” “Veja bem... foi muito sofrido para mim” “Eu sofri lá, pelo fato de ser, por exemplo, negra. E pelo fato de ser empregada doméstica. Empregada doméstica lá, é, você tem muito preconceito, porque é empregada doméstica. Entendeu? Então, eu sofri preconceito lá por causa disso.” “Eu passei por muita coisa, isso que eu não contei tudo. Entendeu? Então... quer dizer, não sei. Eu estou lutando até agora, estou lutando e não sei o que vai acontecer, eu quero que as coisas melhorem, eu quero me aposentar...” “Pra mim, por exemplo, não tem muito sentido eu visitar um psicólogo. Não. Porque não vai me ajudar, não vai me ajudar no sentido que, se eu estou passando uma grande necessidade, ele não vai saber como me solucionar esse problema.” “Minha cabeça é bem aberta. E eu não estudei, viu? Mas isso me deu a escola da vida. Porque na vida aprende. Então eu não abaixei a cabeça pra ninguém e não vou abaixar. Não vou abaixar.” Aqui me tem feito muito mal. Tem gente muito perversa mesmo. Gente má mesmo.” “E eu fiquei muito triste com isso, me deu uma grande... eu passei de frustração em frustração e de decepção em decepção. Fiquei vários choques assim, beira às atitudes das pessoas que, que não davam nenhum valor pra gente. Isso me deixou muito mal.”

“Eu não consegui concluir porque era muita coisa na minha cabeça, eu tinha que estudar, trabalhar e muitas coisas que por exemplo eu não conseguia entender e eu não conseguia que me ajudasse pra, pra poder decifrar aquilo [...] ficaram muitas lacunas que eu não consegui superar. Porque não havia quem me ensinasse, os professores estavam com pressa, porque meus colegas também não sabiam mais nada...”

“Por causa desse problema todo, eu fiquei doente, fiquei desempregada, e eu tive que entregar a casa [...]. Foi muito dolorido, eu tive que... porque eu fiquei desempregada, fiquei doente, eu não tinha como pagar.”

“Eu levei a metade do dinheiro, mas não levei tudo. Aí ele não tinha, ele tinha vendido tudo as minhas coisas. Tudo, tudo, tudo minhas coisas tinha vendido, eu não peguei nada, ele roubou tudo, aquele infeliz. Fui roubada, roubaram todas as minhas coisas, eu tive que começar de zero, alugar um, aluguei uma casa, comecei a comprar as coisas aos poucos, comprei coisa de segunda.”

“Eu não tinha condução pra me tratar, eu não tinha nada, eu estava em uma situação tão complicada, tão complicada.”

“Você vê como eu tô? Eu não posso trabalhar como cuidadora ainda. Por isso estou aqui. Vou falar pra você, eu agradeço muito esse espaço. Mas não é meu lugar. Eu estou aqui porque eu estou vivendo essas condições de, de saúde. Apareceu um coletivo, uma vaga, ganhando quatro mil reais, faz um ano atrás. Eu não fui porque eu tava com crise. Estava assim. Imagina eu chegando na entrevista desse jeito. Você acham que iam me contratar? Não iam me contratar, iam pensar que estou com Covid! E naquela época, e naquela época... Naquela época eu tinha crise e eu falei ‘nem vou. Não vou porque na verdade se eu vou, não vai me contratar’. E eu nem respondi. Porque apareceu depois pra fazer a entrevista tal, eu não fui, porque pra que, não vale a pena. E por isso que estou por aqui. Se não fosse por isso eu não estaria aqui.”

“Mas dona Dora, mas se você for ir pra outro lugar, dona Dora, você não é desse ambiente, você tem um estilo diferente de vida.’. Eu falei ‘mas que que eu posso fazer?’. Sabe? Eu quis sair. Porque esse ambiente, não, porque não dava, aquela moça.”

“To te falando com conhecimento de causa, porque eu vivi, to vivendo isso. Estou vivendo isso, entendeu?”

“Eu aluguei um espaço onde não estou bem. Porque to num quartinho mais pequeno do que esse. Meu quartinho é esse pedaço aqui [faz referência a metade da sala onde estamos]. Só cabe a cama, só cabe a pia e um pedacinho pra mim entrar, não cabe mais nada. (E onde é mesmo?). Aqui no Brás. Eu consegui isso aí porque estava com intuito de trabalhar de conta minha, comprar roupas e vender. E eu não sei como que eu vou me virar.”

“Eu estou num quartinho, estou ali por enquanto, estou tranquila, mas eu não to bem, porque eu preciso de um espaço maior.”

“Aí acaba, e aí? Eu pago setecentos reais em um quarto, eu recebo seiscentos. Eu tenho que me virar pra comer, eu tenho que me virar pra pagar o resto, porque eu tenho que pagar água e luz separado. Eu to só pensando, que que eu vou fazer, porque eu aluguei por causa desse, desse negócio aí [do POT]. Se não eu já tinha se levado, porque que que eu vou fazer pra depois pagar? Porque já fui, eu já tive que entregar duas vezes minhas coisas, e é a segunda vez que eu perco tudo. E a terceira vez que to comprando minhas coisas de novo. Já comprei uma beliche, porque eu pensei, se vier alguém pra me visitar, onde vai dormir? Entendeu?”

“Que eu não posso morar num quartinho, eu morei num quando era, quando era empregada doméstica, mas o quarto era maior que esse. E tinha todas as minhas comodidades dentro do quarto, tinha banheiro, tinha tudo as minhas comodidades, tinha tv, sabe?”

“Olha, eu vou falar pra você, aconteceram tantas coisas comigo aqui.”

“Eu não, eu vim da Colômbia com muito perrengue. Com muito, passei muita coisa.”

“Então me tocava pagar (o INSS), mas como é que eu vou pagar, sabendo que eu to pagando um quarto”

“Quem foi atrás fui eu, eu paguei uma pessoa que sabia de, de coisas jurídicas, de trâmites de legalização, e paguei para ela um salário, mais de um salário-mínimo [...]. Eu paguei em duas vezes, porque meu patrão não levantou um dedo.”

“Quinhentos reais não é bom dinheiro pra gente. Porque eu morava ali, porque se fosse pagar aluguel não dava nem pra mim comer. Aliás, não dava nem pra pagar aluguel. Você concorda?”

	“‘E agora nós dependemos da Dora, agora você virou a patroa e nós viramos empregados porque nós temos que estar aqui porque você vai pra escola’. Ai, isso me doeu tanto. Eu não perdoei não.”
--	--